

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ – UNIOESTE
CAMPUS DE TOLEDO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL E
AGRONEGÓCIO

JAIME ANTONIO STOFFEL

A VIABILIDADE DA AGRICULTURA FAMILIAR:
Formas de Organização Produtiva no Oeste do Paraná.

TOLEDO

2004

JAIME ANTONIO STOFFEL

A VIABILIDADE DA AGRICULTURA FAMILIAR:

Formas de Organização Produtiva no Oeste do Paraná

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Sílvio Antônio Colognese.

TOLEDO

2004

JAIME ANTONIO STOFFEL

A VIABILIDADE DA AGRICULTURA FAMILIAR:

Formas de Organização Produtiva no Oeste do Paraná

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Sílvio Antônio Colognese
Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Prof. Dr. Erneldo Schallenberger
Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Prof. Dr. Nilson Maciel de Paula
Universidade Federal do Paraná

Toledo, 05 de novembro de 2004

DEDICATÓRIA

Aos meus pais (*in memoriam*), que com o seu amor, deram-me o dom da vida e souberam ensinar-me os verdadeiros princípios morais e assim, valorizar cada objetivo alcançado.

AGRADECIMENTOS

À Deus, que na condição de criador, pelo dom da vida e pela força, graça divina que sempre senti e que foi necessária para alcançar mais este objetivo.

Ao meu orientador, professor Dr. Sílvio Antônio Colognese, pela dedicação e estímulo, virtudes necessárias e indispensáveis para o êxito deste trabalho. À você Sílvio, toda a minha gratidão e respeito pela postura acadêmica e amizade, fatores sabiamente conjugados para tornar este trabalho sempre mais interessante e desafiador. O seu exemplo é fonte de inspiração para quem está iniciando.

Aos professores Dr. Erneldo Schallenberger e Dr. Weimar Freire da Rocha Júnior, pela fundamental participação no exame de qualificação.

Aos membros da banca examinadora, professor Dr. Nilson Maciel de Paula e professor Dr. Erneldo Schallenberger, pela valiosa e pertinente colaboração.

À UNIOESTE – pelo reconhecimento e oportunidade.

À todos os professores do Programa de Mestrado, pela amizade e disposição.

Aos colegas do curso, Pedro, Jovir, Jefferson, Érica, Élio, Ângela, Márcio, Elisângela e Giseli, pela amizade e pelo espírito de união, ingredientes necessários para transpor obstáculos.

Aos entrevistados, sujeitos da pesquisa, que doaram parte do seu valioso tempo para passar informações necessárias e que enriqueceram este trabalho. Meu muito obrigado a todos.

À EMATER – núcleo de Toledo – na pessoa de Maria Lúcia Valenga Parizotto, pela recepção amigável e pela valiosa fonte de pesquisa. Sou-lhe profundamente agradecido.

À CAPES, pela bolsa de estudos.

E especialmente para as duas mulheres mais amáveis nesta vida. Minha esposa Sirlene e minha filha Isabella.

Sirlene, o grande amor da minha vida, você é parte integral deste trabalho. A sua contribuição está escondida nas entrelinhas. Sua coragem e determinação foram a energia que me levou a atingir meu objetivo maior.

Isabella, fonte de minha inspiração. A sua simplicidade de criança, me mostrou que crescemos a cada dia que passa. Os seus porquês, tão freqüentemente pronunciados, ensinaram-me que os desafios são constantes. Você é muito especial.

Sirlene e Isabella, sou feliz, porque tenho vocês. Sou feliz, porque amo vocês.

STOFFEL, Jaime Antonio. A viabilidade da agricultura familiar: formas de organização produtiva no Oeste do Paraná. 2004. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná/*Campus* de Toledo.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar comparativamente o desempenho sócio-econômico alcançado por diferentes formas de organização produtiva da pequena produção agrícola familiar na Região Oeste do Paraná, a fim de determinar quais as formas que apresentam maior ou menor viabilidade para o desenvolvimento da agricultura familiar na Região. Com o desenvolvimento do capitalismo no campo houve na Região uma crescente transformação e uma conseqüente diversificação nas formas de organização produtiva com implicações sobre a viabilidade e o desempenho sócio-econômico desta categoria de pequenos produtores. Assim, pelo menos quatro formas de organização produtiva da pequena produção agrícola familiar surgiram e se desenvolveram a partir das décadas de 1970 e 1980 na Região e predominam até hoje: a) Forma de Organização Produtiva com predomínio da produção integrada; b) Forma de Organização Produtiva com predomínio da diversificação agropecuária; c) Forma de Organização Produtiva com produção exclusivamente agrícola; e d) Forma de Organização Produtiva com predomínio da produção agrícola. Nesse sentido, em termos de hipótese de trabalho verifica-se que a viabilidade sócio-econômica da pequena produção agrícola familiar está relacionada às suas formas de organização produtiva. Constata-se, através de uma análise feita com a utilização de dados primários e secundários, que esta relação existe, mas não de forma simples. Ou seja, o estudo aponta que cada uma das diferentes formas de organização produtiva analisadas, apresentam potencialidades e obstáculos diferenciados à sua viabilidade. Isto se explica pelas diferentes combinações de atividades desenvolvidas na pequena produção agrícola familiar na Região, que determinam maior ou menor desempenho sócio-econômico. Dessa forma, não se pode sugerir um único destino para a pequena produção agrícola familiar na Região. Mesmo porque este destino depende dos próprios fatores de produção internos, disponíveis nas pequenas propriedades, principalmente mão-de-obra e recursos naturais, bem como dos fatores externos que a coagem em seu comportamento.

Palavras-chave: formas de organização produtiva; pequena produção agrícola familiar; desempenho sócio-econômico; Oeste do Paraná.

STOFFEL, Jaime Antonio. The viability of family agriculture: kinds of productive organizations in the west of Paraná. 2004. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná/*Campus* de Toledo.

ABSTRACT

The objective of this study is to comparatively analyse the socio-economic performance reached by different kinds of productive organizations of the small family agricultural production in the west of Paraná in order to determine which kinds present bigger or shorter viability to the development of the family agriculture in that region. With the development of capitalism in the country there was a growing transformation in that region and a consequently diversity of the kinds of productive organizations with implications for the viability and the socio-economic performance of those kinds of small producers. So, at least four kinds of productive organizations of the small family agricultural production appeared and developed in the decades of 1970 and 1980 in that region and are still predominant: a) Productive organization with prevailing integrated production; b) Productive organization with prevailing farming diversification; c) Productive organization with production exclusively agricultural; and d) Productive organization with prevailing agricultural production. This way, in terms of work hypothesis we found out the socio-economic viability of the small family agricultural production is related to its kind of productive organization. By studying primary and secondary data it could be concluded that the relationship exists but not in simple kind. This study points out that each different kind of productive organization presents different potentialities and obstacles to its viability, which is justified by the different combinations of activities performed in the small family production in that region determining bigger or shorter socio-economic performance. This way, we can't suggest a single destiny to the small family production in that region, since its destiny depends on its own inside production factors available in the small properties, especially labor and natural resources and also, outside factors which coerce into its behaviour.

Key-words: kinds of productive organization; small agricultural family production; socio-economic performance; west of Paraná.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Entrada de colonos na Fazenda Britânia, no período de 1946 a 1955.	39
Quadro 2 – Potencialidades e pontos de estrangulamento das principais Formas de Organização Produtiva na Região Oeste do Paraná.....	115

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Número de estabelecimentos rurais existentes na Região Oeste do Paraná, de acordo com cada estrato de área para o período de 1975/1980.	49
Tabela 2 – População rural e urbana no Oeste do Paraná no período de 1970 a 1991.	51
Tabela 3 – Dados da produção e resultados econômicos das principais combinações de atividades desenvolvidas pelos produtores rurais nas pequenas propriedades agrícolas e que compõem a Forma de Organização Produtiva com Predomínio da Produção Integrada.	77
Tabela 4 – Apresentação média dos indicadores econômicos para a Forma de Organização Produtiva com Predomínio da Produção Integrada.	80
Tabela 5 – Dados da produção e resultados econômicos das principais combinações de atividades desenvolvidas pelos produtores rurais nas pequenas propriedades agrícolas e que compõem a Forma de Organização Produtiva com Predomínio da Diversificação Agropecuária.	85
Tabela 6 – Apresentação da média dos principais indicadores econômicos que representam a Forma de Organização Produtiva Diversificada. Ano agrícola de 2003.	87
Tabela 7 – Dados da produção e resultados econômicos das principais combinações de atividades desenvolvidas pelos produtores rurais nas pequenas propriedades agrícolas e que compõem a Forma de Organização Produtiva com Produção Exclusivamente Agrícola.	93
Tabela 8 – Apresentação da média dos principais indicadores econômicos que representam a Forma de Organização Produtiva com Produção Exclusivamente Agrícola.	95
Tabela 9 – Dados da produção e resultados econômicos das principais combinações de atividades desenvolvidas pelos produtores rurais nas pequenas propriedades agrícolas e que compõem a Forma de Organização Produtiva com Predomínio da Produção Agrícola.	100
Tabela 10 – Média dos principais indicadores econômicos que representam a Forma de Organização Produtiva com Predomínio da Produção Agrícola.	102
Tabela 11 – Representação média de alguns dados econômicos sobre as diferentes Formas de Organização Produtiva da pequena propriedade agrícola no Oeste do Paraná.	107
Tabela 12 – Representação média dos principais dados sociais referentes às diferentes Formas de Organização Produtiva da pequena propriedade agrícola no Oeste do Paraná. ...	110

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 A PROBLEMÁTICA DA PEQUENA PRODUÇÃO AGRÍCOLA FAMILIAR	15
2.1 O Debate Clássico.....	16
2.2 O Debate no Brasil.....	24
3 A PEQUENA PRODUÇÃO AGRÍCOLA FAMILIAR NO OESTE DO PARANÁ	37
3.1 Formação e Desenvolvimento	37
3.2 A Diversificação nas Formas de Organização Produtiva	43
4 METODOLOGIA	56
4.1 Revisão da Literatura Metodológica.....	56
4.1.1 Determinação para análise dos dados	58
4.2 Procedimento Metodológico e Fonte de Dados	60
4.2.1 Área de estudo.....	60
4.2.2 Critérios para a definição da pequena produção agrícola familiar	61
4.2.3 Formas de organização produtiva da pequena produção agrícola familiar.....	62
4.2.4 Caracterização das formas de organização produtiva.....	64
4.2.5 Amostra.....	69
4.2.6 Fonte e técnica de coleta de dados.....	70
4.2.7 Operacionalização das expressões conceituais	71
4.2.8 Procedimentos de interpretação analítica.....	71
5 O DESEMPENHO SÓCIO-ECONÔMICO DAS DIFERENTES FORMAS DE ORGANIZAÇÃO PRODUTIVA DA PEQUENA PRODUÇÃO AGRÍCOLA FAMILIAR NO OESTE DO PARANÁ	74
5.1 Forma de Organização Produtiva com Predomínio da Produção Integrada	75
5.2 Forma de Organização Produtiva com Predomínio da Diversificação Agropecuária	83
5.3 Forma de Organização Produtiva com Produção Exclusivamente Agrícola	92
5.4 Forma de Organização Produtiva com Predomínio da Produção Agrícola	99
6 FORMAS DE ORGANIZAÇÃO PRODUTIVA: POTENCIALIDADES E OBSTÁCULOS	106
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	119
REFERÊNCIAS	123

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo analisar comparativamente o desempenho sócio-econômico alcançado por diferentes formas de organização produtiva da pequena produção agrícola familiar no Oeste do Paraná, tomando como base o ano agrícola de 2003, a fim de determinar quais as formas que apresentam maior ou menor viabilidade¹ para o desenvolvimento desta agricultura na Região.

Não há consenso na literatura brasileira sobre o conceito de agricultura familiar. Este é bastante controverso, comportando diferentes denominações, definições e indicadores priorizados no mesmo. Neste sentido, denominações como agricultura camponesa, agricultura familiar, pequena produção agrícola e pequena propriedade agrícola familiar, aparecem ora como sinônimos, ora com sentidos e ênfases variadas. Pelas políticas oficiais, esta diversidade também é constante. Assim, por exemplo, segundo o Banco Central do Brasil (1995), o Sistema Nacional de Crédito Rural classifica os produtores rurais de acordo com a renda bruta anual alcançada. Por outro lado, o Censo Agropecuário, classifica os produtores rurais de acordo com a área da propriedade.

Nesta pesquisa utiliza-se a combinação dos seguintes fatores para a definição daquilo que se entende por pequena produção agrícola familiar: a) o tamanho da propriedade agrícola, até o máximo de 24 hectares, por ser este o tamanho das áreas comercializadas para as famílias no período da colonização; b) utilização predominantemente de mão-de-obra

¹ O termo viabilidade, para esta pesquisa, não é focado somente a partir dos resultados econômicos imediatos, mas, sobretudo, com a possibilidade de ocupação de mão-de-obra, de geração de bens de consumo e de capital e da permanência e recriação das relações familiares de produção no campo.

familiar, conforme definido por Chayanov (1981); e c) a propriedade familiar dos meios de produção, conforme aponta Wanderley (1996) e FAO (1994).

O debate sobre os rumos da pequena produção agrícola familiar sob o capitalismo foi amplamente desenvolvido no século XIX por autores clássicos como Lênin, Kaustky e Chayanov principalmente. No Brasil, este debate inicia a partir da modernização agrícola no campo, nas décadas de 1950 a 1970. Isto significa que a discussão sobre os rumos da pequena produção agrícola familiar sob o capitalismo coincide com o próprio processo de expansão do capitalismo no campo.

As diferentes formas de desenvolvimento da agricultura no Brasil levam a formação de distintas formas de pequena produção agrícola familiar nos mais diversos segmentos produtivos agrícolas e regiões do País. Esta diversidade abrange desde a pequena produção agrícola familiar descapitalizada e subordinada às grandes propriedades no Nordeste, até a pequena produção agrícola familiar de propriedade própria e relativamente autônoma da grande propriedade no Sul do Brasil. Ambas têm desdobramentos significativos nos últimos anos. No Sul do Brasil, ocorre uma considerável integração vertical com as agroindústrias e o desenvolvimento de uma pequena produção agrícola familiar altamente tecnificada e mercantil.

Com a modernização na agricultura, a relativa homogeneidade social entre a pequena produção agrícola familiar entra em crise. O aumento da demanda por produtos agrícolas e os novos papéis da agricultura no mercado e nas políticas governamentais, levam a uma diversificação das suas formas de organização produtiva. É preciso ampliar e intensificar as superfícies cultivadas, e para isso há necessidade de modificar as técnicas de produção, baseadas em culturas tradicionais voltadas para a subsistência e na rotação de culturas. Tudo isso afeta a pequena produção agrícola familiar.

A aparente solução veio pelo pacote tecnológico para a modernização agrícola que inclui o acesso à compra de insumos químicos e aos meios mecânicos de produção, permitindo uma transformação importante na base técnica das unidades de produção familiar. Inicia-se a intensificação da Assistência Técnica, via Sistema de Extensão Rural Pública, implantação de crédito e introdução dos insumos modernos na agricultura (“Revolução Verde”). Os produtos que antes eram cultivados com técnicas tradicionais e artesanais passam, assim, a serem produzidos com tecnologia moderna, com implicação sobre as formas de organização produtiva da pequena produção agrícola familiar, notadamente no Sul do Brasil.

Neste contexto, desenvolve-se a cultura da soja e do trigo, formando a base para os complexos agroindustriais para a industrialização de grãos e carnes brancas e na produção de óleo. Ao lado do crédito rural, da assistência técnica, das pesquisas e do cooperativismo, a pequena produção agrícola familiar sofreu um grande processo de diferenciação. A grande maioria destes produtores ficou à margem deste processo porque não reuniam as condições mínimas exigidas para seu ingresso no sistema de crédito rural.

Deve-se considerar, portanto, que, a exemplo de outras regiões do Sul do País, o Oeste paranaense também sofreu mudanças estruturais na produção agrícola com a introdução de novas técnicas de produção e modificações intensas nas relações de produção, o que acarreta uma fragmentação e uma rearticulação da pequena produção agrícola familiar na Região. Ocorre, dessa forma, uma sensível complexificação nas formas de organização produtiva destas pequenas propriedades agrícolas familiares, gerando uma diversificação e diferenciação interna nestas pequenas propriedades no Oeste do Paraná.

Como resultado destes desdobramentos, conforma-se uma profunda diferenciação interna à pequena produção agrícola familiar. Novas formas de organização produtiva se desenvolvem. As pequenas propriedades que inicialmente concentravam-se no

desenvolvimento de uma agricultura e de uma agropecuária diversificadas, passam a desenvolver novas formas de organização produtiva, no intuito de se adaptar às modificações que vêm ocorrendo com a entrada do capitalismo no campo, para se manter na propriedade.

Pelo menos quatro formas de organização produtiva da pequena produção agrícola familiar surgem e se desenvolvem a partir das décadas de 1970 e 1980 na Região e predominam até hoje. Uma das formas consiste na especialização da produção agrícola, especialmente para a produção de soja, trigo e milho, destinados ao mercado. Outra forma consiste na integração produtiva com empresas agroindustriais para a produção intensiva de aves e suínos. Além disso, há propriedades onde predominam a produção agrícola de soja, trigo e milho, acompanhadas por produtos complementares (peixe e leite, principalmente). E, finalmente, a forma de produção diversificada, onde não existe predomínio de um único produto (policultura).

Isto mostra que as alternativas de organização produtiva da pequena produção agrícola familiar são bastante diversificadas no Oeste do Paraná na atualidade. Conseqüentemente, a sua rentabilidade e viabilidade sócio-econômica também tende a ser variável em função destas diferentes formas de organização produtiva. Por isso, a pequena produção agrícola familiar não pode ser tomada como um todo homogêneo, uma vez que a sua viabilidade sócio-econômica pode estar relacionada com as formas de sua organização produtiva. Determinar a rentabilidade e o desempenho sócio-econômico destas diferentes formas de organização produtiva da pequena produção agrícola familiar é fundamental para o entendimento das condições sob as quais ela é mais viável ou não no Oeste do Paraná.

Neste sentido, em termos de hipótese de trabalho busca-se verificar se a viabilidade sócio-econômica da pequena produção agrícola familiar está relacionada às suas formas de organização produtiva. Esta relação é analisada através de dados primários coletados junto às pequenas propriedades rurais, bem como a utilização de dados secundários,

originários do Departamento de Economia Rural da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento – DERAL/SEAB e da Empresa de Assistência Técnica e Rural – EMATER/PR, Núcleo Municipal de Toledo.

Assim sendo, para a análise desta relação, o trabalho está organizado em sete capítulos que estruturam o desenvolvimento desta pesquisa, começando pela introdução. Em seguida no segundo capítulo, apresenta-se a problemática da pequena produção sob o desenvolvimento do capitalismo no campo, através do debate clássico e o debate no Brasil. No terceiro, faz-se uma abordagem histórica sobre a pequena produção agrícola familiar no Oeste do Paraná. No quarto capítulo, têm-se a construção do procedimento metodológico que norteia os rumos desta pesquisa. No quinto capítulo, destaca-se o desempenho sócio-econômico de diferentes formas de organização produtiva da pequena produção agrícola familiar no Oeste do Paraná. No sexto capítulo faz-se a análise das formas de organização produtiva: suas potencialidades e obstáculos. Enfim, na conclusão, faz-se a leitura dos dados obtidos, relacionando-os com o referencial teórico e aponta-se para alguns caminhos e sugestões.

2 A PROBLEMÁTICA DA PEQUENA PRODUÇÃO AGRÍCOLA FAMILIAR

A questão de saber o que acontecerá com a pequena produção agrícola familiar no capitalismo preocupa há mais de um século os pesquisadores, sem que ainda se vislumbre o fim do debate. Mesmo porque, enquanto o debate se desenvolve, a agricultura continua sua trajetória de mudanças. Dessa forma, a problemática tratada nesta pesquisa se insere na temática dos rumos da pequena produção agrícola familiar no capitalismo. Trata-se de perguntar se, e sob que condições esta pequena produção agrícola familiar mantém a sua viabilidade em contextos específicos no ambiente capitalista em que está inserida.

Algumas das principais características que definem a pequena produção agrícola familiar são, segundo Graziano da Silva (1978, p. 3):

a) utilização do trabalho familiar, onde se configura como unidade de produção; b) a posse dos instrumentos de trabalho ou parte deles; c) existência de fatores excedentes (terra, força de trabalho, meios de trabalho) que permitam uma produção de excedentes, destinados ao mercado; e d) não é fundamental a propriedade, mas sim a posse da terra, que mediatiza a produção, como mercadoria. Dessa forma, não só o proprietário, mas também o parceiro, o arrendatário e o posseiro, podem se configurar como pequena produção agrícola familiar.

A preocupação em saber se esta pequena produção agrícola familiar tem ou não futuro na agricultura, sob o capitalismo, leva a buscar explicações sobre as transformações experimentadas pela mesma no decurso do regime de produção capitalista. Ou seja, é necessário pesquisar se e como o capital se apodera da agricultura, revolucionando-a, modificando as antigas formas de produção e de propriedade, criando a necessidade de novas formas (SILVA E STOLKE, 1981).

Tradicionalmente, esta questão recebeu uma abordagem clássica através de autores como Lênin, Chayanov e Kautsky, mas o debate não perdeu sua atualidade, apesar de decorrido mais de um século do seu início. Assim, por exemplo, no Brasil, principalmente nas décadas de 1970 e 1980, dois importantes temas, como a questão do destino dos pequenos produtores familiares e a questão ecológica que envolve a prática da agricultura moderna, se desenvolvem numa seqüência das divergências fundamentais já presentes no debate clássico.

Por isso, na seqüência, se apresenta uma breve retrospectiva do desenvolvimento deste debate sobre os rumos da pequena produção agrícola familiar sob o capitalismo, desde os clássicos até suas implicações para a análise do caso brasileiro. Isto como forma de evidenciar como este debate se desenvolveu, a fim de dar conta de uma heterogeneidade de situações e contextos nos quais a pequena produção agrícola familiar está presente sob o capitalismo.

2.1 O Debate Clássico

A discussão sobre os rumos da pequena produção agrícola familiar sob o capitalismo, apresenta três posições principais no debate clássico (Lênin, Chayanov e Kautsky), desenvolvidas desde o século XIX. Estas três perspectivas analíticas se referem à mesma problemática e buscam responder a questão de como se comporta ou o que acontece com a pequena produção agrícola familiar sob o capitalismo.

A partir da perspectiva desenvolvida por Lênin, o camponês é definido pela tragédia de seu destino social. Para ele, este será fatalmente extinto pela própria dinâmica capitalista de diferenciação entre os produtores. Assim, o campesinato (principalmente o

campesinato médio) se distingue pelo menor desenvolvimento da produção mercantil e, sob o impacto do desenvolvimento capitalista, deve-se dissolver em trabalho assalariado ou ser transformado em exploração capitalista.

Lênin, (1977, p. 177), afirma que:

o velho campesinato não está apenas se ‘diferenciando’; ele está sendo totalmente dissolvido, está deixando de existir, deslocado por tipos de população rural totalmente novos, por tipos que constituem a base da sociedade na qual dominam a economia mercantil e a produção capitalista. Estes tipos são a burguesia rural (pequena burguesia, principalmente) e o proletariado rural, a classe dos produtores de mercadorias na agricultura e a classe dos trabalhadores agrícolas assalariados.

Lênin entende que a “economia natural”, ao se abrir para a produção mercantil, tende a se dissolver nas fileiras do proletariado rural, restando uma pequena fração para a transformação em produtores capitalistas. O camponês será fatalmente extinto pela própria dinâmica da diferenciação entre os produtores. Para ele, o processo de expansão do capitalismo era, concomitantemente, o de criação do mercado para a produção capitalista e um processo de destruição de estruturas sócio-econômicas velhas e a criação de novas. Dessa forma, segundo Lênin (1977, p.16): “a transformação do pequeno produtor familiar em operário assalariado pressupõe a perda dos seus meios de produção, ou seja, pressupõe seu ‘empobrecimento’, a sua ruína”.

Em síntese, Lênin estava principalmente interessado em mostrar que o desenvolvimento capitalista na Rússia estava se dando de tal forma que se tornaria irreversível, tanto no campo da indústria como no campo da agricultura. Na agricultura especificamente, tentou mostrar que a comuna estava dando lugar a uma contínua diferenciação do campesinato que tendia a concentrar a propriedade da terra e da produção nas mãos de uma burguesia rural oposta a uma classe de assalariados rurais, mesmo que esta última ainda possuísse uma pequena parcela de terra (VELHO, 1979).

No âmbito teórico marxista, portanto, não só Lênin, mas também Kautsky, consideravam as leis do capitalismo como tendências gerais válidas para todos os setores produtivos, inclusive a agricultura. Assim, não haveria razão para supor que a forma de produção camponesa ficasse livre e inatingível e/ou apresentasse qualidades ou atributos econômicos e sociais superiores no processo de expansão do capital.

Para Kautsky, porém, a superioridade técnica da grande exploração era evidente, dado o maior potencial da sua divisão interna de trabalho e, portanto, dos ganhos de sua especialização produtiva. Para ele, no capitalismo, a forma de produção camponesa aparece sempre como subordinada. Essa subordinação se dá principalmente ao nível de fornecimento de força de trabalho. Ou seja, de acordo com Kautsky (1968, p. 178-179):

Expropriando os camponeses, a grande empresa amplia seu domínio, mas reduz o número de homens que o cultivam. Disso já resulta que, apesar de sua superioridade técnica, ela jamais consegue reinar com exclusividade numa determinada região. A grande propriedade, por mais que repila todos os camponeses livres, sempre terá uma parte deles à sua ilharga, uma parte que ressuscita como pequenos arrendatários. Assim, mesmo onde prepondere a grande exploração não consegue um império incontrastável.

E Kautsky continua:

onde a pequena empresa perde muito terreno, a grande começa a dar rendimentos cada vez menores e recua (...). Mas do mesmo modo que a eliminação da pequena pela grande propriedade, o fenômeno inverso tem também seus limites. À medida que aumenta o número dos pequenos agricultores, colocados ao lado dos grandes, multiplica-se o número de braços postos à disposição destes últimos. Aumentam, então, por consequência, a vitalidade da grande empresa e sua superioridade em relação à pequena.

Isto significa que para ele, o campesinato não desaparecerá, principalmente porque a sua existência é funcional para o desenvolvimento capitalista no campo, pela reserva de mão-de-obra que representa. Assim o camponês persiste, mas sempre subordinado à

empresa capitalista. Na atualidade, a empresa capitalista, por excelência, pode ser representada pela agroindústria.

O sistema de produção capitalista, geralmente desenvolve-se primeiramente nas cidades, mais especificamente na indústria. A agricultura, comumente, neste primeiro momento, foge da sua influência mais direta. Mas, aos poucos a evolução da indústria consegue modificar o caráter da produção rural. Ainda na Idade Média, a família do camponês, além de produzir seus próprios alimentos para sua subsistência, construía a sua casa, seus móveis e utensílios domésticos. Fabricava, também, grande parte das ferramentas utilizadas no processo de produção.

Nas palavras de Kautsky (1968, p. 27):

só a indústria capitalista se reveste de tão grande superioridade, de molde a eliminar rapidamente a indústria doméstica do camponês que produz para o seu próprio uso (...) quanto mais tal processo avança e mais se desagrega a indústria doméstica a que se dedicava primitivamente o camponês, tanto mais aumenta a sua necessidade de dinheiro, não apenas para a compra de coisas dispensáveis e mesmo supérfluas, mas também para a compra de coisas necessárias. Ele não pode mais lavar a sua terra, não pode mais prover a sua manutenção sem dinheiro.

A forma mais fácil para ganhar este dinheiro, de acordo com o autor, era transformar seus produtos em mercadorias para serem comercializadas no mercado, principalmente aqueles produtos que as indústrias não fabricavam. Assim, o camponês tornou-se o que hoje se entende por agricultor, coisa que absolutamente não foi no início: um agricultor puro, com sua base produtiva voltada para a agroindústria, produzindo a matéria-prima necessária demandada por ela.

Mas quanto mais o lavrador caía sob a dependência do mercado, quanto mais tinha necessidade de dinheiro, maior teria que ser o excesso de gêneros que devia colher e vender e, por conseguinte, requeria uma quantidade maior de terra, proporcional a sua família, pois não podia modificar à sua vontade o modo de produção já estabelecido.

Nesse sentido, o autor defende que, no caso de família muito numerosa, surgia a necessidade da sua diminuição, ou seja, afastar do domínio paterno o excedente de trabalhadores, para alocá-los ao serviço de “estranhos”, ou mesmo mandá-los para a América a fim de constituírem novo lar. Com isso a família camponesa ficava bastante reduzida.

A agricultura não é uma atividade que exige sempre do homem o mesmo gasto de trabalho. As sazonalidades decorrentes do processo de produção, faz com que em alguns momentos se utilize maior quantidade de mão-de-obra em detrimento de outros. Urge, portanto, o engajamento de braços auxiliares, de operários assalariados, que só são ocupados durante o tempo do serviço mais duro e que podem ser dispensados logo em seguida.

Comumente, afirma Kautsky (1968, p. 30-31):

a mesma evolução que, de um lado, suscitou a procura de operários assalariados, criou de outro esses operários. Ela proletariza muitos camponeses, reduz a família de outros e atira ao mercado de trabalho o excedente de seus filhos e filhas. Enfim, cria entre os pequenos lavradores a necessidade de ganhos acessórios, obtidos fora de sua própria exploração. A terra deles é muito limitada para fornecer o excedente sobre as necessidades de sua própria casa. Eles não tem produtos agrícolas que possam levar ao mercado. A única mercadoria que podem vender é a sua força de trabalho, que só temporariamente é reclamada em globo pela sua própria exploração. Um dos meios de aproveitá-la reside no trabalho assalariado, efetuado nas empresas maiores.

Percebe-se, portanto, de acordo com as idéias do autor, que o capitalismo ao penetrar no campo provoca a concentração da riqueza, a exemplo da indústria. As grandes propriedades absorvem as pequenas propriedades camponesas e ocorre a proletarização das camadas mais pobres do campesinato. Assim, num dos extremos, a tendência lógica é a proletarização do campesinato, enquanto que no outro, ocorre uma oscilação constante entre os progressos da pequena e da grande exploração. A agricultura – camponesa ou capitalista – sempre tem menor importância na sociedade. A indústria subjuga a agricultura e fica evidente a industrialização da agricultura.

Portanto, para Kautsky, a concorrência capitalista impunha que a pequena produção camponesa não poderia existir isoladamente e que não haveria espaço para os proletários permanecerem no meio rural, devendo empregar-se nas indústrias. Ele defendia que a pequena produção agrícola familiar pode subsistir, mas subordinada à indústria, atualmente, no caso, a agroindústria. Esta é uma realidade predominante no Sul do Brasil hoje.

Partindo de um ponto de vista oposto, Chayanov, defendia que o campesinato não é simplesmente uma forma ocasional e transitória. Trata-se de um sistema econômico, em cuja existência é possível encontrar as leis da reprodução e do desenvolvimento. Diferentemente do trabalhador assalariado, o camponês é um “(...) *sujeito criando sua própria existência*” (CHAYANOV, apud ABRAMOVAY, 1992, p. 118).

Dessa maneira, contrariamente a uma empresa capitalista, num estabelecimento camponês o critério de maximização da utilidade não é a obtenção da maior lucratividade possível em determinadas condições. O uso do trabalho camponês é limitado pelo objetivo fundamental de satisfazer as necessidades familiares. E estas não se confundem forçosamente com as necessidades de uma empresa. O trabalho será tanto mais valorizado quanto mais distante se estiver deste objetivo.

Dessa forma, Chayanov, apud Abramovay (1992, p. 60-61) afirma que:

o único critério econômico da unidade de produção camponesa consiste na correlação entre o grau de satisfação das necessidades da família e a penosidade do trabalho efetuado. O volume da atividade familiar depende inteiramente do número de consumidores e de maneira alguma do número de trabalhadores.

Esta afirmação é encarada como pré-condição para a lógica não-capitalista da exploração familiar, defendida por Chayanov (1976, p.,44 e 47), o qual afirma que:

nossa tarefa é a de analisar a organização da atividade econômica da família camponesa, uma família que não contrata mão-de-obra fora, possui seus próprios meios de produção e, ocasionalmente, é obrigada a empregar parte de sua força de trabalho em atividades não-agrícolas.

E novamente:

...de fato, é acima de tudo a composição da família que define os limites máximo e mínimo do volume de suas atividades. A força de trabalho das unidades de economia doméstica está completamente determinada pela disponibilidade dos que, na família, estejam aptos para trabalhar.

Nesse sentido, de acordo com o autor, é pelo fato das unidades camponesas serem, quase que exclusivamente, exploradas na base do trabalho familiar, sem assalariamento, que elas devem ser vistas como um conjunto indissociável em seu comportamento econômico, da unidade econômica baseada no trabalho assalariado (exploração capitalista), tanto em termos de seus cálculos, quanto na motivação para o trabalho. A economia camponesa segue uma lógica própria, que não é a lógica capitalista.

Assim, desde que a unidade produtiva familiar não contratasse trabalho assalariado, ela poderia permanecer à parte e “em equilíbrio” nos interstícios das relações produtivas capitalistas. As leis gerais de acumulação do capital e da dissolução/transformação de sistemas produtivos não tipicamente capitalistas, não seriam válidas para a economia familiar e camponesa. A exclusão do trabalho assalariado é, portanto, a precondição mais importante para caracterizar a dinâmica não-capitalista da produção camponesa na teoria Chayanoviana.

Pelo exposto das diferentes posições defendidas pelos três autores clássicos aqui analisados, sobre a questão dos rumos da pequena produção camponesa sob o capitalismo, pode-se perceber que embora o foco da discussão seja o mesmo, as idéias e opiniões apontadas se diferenciam. Ou seja, cada qual, estava preocupado em responder qual seria o sentido do desenvolvimento capitalista na agricultura.

Nesse sentido, questões importantes ainda estão pendentes, como por exemplo: se há evidências de uma superioridade dos aspectos técnicos e produtivos da grande produção capitalista em relação a pequena produção, ou se é válida a idéia da especificidade da agricultura no processo de desenvolvimento capitalista (Kautsky); ou ainda, se a categoria “produção familiar” é uma categoria analítica válida para uma elaboração de tipologias produtivas (Lênin); e se essa “produção familiar” pode reproduzir-se econômica e socialmente, independentemente do processo mais geral do capitalismo (Chayanov).

Finalmente, o debate teórico sobre a agricultura tem-se prolongado ao longo do tempo, pela discussão da questão agrária, levando em consideração, fundamentalmente, o problema do desenvolvimento das regiões atrasadas, como no caso da Rússia e do Brasil. No caso da Rússia, como foi apresentado anteriormente, o debate envolvia autores populistas, que defendiam a preservação da produção familiar e camponesa, e autores marxistas, para os quais a penetração do capitalismo no campo implicaria a destruição e incorporação da agricultura camponesa na agricultura capitalista.

No caso do Brasil, especificamente, a discussão envolve, de um lado o pensamento liberal conservador, que defendia uma “modernização conservadora” da agricultura, através da introdução do progresso técnico na produção agrícola, e de outro, autores marxistas e estruturalistas, para os quais a modernização da agricultura deveria, necessariamente, passar por uma reforma das estruturas agrárias. A partir daí, apresenta-se a seguir o debate sobre os rumos da pequena produção agrícola familiar no Brasil, sob a influência do capital.

2.2 O Debate no Brasil

A agricultura brasileira começa a tomar forma concretamente como setor econômico diferenciado a partir da independência política do país e, principalmente, da formação, em seu interior, de uma economia de mercado. Suas origens remontam aos primórdios do período colonial, mas o seu desenvolvimento endógeno e auto-sustentável só teve início depois da materialização das duas pré-condições mencionadas anteriormente.

Durante os três primeiros séculos, no período colonial, predominava no Brasil “a grande lavoura”, centrada na grande propriedade fundiária, na monocultura de exportação e no trabalho escravo. Embora a economia fosse predominantemente rural e agrária, a população que aqui se instalou não tinha um caráter de civilização agrícola permanente para os trabalhos da terra. O objetivo central era essencialmente explorar os recursos naturais: agricultura e extração de minério (ouro) e o trabalho servil (SZMRECSÁNYI, 1990).

O debate em torno da questão agrária no Brasil persiste desde o início do século XX. Mas é durante a década de 1960 que este fato ganha maior ênfase. Ou seja, esta problemática nacional estava totalmente atrelada à discussão sobre os rumos da industrialização brasileira. O ponto de partida básico era de que a agricultura representava um empecilho econômico ao processo de industrialização do país, por ser considerado um setor atrasado da economia (PAULILLO, 2001).

Este debate se concentra nas interpretações clássicas do desenvolvimento agrícola brasileiro. Entre os principais autores destacam-se: Guimarães (1977) e Rangel (1962), com a tese feudalista. Prado Jr. (1978), com a interpretação capitalista. Furtado (1972), com a interpretação estruturalista. Schultz (1965) e Pastore (1974), com a tese modernizante (neoclássica).

A tese feudalista é defendida principalmente por Guimarães (1977) e Rangel (1962), que condensam um conteúdo bibliográfico que permite agrupá-los dentro de uma perspectiva comum da questão agrária. Para eles, a implantação do sistema capitalista na agricultura brasileira, encontra dificuldades para ser superado em razão da estrutura arcaica e da herança dos restos feudais da economia colonial. Para ambos, a superação da questão agrária pressupõe livrar-se dos obstáculos para o pleno desenvolvimento das forças produtivas capitalistas. Era a herança feudal do latifúndio brasileiro que mantinha os elementos de atraso da agricultura nacional e que representavam um empecilho à industrialização e ao desenvolvimento capitalista do país.

Para Prado Jr. (1978), defensor da interpretação marxista do capitalismo na agricultura brasileira, a idéia geral é de que os problemas agrários são suscitados pelo próprio desenvolvimento capitalista. Portanto, a questão agrária deve ser analisada e interpretada dentro das delimitações do sistema capitalista. Para ele, não existem relações passadas e não-capitalistas no campo, as quais deveriam ser desmontadas ou destruídas para ocorrer o pleno desenvolvimento do capitalismo. As relações de produção no Brasil sempre foram capitalistas. A presença do trabalho escravo e o caráter mercantil da economia negando os fundamentos econômicos do feudalismo indicam a inexistência dos vestígios feudais na agricultura brasileira.

Por outro lado, para Furtado (1972), defensor da idéia estruturalista, o principal aspecto da questão agrária é a problemática do emprego, da mão-de-obra. A constituição do mercado de trabalho agrícola representa, assim, uma etapa inicial do desenvolvimento econômico, em que os problemas surgidos demonstram as especificidades da economia e a heterogeneidade do setor agrícola.

Para ele, já no final do século XIX, início do século XX, a economia brasileira identificava-se bastante segmentada por relações arcaicas de trabalho (dependência

peçoal); pequena produção familiar, subsistência (em certas regiões); trabalho livre e assalariado (complexo cafeeiro).

Já a teoria neoclássica (modernizante), sobre o crescimento da produção agrícola para os países em desenvolvimento, teve forte influência das idéias de Schultz (1965). O autor afirma que o agricultor não só é capaz de utilizar seus insumos de maneira a obter a maior quantidade possível de produto mas, mais que isso, essa operação leva em conta o nível relativo dos preços, de maneira a minimizar os custos e ou maximizar os resultados da produção. Isso quer dizer que para ele, o agricultor comporta-se de maneira eficiente, não só sob o ângulo técnico, mas também alocativo.

O autor defende que os produtores, desde que consigam cobrir seus custos de produção e obter um retorno líquido, estão dispostos a realizar investimentos para a adoção de novas tecnologias, a fim de gerar incrementos na produção. Dessa forma, o aumento da produção ocorreria apenas via choque exógeno, pois endogenamente não havia motivações para alterar as práticas agrícolas e, conseqüentemente, o nível de produção. Para Schultz, os produtores alocam eficientemente os seus recursos disponíveis, independentemente do tamanho da propriedade.

Para ele não existe um conceito de camponês como categoria econômica provida de uma lógica de conduta diferente de outros segmentos produtivos da sociedade. É exatamente com base nesta premissa que Schultz aponta para a racionalidade da agricultura tradicional.

Na opinião de Pastore et al. (1974), a agricultura brasileira, até meados da década de 1960, foi poupadora de capital. Este fato se deve pela oferta elástica de terra e mão-de-obra disponíveis, utilizados em larga escala. Para estes autores, embasados na teoria neoclássica de Schultz, somente um choque externo criaria motivações para aumentar a produtividade na agricultura. O Estado seria e foi o responsável para fomentar o setor, através

de créditos para a adoção de tecnologias modernas. Com taxas de juros favoráveis e a contratação de crédito oficial facilitado, o Estado direcionou os sinais de mercado para intensificar o uso de insumos modernos e aumentar o estágio de capital no setor agrícola.

A interpretação modernizante destes autores pouco enfatiza as questões referentes à mudança na estrutura agrária. Eles acreditam que as forças de mercado são capazes de promover a modernização da grande propriedade. Quanto ao pequeno produtor, acreditam que reagiria ao estímulo dos preços para garantir sua subsistência. Assim, não haveria necessidade de alterações na estrutura agrária para promover o desenvolvimento da agricultura, bastando promover políticas de viabilização da modernização (principalmente via crédito rural).

No entanto, ainda segundo os autores, a distribuição do crédito rural oficial, favoreceu, desmesuradamente, os grandes proprietários de terras, principalmente os situados na Região Centro-Sul do país. Este fator teve conseqüências negativas, pois contribuiu para aumentar ainda mais a concentração de terras e renda e, conseqüentemente, “engolindo” parcela considerável de pequenos produtores, aumentando o excedente de mão-de-obra (PAULILLO, 2001).

Nesta mesma seqüência de idéias, destaca-se também a obra de Muller (1989), onde este interpretou a industrialização da agricultura sob a ótica de Kautsky. Ou seja, seu argumento é de que o desaparecimento do pequeno produtor familiar seria inevitável, aos que não se inserissem nos complexos agroindustriais. Nesse sentido, levando em consideração a modernização excludente da agricultura, onde os grandes proprietários suprimiram os pequenos, seriam estes últimos, os maiores prejudicados, os que estariam sofrendo esse risco de forma mais eminente. Na opinião do autor, a mão-de-obra excludente seria absorvida, em grande parte, pelos setores a serviço dos complexos agroindustriais.

Este quadro de particularidades, juntamente com os processos sociais mais gerais da história da agricultura brasileira – seu quadro colonial, a dominação econômica, social e política da grande propriedade, a presença da escravidão e a existência de uma enorme fronteira agrícola disponível, livre para ser ocupada, por vezes através da simples posse - é que refletem sobre um modelo mais original da pequena produção agrícola familiar no Brasil.

Esta pequena produção agrícola familiar historicamente está presente em toda a vida econômica do país, começando pelos “sítios volantes” e as posses nos entremeios das sesmarias, nas roças dentro dos grandes engenhos de açúcar ou nas fazendas de café, até mais recentemente nos posseiros da Amazônia, os parceiros e rendeiros do Nordeste e os pequenos proprietários do Centro-Sul (GRAZIANO DA SILVA, 1982).

Assim, a história do campesinato no Brasil, de acordo com Wanderley (1996), pode ser definida como o “registro das lutas para conseguir um espaço próprio na economia e na sociedade”. Pois, em termos comparativos, diferentemente do campesinato russo do século XIX, que era um campesinato baseado na propriedade comunitária e tradicional ligado à terra, que queria permanecer defensivamente alheio ao capitalismo, aqui, o campesinato quer entrar na terra. Ou seja, freqüentemente é expulso das terras, mas com freqüência à terra retorna, mesmo que seja terra distante daquela de onde saiu.

Por essa razão, o camponês brasileiro se caracteriza, não como um camponês enraizado, mas ao contrário, ele é desenraizado, é migrante, é itinerante. A história dos camponeses posseiros, por exemplo, é de perambulação. Os camponeses proprietários do Sul são uma história de migrações, iniciando no Rio Grande do Sul e se espalhando por todo o território nacional. Estes deslocamentos, tanto dos posseiros como dos pequenos proprietários, são determinados, fundamentalmente, pelo avanço do capital sobre a terra (MARTINS, 1986).

Neste nível de precariedade porque passava o pequeno produtor agrícola no Brasil, ficava muito difícil construir um patrimônio familiar. Nem mesmo as condições básicas que consistiam na associação entre a unidade de produção e a família, e a organização da produção para assegurar as necessidades de subsistência da família, defendidas por Chayanov, poderiam ou tinham dificuldades em ser mantidas. Restavam, nesse sentido, para assegurar o projeto para o futuro - pelo qual as gerações presentes se comprometem com a estabilidade das gerações futuras - a mobilidade espacial aberta pela prática da agricultura itinerante (migrações). Em muitos casos, o único patrimônio transmitido era o próprio modo de vida dos camponeses.

De certa forma, não se pode generalizar esta situação de precariedade para o campesinato brasileiro como um todo, nos seus diversos momentos e em todo o território nacional. Porém, os camponeses necessariamente teriam que abrir caminhos e encontrar alternativas: ou submeter-se à grande propriedade, ou isolar-se em áreas mais distantes (novas fronteiras); depender apenas dos trabalhos e resultados nos sítios ou buscar complemento de renda fora (trabalho na propriedade alheia). Segue que o campesinato brasileiro é profundamente marcado pela instabilidade das situações vividas (WANDERLEY, 1996).

Deve-se deixar claro, no entanto, que diante de tamanho descaso frente ao campesinato brasileiro, este sempre esteve longe de seguir numa única direção, o que poderia implicar na sua dissolução. Pelo contrário, estes empecilhos dão conta de processos complexos que construíram trajetórias diferenciadas nos diversos momentos e em espaços diferentes dentro do território brasileiro. Assim, de acordo com Wanderley (1996), é possível identificar os processos de “campesinização”, “descampesinização” e “recampesinização”, que, de uma certa forma, revelam os caminhos de sua instabilidade estrutural.

Embora apresentando características diferenciadas, o campesinato brasileiro revelou-se de alguma forma semelhante a outros contextos históricos, como os defendidos

pelos clássicos, por exemplo. Ou seja, o acesso à terra e a reprodução de formas particulares de produção e de sociabilidade, bem como a produção centrada na subsistência mínima, confirmam estas evidências. Pela importância dada à terra, o campesinato torna-se uma classe social universal, diferenciando-se apenas pelo fato de como a questão fundiária é resolvida nos diferentes países.

E é nessa dimensão de lutas pela terra, de constituir um território familiar, um lugar de vida e de trabalho que seja capaz de guardar a memória da família e reproduzi-la para as gerações posteriores, que está centrada a luta dos camponeses brasileiros. A perseguição deste objetivo faz com que, em muitos casos, o agricultor tenha que abandonar seu local de origem para ir em busca, em outras regiões, de um pedaço de terra para sua reprodução ou até mesmo para a instalação dos seus filhos em novos estabelecimentos rurais.

Diante dessas especificidades que compõem o setor camponês brasileiro, este não se torna perfeitamente identificável, localizado, até certo ponto, em regiões delimitáveis ou vinculado a produções específicas. Isto se dá devido e principalmente, pela própria extensão territorial do Brasil e a forma de desenvolvimento que o capitalismo engendrou no país. Essas condições criam uma riqueza de forma de existência do setor camponês, assumindo caráter de pequenas parcerias (Nordeste), até o de um elo na integração vertical das agroindústrias (Sul do Brasil), onde a unidade camponesa torna-se altamente tecnicizada e mercantil.

Essas diferentes formas de existência dos produtores camponeses são causadas pelas transformações impostas pela expansão da produção capitalista, desde as mudanças técnicas, até a especialização de regiões em determinados produtos. Isto pressiona as pequenas unidades familiares a mudar de padrão para conseguir sobreviver. Na maioria dos casos essa mudança de padrão significa uma maior mercantilização da produção, “empurrando” os produtores camponeses para o cultivo de produtos comerciais, rompendo os

tradicionais sistemas de rotação de terras e culturas (policultura), para dar lugar a um único produto destinado à transformação industrial (GRAZIANO DA SILVA, 2003).

Assim, segundo Graziano da Silva (1982, p. 136-137):

essas modificações caminham no sentido de tornar a pequena produção agrícola familiar cada vez mais dependente dos mecanismos estruturais do mercado e aponta, neste sentido, vários níveis: a) na obtenção dos seus meios de vida; b) na compra de insumos da produção, dos instrumentos de trabalho e da própria terra; c) na venda de suas mercadorias, em grau crescente; e d) no mercado de trabalho, tanto fornecendo temporariamente sua força de trabalho para as grandes propriedades, como contratando eventualmente empregados para complementar a força de trabalho familiar.

A partir deste momento, esta pequena produção agrícola familiar passa a desempenhar um novo papel, pois, além de fornecer insumos (matéria-prima) para as indústrias, passa também a comprar insumos industriais (fertilizantes químicos, rações, medicamentos veterinários, máquinas e equipamentos). Desde então (década de 1950 e 60), esta deixa de exercer seu papel “passivo” na economia brasileira, constituindo-se cada vez mais num mercado não de bens de consumo, mas de meios industriais de produção, quer como compradora de certos insumos, quer como vendedora de outros. Esse processo foi denominado como a *industrialização da agricultura brasileira* (GRAZIANO DA SILVA, 1982).

Como determinantes básicos destas mudanças nas estruturas sociais agrárias nos anos 1970, formulam-se as políticas de modernização subsidiadas pelo Estado e pelo crescimento da agroindústria. Essas políticas promoveram a capitalização dos processos de trabalho rurais e a mercantilização crescente da pequena produção agrícola familiar, acelerando, por conseqüência, a taxa de proletarianização rural. Essas tendências promovem uma articulação fundamental nas relações rural-urbano, caracterizando-se pela integração direta da agricultura à reprodução dos capitais industriais (GOODMAN et al., 1985).

Nesse sentido, Muller (1989) defende a idéia de que a tendência dominante na agricultura brasileira é no sentido de um processo generalizado de modernização ou de penetração do capitalismo no campo, tanto nas diferentes regiões, como em diferentes tipos de propriedades. No caso da pequena produção agrícola familiar, o autor afirma que esta torna-se uma pequena empresa capitalista (integração com a Agroindústria).

Na verdade esse processo representa a subordinação da natureza ao capital, libertando, aos poucos, o processo de produção agropecuária das condições naturais dadas, passando a fabricá-las sempre que se fizerem necessárias. Isto é, se faltar chuva, irriga-se, se não houver solos suficientemente férteis, aduba-se, se ocorrerem pragas e doenças, responde-se com defensivos químicos ou biológicos. A produção agropecuária deixa, assim, de ser uma esperança ao sabor das forças da natureza para se converter numa certeza sob o comando do capital (GRAZIANO DA SILVA, 1998).

Dessa maneira, com a entrada do capitalismo no campo e o conseqüente avanço da agroindustrialização, surgiram três características básicas no desenvolvimento da pequena produção agrícola familiar nas décadas de 1960, 70 e 80 que evidenciam a relação com o debate clássico e vem se mantendo ao longo do tempo: a) crescente dependência da agricultura à indústria (Kautsky); b) desigualdade do processo de penetração do capitalismo no setor (Lênin); e c) a permanência da pequena produção agrícola familiar não-capitalista (Chayanov).

Nesse sentido, Sorj apud Wilkinson (1986, p. 40-41) entende esta questão da crescente subordinação da agricultura ao complexo agroindustrial da seguinte forma:

a crescente penetração do capital na base do processo produtivo agrícola determina uma transformação e diferenciação constante das características dos diferentes tipos de empresas agrícolas. Grande parte dos latifúndios se transformam em modernas empresas capitalistas, diferenciando-se cada vez mais dos antigos latifúndios tradicionais assentados na exploração da renda do pequeno produtor. A pequena produção agrícola familiar por sua vez ou

é marginalizada ou se integra ao complexo agroindustrial, gerando uma camada de pequenos produtores capitalizados.

Esta marginalização de uma camada considerável destes pequenos produtores se dá principalmente, pela modernização que ocorre no campo, onde o objetivo dos grandes fazendeiros é mecanizar e quimificar suas lavouras expulsando os “trabalhadores assalariados disfarçados”: meeiros, arrendatários ou trabalhadores residentes, no intuito de diminuir a dependência desta mão-de-obra. Com isso, para uma grande maioria, dadas as dificuldades de acesso à terra, a única alternativa é a migração para os centros urbanos e a conseqüente proletarização.

Posteriormente, esta mesma mão-de-obra retorna de forma casual para estes mesmos proprietários, os chamados “bóias-frias”. A velha estrutura do latifúndio é substituída pela empresa capitalizada, que passa a utilizar mão-de-obra assalariada temporária, em detrimento das relações salariais até aí “disfarçadas” em formas não-monetárias de remuneração, constituindo-se no novo paradigma da agricultura brasileira (GOODMAN et al., 1985).

Este êxodo rural que enchia as cidades com pessoas “expulsas” do campo, em decorrência do processo de modernização, teve também contribuição do Estado, que com sua política agrícola, concedeu subsídios pesados para o capital, fortalecendo a expansão da grande produção (capitalista) em detrimento da pequena produção familiar, vista como ineficiente e sobretudo composta por agricultores descapitalizados.

Na verdade, a grande massa de pequenos produtores familiares que não se integrou à agroindústria e permaneceu no campo, continuou basicamente com duas alternativas de sobrevivência: ou tentou a sorte na fronteira agrícola, ou procurou sobreviver na área de origem, intensificando a sua produção no espaço disponível e/ou buscando complementar a renda, insuficiente para sua subsistência, vendendo sua força de trabalho, em

ocupações agrícolas e não-agrícolas, fora da unidade familiar de produção (GUANZIROLI *et al.*, 2001).

Contudo, vale ressaltar, que o processo de diferenciação defendido por Kaustky para o campesinato ainda no século XX, também se fez presente no Brasil, através da agroindustrialização, pois este não mostrou tendências no sentido de impor um padrão homogêneo à divisão social do trabalho. Em vez disso, as políticas governamentais que visaram defender as estruturas agrárias existentes, reforçaram a heterogeneidade das relações sociais na agricultura brasileira. Dessa forma, ocorreu um processo de regionalização da agricultura brasileira, predominando uma estrutura específica para cada região (GOODMAN *et al.*, 1985).

Esta regionalização e a conseqüente heterogeneidade ocorrida na pequena produção agrícola brasileira, são fatores importantes que justificam o presente estudo. Na questão da regionalização, esta se deu pelo fato, de um lado, o Estado funcionar como mediador das relações insumo-produto entre setores agrícolas em modernização e capitais agroindustriais, subsidiando mercados e acelerando a diversificação da agroindústria. Esta estratégia marca a diferença existente entre o Brasil e alguns casos de incorporações de setores específicos por empresas transnacionais agroindustriais, no sentido de estabelecerem enclaves regionais para produtos de exportação.

Em contraste com estas especificidades regionais, a modernização na agricultura brasileira, abrangeu o país como um todo. Em contrapartida, as políticas para o setor foram altamente seletivas, de acordo com o tamanho das propriedades, tipos de produção e região. Sem contar com a enorme desigualdade da incidência espacial encontrada no Brasil em termos regionais. Estes fatores principais, evidenciam portanto, a diferenciação regional ocorrida no país e dão suporte para justificar a análise da pequena produção agrícola em contextos específicos, como no caso da Região Oeste do Paraná.

Neste contexto, a pequena produção agrícola familiar no Brasil, apresenta-se num universo considerado não homogêneo, tanto do ponto de vista econômico, quanto do sócio-cultural. Não é uma categoria considerada estanque, imóvel ou isolada das demais. Sua evolução segue trajetórias diferentes, podendo passar de uma categoria social a outra. Alguns produtores estão em processo de acumulação de capital e outros em descapitalização. Esta diferenciação econômica e social destes pequenos produtores familiares no Brasil é principalmente resultante da dinâmica das relações sociais nas quais se inserem.

Dessa forma, este grau de heterogeneidade apresentado principalmente nesta categoria de pequenos produtores familiares, com a industrialização (consolidação dos Complexos Agroindustriais), fez com que se desenvolvesse uma polarização crescente na pequena produção familiar, na década de 1990. De um lado, ocorreu uma perda gradativa do papel produtivo dos segmentos mais pobres destes pequenos produtores, de modo a converter a terra que possuem em mero local de moradia, ou, quando muito, produção para auto-consumo da família.

No outro extremo, a diferenciação na pequena produção agrícola familiar, apresenta uma tecnificação crescente dos produtores integrados aos Complexos Agroindustriais, somando um patrimônio imobilizado crescente. Porém, com níveis de autonomia na organização de seu próprio processo produtivo, cada vez menor. Ou seja, de um lado um segmento de empresas familiares relativamente prósperas e bastante tecnificadas; e de outro, uma contínua recriação/destruição em todos os cantos do país de pequenos produtores familiares pauperizados, pouco tecnificados e não integrados aos Complexos Agroindustriais (GRAZIANO DA SILVA, 1998).

Nesse sentido, retoma-se o debate clássico para relacionar as transformações ocorridas na pequena produção agrícola no Brasil. Ou seja, ocorreu o processo de proletarianização do pequeno produtor agrícola familiar, mas não pode ser considerado um

processo universal (Lênin); existe uma lógica não-capitalista – o pequeno produtor agrícola familiar preocupa-se mais em subsistir, ficando longe do lucro puro, propriamente dito – mas o entorno é capitalista (Chayanov); e em termos regionais, no contexto do Sul do Brasil, principalmente (Região Oeste do Paraná), ocorreu uma forte ligação com a agroindústria, tornando a atividade dentro das pequenas propriedades diversificadas e complexas (Kautsky).

Portanto, a discussão anterior que se apresenta sobre os rumos da pequena produção agrícola familiar sob o capitalismo, justifica a realização deste estudo em que se propõe analisar a viabilidade sócio-econômica desta categoria de produtores, através de diferentes formas de organização produtiva.

Dessa forma, este estudo se propõe a contribuir para este debate, no sentido de verificar sob que condições a pequena propriedade agrícola familiar se mantém mais viável. Ou seja, comparativamente, qual a modalidade mais viável de organização da produção na pequena propriedade em termos sócio-econômicos para a Região Oeste do Paraná.

3 A PEQUENA PRODUÇÃO AGRÍCOLA FAMILIAR NO OESTE DO PARANÁ

3.1 Formação e Desenvolvimento

A pequena propriedade agrícola familiar é predominante na Região e teve sua origem com o processo de colonização desenvolvido entre as décadas de 1940 e 1960, principalmente. Isto porque, de acordo com os planos das empresas colonizadoras, priorizou-se a divisão de lotes de terras a serem comercializados em áreas de cerca de 24 hectares (“uma colônia”), destinados basicamente a colonos oriundos dos Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, já habituados com o desenvolvimento de uma agricultura em moldes familiares (GREGORY, 2002; COLOGNESE et al., 1999).

O processo de colonização na Região teve seu impulso inicial favorecido por acontecimentos que envolveram a conjuntura mundial que estava em crise, ocasionando incertezas nas Companhias estrangeiras que operavam no Oeste do Paraná, desativando seus empreendimentos ou entrando em falência, abrindo espaços para investimentos nacionais, após a Segunda Guerra Mundial. Outro fato importante foi a migração de colonos, num processo de expansão das fronteiras agrícolas, originários das velhas colônias de imigrantes europeus do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, que já possuíam excedentes populacionais dispostos a tentar reproduzir suas aptidões de colonos (GREGORY, 2002).

A atração pela “terra nova” se dava basicamente pelo fato das terras daqui (Oeste do Paraná), ter um preço de mercado inferior ao preço das terras de origem (Rio Grande Sul e Santa Catarina). Porém, o que mais chamava a atenção destes colonos eram os

fatores naturais que aqui se encontravam: solos férteis, grandes áreas de terras livres de morros, água em abundância e clima favorável e agradável.

Este fato da migração destes pequenos produtores familiares vindos do Sul do país é característico e deixa claro aquilo que é intrínseco à categoria, que é dispor de um pedaço de chão para se reproduzir e manter o sustento da família. A origem destas migrações para novos espaços coloniais se deve, principalmente, às altas taxas de natalidade, às condições econômicas adversas, pressão social sobre o meio e a conseqüente fragmentação das propriedades, esgotamento dos solos e o processo de expropriação, fruto da penetração do sistema capitalista no campo. Assim, esse processo de transformação e a busca pela “terra nova”, permitia que o pequeno produtor se reproduzisse socialmente, mantendo sempre a força do trabalho familiar. Nesse sentido, de acordo com Emer (1991, p. 83-84):

“todo esse processo de transformação, tem profundas ligações com o movimento histórico da Revolução de 1930, com a implantação de um Estado criador das classes sociais modernas, da industrialização e das relações cidade-campo. No caso específico do Oeste do Paraná, as políticas que derivaram da Revolução de 1930 (ocupação de espaços vazios pela redistribuição de população, marcha para o Oeste e interligação das ilhas de desenvolvimento), assumem significado especial”.

No contexto da “Marcha para o Oeste”, as políticas nacionalistas de Vargas desencadearam um processo de colonização e de ocupação de suas terras localizadas junto às fronteiras, destacando-se a Região Oeste do Paraná. Estas políticas contribuíram substancialmente para a decadência das Companhias estrangeiras, em especial da Companhia de Madeiras Del Alto Paraná, favorecendo a criação e o estabelecimento de Companhias madeireiras e de colonização nacionais que adquiriram suas terras (SCHALLENBERGER & COLOGNESE, 1993).

Dessa forma, a Industrial Madeireira Colonizadora Rio Paraná S. A. (MARIPÁ), com sede no Rio Grande do Sul e filial instalada na cidade de Toledo, Estado do

Paraná, adquiriu a Fazenda Britânia e passou a investir de forma decisiva na Região, negociando a compra e venda de extensa área de terra, tornando-se assim, a principal empresa colonizadora da Região Oeste do Paraná. Seu objetivo principal era dinamizar a comercialização das terras e simultaneamente promover a ocupação efetiva da Região, optando pela colonização voltada para o sistema de pequenos lotes rurais e o desenvolvimento da policultura.

Com o desenvolvimento da colonização em regime de pequena propriedade, iniciava-se uma nova etapa histórica na Região. As *obrages*² desapareceram e surgia no lugar do *mensu*³ o colono. Este colono substituiu o *mensu* paraguaio que praticamente desapareceu da região e o pequeno e médio proprietário rural deslocavam o *obrageiro*. Nos primeiros dez anos de colonização (1946 a 1955), foi a seguinte a entrada de colonos na Fazenda Britânia:

ANOS	COLONOS
1948 ou antes	130
1949	110
1950	375
1951	1480
1952	1110
1953	1035
1954	1450
1955	1230
TOTAL	6920

Fonte: WACHOWICZ, 1982.

Quadro 1 – Entrada de Colonos na Fazenda Britânia, no período de 1946 a 1955.

Esses colonos eram em maior número, formados por descendentes de alemães, seguidos por descendentes de italianos. Dedicavam-se, na terra de origem, à

² Companhias que exploravam produtos nativos – erva-mate e madeira – através de relações de trabalho de “servidão”.

produção na pequena propriedade familiar. Eram reconhecidos como “afeitos ao trabalho”, com experiência comunitária e cooperativa. Sendo por estas razões, escolhidos pela empresa Companhia Madeireira e Colonizadora Rio Paraná S.A. (MARIPÁ). Ao chegarem à Região fundaram uma “comunidade” dinâmica de agricultura diversificada e auto-suficiente. Além da criação ou produção de pequenos animais (suínos, aves...), estes mantinham também a produção de cereais (feijão, milho, arroz, trigo...) e da mandioca. O cultivo do milho destacava-se, pois era um produto essencial para a suinocultura e para a bovinocultura.

Percebe-se, nesse momento, que além da busca incessante pela terra, o pequeno produtor agrícola familiar mantém também suas tradições passadas de geração a geração que, além de viver em comunidade, busca, em primeiro lugar, sua subsistência, ou seja, produzir produtos para seu auto-consumo. Mas também é importante deixar claro que estes pequenos produtores agrícolas, tanto no passado como atualmente, sempre tiveram como objetivo, ter acesso a atividades estáveis e rentáveis. Por um lado, o acesso a uma atividade mercantil e por outro lado, a esta atividade mercantil a soma do cultivo de produtos para o auto-consumo.

Esta dupla face da atividade produtiva fundamenta a complementação e a articulação entre a atividade mercantil e a de subsistência. Este é particularmente o caso de alguns produtos (milho e mandioca, por exemplo), que têm a marca da alternatividade para estes pequenos produtores familiares. Ou seja, além de serem consumidos diretamente, podem servir de alimento para os animais e ao mesmo tempo seus excedentes serem vendidos no mercado, gerando renda monetária para adquirir outros produtos necessários para o consumo doméstico, não produzidos na propriedade (sal, querosene, etc.).

Outra característica fundamental que está presente na constituição desta categoria de produtores, a fim de manter relações de trabalho familiar e ajuda mútua entre

³ Trabalhadores paraguaios, os chamados guaranis modernos, eram os indivíduos que se propunham a

vizinhos, centraliza-se na construção do espaço para o estabelecimento das famílias. Neste aspecto quando do processo da colonização na Região, parte da produção deste se manteve, num primeiro momento. Esta foi uma preocupação inicial das Companhias de exploração representando o ponto de partida a partir do qual a MARIPÁ – Industrial Madeireira Colonizadora S. A., definiu novas formas de ocupação e conseqüente reprodução deste espaço. Assim, toda a área foi dividida em pequenos lotes coloniais, cada um com dez alqueires paulistas (24 hectares ou 240.000 metros quadrados), denominados de “colônias”.

Este projeto de colonização voltado para pequenos lotes foi cuidadosamente elaborado e planejado para manter ou construir um espaço com características que apresentassem algumas semelhanças com aquele que estava sendo deixado para trás, para que os futuros colonos que se instalariam na Região, sofressem um impacto menor, resultante do deslocamento das velhas para as novas áreas. Ou seja, de acordo com Santos (1984), para estes pequenos produtores familiares, além de ter que enfrentar as dificuldades inerentes ao próprio deslocamento e a instalação num local desconhecido, o desafio maior consiste em obter êxito na nova empreitada, em detrimento do fracasso que se estava deixando para trás.

Dessa forma, de acordo com Zaar (1999, p. 47-48):

Houve, quando da divisão destes lotes, uma preocupação tanto em contemplar cada um com parte de cursos d’água que atravessavam a área, como em interligar todos estes lotes às sedes ou vilas, mesmo que em pequenas e precárias vias. Como a Região é constituída por uma rede abundante de águas correntes, conseguiu-se nesta divisão, que cada uma destas pequenas propriedades fosse beneficiada, pelo menos por um córrego.

Assim, segundo a autora, a produção desse espaço durante a década de 1950, concretizou-se por meio de relações de trabalho genuinamente familiar, e de relação de cooperação entre as famílias, às quais tinham como atividade principal as práticas agrícolas,

desenvolvidas para a sobrevivência dos grupos e à organização do trabalho para tornar as terras produtivas. Para tanto desmatavam, semeavam, cuidavam e colhiam, num processo de produção diversificada.

Esta prática de produção diversificada (policultura), praticada pelos colonos recém instalados nas suas propriedades, proporcionou o desenvolvimento posterior da Região. Já no final dos anos 60, o Extremo Oeste do Paraná, apoiado na pequena propriedade familiar, situava-se como uma das áreas mais importantes do Estado (SCHREINER, 1997).

Desta forma diante da evolução que vinha ocorrendo no processo produtivo de vários produtos, alguns se destacaram e passaram a despontar como grandes atividades econômicas, como foi o caso da suinocultura e mais tarde, no final da década de 60, início da década de 70, do século XX, com o advento da mecanização, as culturas do trigo e da soja (NIEDERAUER, 1992).

Neste contexto de mudanças, os pequenos e médios proprietários tiveram suas condições sócio-econômicas alteradas devido ao processo de modernização da agricultura (1970 e 1980). Surge nesse momento uma agricultura subordinada à indústria. A modernização da agricultura incorporou a produção agrícola da Região ao mercado internacional, homogeneizando a produção, ou seja, eliminou técnicas e particularidades produtivas baseadas na rotina e na tradição, intensificando-se as relações mercantis.

Estas transformações, além de afetar o uso do solo, produziram também deslocamentos consideráveis na estrutura fundiária da Região. Na passagem entre as décadas de 1970 e 1980, ocorreu uma redução de 7.400 estabelecimentos rurais. Os estabelecimentos com área inferior a 50 hectares diminuíram em 11,7%, enquanto que os superiores a 50 hectares tiveram um crescimento de 46,1%, o que caracterizou um processo de concentração fundiária de proporções significativas (COLOGNESE et al., 1999).

Nesse sentido, com os desdobramentos decorrentes do processo de modernização agrícola, estas transformações, apontam em termos do debate clássico da pequena produção agrícola, que ocorreram na Região, com a entrada do capitalismo no campo, modificações na estrutura fundiária interna à pequena produção familiar em todos os sentidos da análise clássica. Ou seja, ocorreu a proletarização, mas não o desaparecimento total das pequenas propriedades (Lênin). Além da proletarização, houve um processo de diferenciação e integração à indústria (Kautsky). E por último, persiste uma lógica não-capitalista nas pequenas propriedades, já que na sua grande maioria, não se leva em consideração o “lucro puro” da produção (Chayanov).

Disto infere-se que ocorreu na Região Oeste do Paraná, desde o início da sua colonização até os dias atuais, no primeiro momento, o processo de formação da pequena produção familiar (início da colonização). Posteriormente e durante o período, um processo de exclusão e diversificação das formas de organização produtiva destas pequenas propriedades agrícolas. Nesse sentido, na seqüência, faz-se um rápido apanhado histórico para evidenciar tal fato.

3.2 A diversificação nas Formas de Organização Produtiva

Inicialmente, no período da colonização, as pequenas propriedades concentravam-se no desenvolvimento de uma agricultura e de uma agropecuária diversificadas, voltadas para a produção de subsistência, onde apenas os excedentes eram comercializados. É o que se poderia chamar de um modelo de diversificação produtiva da agricultura familiar, que chegou a ser bastante predominante na Região.

Esta fase caracterizou-se pela economia extrativa e de subsistência familiar e predominou nas décadas de 1950 e 1960. A unidade familiar deveria ser auto-suficiente, produzindo gêneros diversificados com a finalidade de prover a subsistência e destinar os excedentes ao mercado para suprir as necessidades não atendidas pela produção agropecuária. As relações de produção que se estabeleceram ao nível da família e da comunidade se orientaram no sentido de converter os recursos disponíveis em meios de subsistência (SCHALLENBERGER & COLOGNESE, 1993).

Este sistema de agricultura tradicional, voltado principalmente para a subsistência familiar, constituiu-se num caso peculiar no Oeste do Paraná, apresentando um curto período de duração, uma vez que o processo de colonização ocorreu quando da passagem de transição da agricultura tradicional para a agricultura moderna. Neste contexto, a fase pioneira da fronteira (1950), foi-se confundindo com os esforços institucionais do estado e de órgãos públicos e privados para acelerar e intensificar o processo de modernização (1960/70), (GREGORY, 2002).

A região colonizada pela MARIPÁ e o Oeste do Paraná, como um todo, passaram, a partir do final da década de 1960, por profundas mudanças decorrentes de um processo mais amplo da realidade mundial e brasileira. Neste período, os reflexos da dinâmica do capital provocaram ações e reações nos diferentes espaços. Os costumes sócio-econômicos e culturais específicos dos colonos que vieram se estabelecer na Região, sofreram fortes impactos do novo da fronteira agrícola e das inovações antepostas pela modernização no campo, que foi se intensificando e aprofundando nas décadas posteriores.

Já no início da década de 1970, a pequena produção agrícola familiar era conduzida a abandonar seu sistema produtivo de subsistência, substituindo produtos tradicionais como arroz, feijão, batata-inglesa, mandioca, por cultivos que visavam a comercialização, tais como soja e trigo. Tal substituição, levou esta pequena produção

agrícola familiar a uma posição de subordinação com relação a produção industrial. Este fato, além de destruir uma economia de subsistência, destruía igualmente, o equilíbrio do homem do campo, que até então se fixava na área rural, mantendo uma relação direta com a natureza, onde tirava seus meios para se reproduzir enquanto sociedade (ZAAR, 1999).

A pequena produção agrícola familiar, passa neste momento, a se reproduzir e a se adaptar, num contexto sócio-econômico próprio do sistema capitalista, que a leva a realizar modificações no seu jeito de produzir e no seu jeito de viver. Mas, estas mudanças não caracterizam um abandono total, ou uma ruptura generalizada e definitiva com a forma anterior de produção. Embora haja a necessidade de adaptar-se às novas exigências da sociedade moderna, este pequeno produtor familiar ainda traz consigo e mantém certas tradições e costumes da cultura camponesa, herdada dos seus antepassados.

Assim, este pequeno produtor, ao mesmo tempo em que se vê cercado por um sistema que o obriga a produzir mercadorias padronizadas para suprir e abastecer, principalmente, as unidades industriais e automaticamente sua subordinação a este sistema, conforme defendido por Kautsky, se encontra à margem deste numa relativa autonomia face a sociedade global, produzindo mercadorias para sua subsistência e reprodução familiar, conforme defendido por Chayanov.

A pequena produção agrícola familiar, tem pois, uma cultura própria que se refere a uma tradição (esta posição já era defendida no século XIX por Chayanov). Todavia, esta encontra-se inserida num sistema que experimenta constantes e variadas transformações e ou inovações, às quais precisa se adaptar, tanto a nível local, regional, nacional e internacional e que na maioria das vezes, exige uma crescente inserção no processo de internacionalização do mercado, através de produtos padronizados.

Assim, para Schallenger & Colognese (1993, p. 23):

o mercado se encarregou de definir os produtos viáveis, atribuindo-lhes valores convencionais. (...) A terra deixou de ser um espaço social de produção da subsistência e de produção de relações familiares. Assumiu, progressivamente, o caráter de um meio de produção de mercadorias.

Com efeito, a modernização da agricultura nos moldes das inovações tecnológicas baseadas na “Revolução Verde”, repercutiu significativamente no conjunto das relações sociais, na cultura e na produção agropecuária do Oeste do Paraná. A dinâmica comunitária sofreu o impacto das ações individualizadas e concorrenciais. As novas tecnologias despojaram os colonos do seu saber tecnológico, levando-os à perda do domínio e do controle dos processos produtivos na agropecuária (SCHALLENBERGER & COLOGNESE, 1993).

Isto se efetuou no momento, principalmente, da progressiva introdução da cultura da soja e do trigo, que com o advento da mecanização das terras, motivada pelos incentivos governamentais, os quais financiavam a destoca das matas e a aquisição de maquinários, começaram a ser cultivados com máquinas e equipamentos modernos, no verão e inverno, respectivamente. Dessa maneira, consolidou-se uma nova forma de produção agrícola, voltada basicamente para produtos agrícolas, introduzindo uma maior integração e subordinação das atividades agrárias, para com a agroindústria e as políticas estatais.

Neste contexto, foram criadas as cooperativas na Região, com o objetivo de facilitar a expansão do processo modernizador, dentro da estratégia global das transnacionais, encurtando a distância entre produtor e consumidor. Assim, essas empresas tornaram-se agentes de comercialização da produção agrícola e direta e indiretamente encarregaram-se da distribuição do produto à indústria de processamento. Através deste aparente papel intermediador, as cooperativas começaram a interferir na vida produtiva deste pequeno agricultor e gradativamente, conseguiram introduzir na pequena produção agrícola familiar, hábitos que resultaram na modernização das práticas agrícolas e no estreitamento das relações

entre trabalhadores agrícolas e as agências bancárias, dando o primeiro passo para a subordinação às agroindústrias (ZAAR, 1999).

Fica evidente, neste momento, que o trabalho agrícola e doméstico, antes feito para a satisfação de necessidades familiares, passa agora a ser transformado em mão-de-obra autônoma para a produção capitalista. Ou seja, o processo de trabalho do pequeno produtor familiar continua sendo exercido da mesma maneira, isto é, a propriedade da terra ainda é sua, tal qual os meios de produção, a mão-de-obra utilizada é familiar, mas o modo de produção capitalista é que imprime o processo de produção e a jornada de trabalho.

O desenvolvimento da agroindústria faz com que a agricultura deixe de ser apenas produtora de alimentos, para ter também outras funções. Estas são estabelecidas de acordo com as necessidades do capital industrial. O setor passa a ser desde fornecedor de matérias-primas e consumidor de bens industrializados, até fonte de divisas para importações, além de ser provedor de alimentos para a reprodução da força de trabalho urbano.

Neste sentido, segundo Gregory (2002, p. 219):

muitas transformações que a pequena produção agrícola familiar sofreu estavam ligadas à ampliação e ao acesso ao crédito. As diferenciações no interior da estrutura social foram se estabelecendo em função da situação jurídica em relação à terra. O crédito era concedido aos proprietários, ao passo que os produtores não proprietários tiveram maiores dificuldades para terem acesso ao crédito. O mecanismo de crédito foi o principal elemento seletivo da modernização, da diferenciação da produção familiar e da constituição de novos grupos sociais na Região.

Com o advento do crédito fácil, tanto na compra de sementes e insumos, quanto para compra de maquinários, surge o endividamento dos colonos. Isto contribui fortemente para o processo seletivo de produtores e para a proletarização daqueles que “deixam” de honrar seus compromissos (dívidas). Este fato gera modificações no que se refere à estrutura fundiária, à população rural e ao mercado agrícola, no Oeste Paranaense. Há redução da mão-de-obra familiar e crescimento do número de assalariados permanentes,

temporários e de parceiros. Como consequência, a pequena produção agrícola familiar reduz-se numericamente, passando a produzir sob nova condição material e técnica (GREGORY, 2002).

Percebe-se, ao longo do processo de evolução e penetração do capitalismo no campo, que quanto mais os mecanismos do capital alteram as formas de produção no setor agrícola, principalmente nas pequenas unidades produtivas, mais se evidencia e caracteriza o debate clássico na Região. Pois fica claro o desaparecimento, a proletarização, a diferenciação, defendidas por Lênin e Kautsky, respectivamente, ainda no século XIX. Ou seja, a modernização impõem constantes modificações ao setor agrícola, mas algumas características persistem, passando de geração a geração.

Assim, analisando as transformações na pequena produção agrícola familiar da Região, é bem verdade dizer que atualmente a agricultura assume uma racionalidade moderna, exigindo um certo grau de profissionalização do agricultor, pois este se encontra inserido num contexto geral de mercado e não mais parcial. No entanto, estes “novos produtores” (pelo menos uma grande parte deles), quando comparados com seus meios de produção utilizados no passado, na chamada agricultura tradicional, percebe-se que em muitos casos fica evidente uma certa continuidade, mostrando vestígios claros que permanecem desde os clássicos, como por exemplo, a produção para a subsistência defendida por Chayanov.

Ou seja, suas estratégias de reprodução, nas condições modernas em que se encontram inseridos, continuam baseadas, em grande parte, na valorização e no uso dos recursos naturais e internos existentes na propriedade, nas relações familiares, tendo como objetivo principal, assegurar a sobrevivência da família no presente e garantir sua reprodução no futuro. Com efeito, os agricultores familiares modernos enfrentam as constantes inovações

e desafios da modernização no presente, com as mesmas “armas” e costumes que aprenderam a usar ao longo do tempo.

É neste sentido que ocorre, o desaparecimento, a proletarização e a diferenciação das pequenas unidades familiares. Aqueles produtores que não conseguem se desvencilhar dos antigos laços e formas de produção tradicionais, acabam sendo excluídos do sistema, permanecendo apenas aqueles que se adaptam à nova dinâmica de produção capitalista e às novas exigências de mercado, concentrando a produção, principalmente de alimentos, num número cada vez menor de pequenas propriedades.

Este fato se confirma para a Região Oeste do Paraná, pois segundo dados do IBGE para os anos de 1975 e 1980, a estrutura fundiária da Região, apresentou em 1975 um total de 90.907 estabelecimentos rurais; em 1980 este número caiu para 75.093 estabelecimentos, correspondendo a uma área de 1.837.529 ha. A tabela a seguir mostra o número de estabelecimentos rurais existentes na Região no período de 1975 à 1980.

Tabela 1 – Número de estabelecimentos rurais existentes na região Oeste do Paraná, de acordo com cada estrato de área para o período de 1975/1980

ESTRATOS DE ÁREAS (Ha)	NÚMERO DE ESTABELECEMENTOS		PERCENTUAL (%)	
	1975	1980	1975	1980
0 a menos de 10 há	50.267	35.509	55,29	47,29
10 a menos de 20 há	21.902	19.334	24,09	25,75
20 a menos de 50 há	14.064	14.575	15,47	19,41
50 a menos de 100 há	2.861	3.381	3,15	4,50
100 a menos de 1000 há	1.742	2.205	1,92	2,94
1000 há ou mais	71	89	0,08	0,11
TOTAL	90.907	75.093	100	100

Fonte: Censo Agropecuário do Paraná 1975/1980 – IBGE

Observando os dados da Tabela acima, fica evidente o desaparecimento de um número considerável de estabelecimentos rurais no período analisado. Esta diminuição caracteriza-se com maior intensidade entre os estratos de menos de 10 hectares e entre 10 a menos de 20 hectares, atingindo, sobretudo, a pequena propriedade familiar. Verifica-se que em 1975 estes estratos detinham 72.169 propriedades rurais, correspondendo a 79,40% do total de propriedades na Região. Já em 1980, este número caiu para 54.843 estabelecimentos, perfazendo um percentual de 73,03% do total absoluto.

Por outro lado, evidencia-se também a concentração fundiária que ia acontecendo de ano em ano na Região, esta concentração se deu principalmente nos estratos que ocupam os estabelecimentos com maiores extensões de terra. As faixas que variam de 50 a 100 hectares, sofreram um aumento de 520 propriedades, ou seja, de 2.861 em 1975, passaram para 3.381 em 1980. Enquanto a faixa de 100 a 1000 hectares apresentou um aumento de 18 estabelecimentos, passando de 71 em 1975 para 89 em 1980.

Fazendo uma análise atual, através dos dados do Censo Agropecuário realizado pelo IBGE (1995/1996), estes revelam que o processo de desaparecimento da pequena propriedade agrícola e a conseqüente concentração fundiária continua acontecendo em ritmo acelerado. Estes dados apontam, no período, a existência de 56.735 propriedades agrícolas na Região Oeste do Paraná. Destas, apenas 23.447 estão na faixa de menos de 10 hectares. Se compararmos este número com os números de 1975, quando existiam 50.257 propriedades nesta mesma faixa de área, percebe-se que ocorreu um desaparecimento de 26.820 estabelecimentos, ou seja, houve uma redução de aproximadamente, 55% destas pequenas propriedades. Estes pequenos lotes foram basicamente absorvidos por médios e grandes produtores.

Através desta evolução fundiária na Região, verifica-se um acentuado processo de concentração de terras, embora no início da colonização o predomínio fosse de

pequenas propriedades (lotes com aproximadamente 24 hectares, ou 10 alqueires paulistas). Mas, apesar do desaparecimento e a concentração de terras, as pequenas e médias propriedades ainda apresentam grande representatividade para a Região Oeste do Paraná, pois se observar os dados relativos ao Censo Agropecuário do IBGE, correspondentes aos anos de 1995-96, percebe-se que o estrato que compreende a faixa de 0 a menos de 100 hectares, detêm 53.765 estabelecimentos rurais de um total de 56.735. Ou seja, algo em torno de 95% dos estabelecimentos agrícolas da Região.

Paralelo ao processo de concentração e exclusão das pequenas propriedades agrícolas, que se deu pelo fato destes pequenos proprietários não conseguirem reverter os patamares tecnológicos e de organização da produção, impostos pela modernização e especialização da produção agrícola, ocorre também um grande esvaziamento populacional do meio rural rumo à cidade, provocando graves conseqüências sociais para a Região Oeste do Paraná. Citam-se, por exemplo, o crescimento desordenado e sem planejamento e a falta de infraestrutura básica para absorver este contingente populacional. Na tabela, abaixo, verifica-se todo este processo.

Tabela 2 – População rural e urbana no Oeste do Paraná no período de 1970 a 1991

ANOS	URBANA		RURAL		TOTAL
	Nº	%	Nº	%	
1970	149.516	20	602.916	80	753.432
1980	484.504	50,4	476.205	49,6	960.709
1991	728.126	72	287.803	28	1.015.929

Fonte: COLOGNESE *et al.*, 1999.

Os dados da tabela acima revelam que além de um crescimento considerável da população na Região, entre as décadas de 1970 e 1991, na ordem de 34,5%, passando de

753.432 para 1.015,929 habitantes, ocorre neste período, uma inversão populacional do meio rural para o urbano. A população rural sofre uma redução de 52,3%, reduzindo-se de 602.916 habitantes, para apenas 287.803. Por outro lado, o crescimento da população urbana foi de 386,9%, passando de 149.516 habitantes em 1970, para 728.126 em 1991. Em resumo os dados revelam que a população rural que representava 80% da totalidade populacional da Região em 1970, passa em 1991, a representar apenas 28% deste total (COLOGNESE *et al.*, 1999).

Disto se deduz que a modernização da agricultura no Oeste do Paraná e seu processo seletivo, provocou uma tendência geral de concentração da propriedade e de concentração da produção. As novas tecnologias intensificaram o uso do capital e pouparam mão-de-obra, elevando a produtividade e reduzindo a quantidade de trabalho necessária. O campo deixou de ser o local de moradia de todos os produtores, ficando esse espaço reservado, principalmente, aos que se modernizaram, restando aos demais, expulsos da condição de produtores, habitar as cidades, muitos dependendo ainda do trabalho agrícola temporário (bóias-frias), (IPARDES, 1989).

O grupo dos selecionados se capitaliza e cresce em importância econômica no meio rural. À medida em que as áreas de cultivo são aumentadas (principalmente para o plantio da soja e do trigo), e as inovações tecnológicas implementadas, ocorre o abandono de muitos cultivos de subsistência e cultivos comerciais de menor importância. A unidade produtiva começa a se abrir e a se relacionar com o seu exterior. A escala de produção não está mais limitada ao número de membros do grupo familiar e a sua capacidade de trabalho, mas à capitalização, à disponibilidade de terras e ao gerenciamento eficiente.

Ocorre, nesse momento, por um lado, um distanciamento do modelo clássico da exploração familiar camponesa, caracterizado pela utilização intensiva da força de trabalho marginal no seio da unidade produtiva (pai, mãe e filhos). Mas, por outro lado, algumas

características do modelo clássico, persistem. Este fato se dá no momento da distribuição interna da renda que continua sendo feita de forma não-proporcional, em relação aos membros da família. Não há uma remuneração monetária direta pelo trabalho de cada um. Os excedentes são reunidos, geralmente sob o controle do pai – o chefe da unidade produtiva – para tomar as decisões de como distribuir, ou aplicá-los no próprio estabelecimento.

Esta tendência de concentração na produção (monocultura) e a possibilidade de produzir em maior escala, determinados produtos (soja e trigo), afetam a policultura da unidade familiar. Neste ponto, ocorre uma certa oscilação entre a resistência e a adaptação destes pequenos produtores agrícolas na Região. Segundo o noticiário (A Região em Notícia, apud GREGORY, 2002, p. 232):

... muitos são aqueles que, para cair fora da monocultura, voltarão a criar suínos, plantar mandioca, milho, feijão, etc., para não incorrer em crises de mercado. Consideram outros: se o preço da soja era estimulado, esfriou. Se o preço do trigo era desestimulado, parece que vai endireitar, pelo menos para a safra vindoura. Porém, a monocultura, pela variação de mercado sempre poderá arrastar uma crise junto. Se houver a diversificação na cultura agrícola, racionalizando com a criação de suínos ou vice-versa, poderemos viver fora da crise, sendo bons produtores de soja, trigo, milho, etc., caso contrário, especialmente nossos agricultores viverão plantando soja e colhendo pepino.

Dessa forma, a suinocultura se constitui, ao longo do tempo, como o elemento de diversidade e de alternatividade mais regular e de importância ascendente, tendo se modernizado nos anos setenta, através do melhoramento genético e da integração com a agroindústria. Logo após, surge também, nesta mesma direção, a criação de aves, na Região Oeste do Paraná. Da mesma forma como ocorre a modernização na produção agrícola, também se dá a modernização na produção pecuária, que juntamente com o sistema de integração, causam a diferenciação entre os pequenos produtores familiares. Uns podem melhor se estruturar e ampliar suas rendas; outros, apenas têm nas atividades pecuárias, meios adicionais de complementarem sua renda familiar.

Diante destes fatos, há uma sensível complexificação nos modelos de organização produtiva das pequenas propriedades agrícolas, originando uma diversificação nestas formas de organização. O modelo de diversificação produtiva, voltado principalmente para a subsistência decai, e a pequena produção agrícola familiar passa a assumir novas formas de organização produtiva.

Uma das formas consiste na especialização da produção agrícola, em moldes modernos, especialmente para a produção de soja e trigo, destinados prioritariamente ao mercado. Outra forma consiste na integração com empresas agroindustriais, para a produção intensiva, especialmente de aves e suínos. No entanto, estas alternativas de organização produtiva da pequena propriedade, na maioria das vezes, não são exclusivas, o que determina a ocorrência de uma diversidade ainda maior nessas formas de organização produtiva da pequena produção agrícola familiar.

Assim, por exemplo, quando a integração não for a única atividade produtiva da pequena propriedade, ela acaba sendo combinada com outras alternativas de renda, como o cultivo do milho e a produção de leite. Da mesma forma, quando a produção especializada de soja e trigo constitui a principal fonte de renda da propriedade, ela poderá ser combinada com outras fontes secundárias de renda, como a criação de peixes, o cultivo da mandioca e uma série de produtos para a subsistência, por exemplo.

Isso mostra que ao longo do processo de colonização, até os dias atuais, a pequena produção agrícola familiar experimentou várias formas de produção na Região, sempre buscando adaptar-se às novas mudanças impostas pelo sistema. Ou seja, existem evidências da ocorrência de processos diferenciados de transformação desta pequena produção agrícola familiar sob o capitalismo, o que destaca que o debate clássico ainda deverá ter continuidade. Com efeito, as idéias defendidas por (Lênin, Kautsky e Chayanov), estão presentes em todo o processo de evolução e mudanças em que está inserida a unidade de

produção familiar e os números aqui apresentados, deixam claras estas evidências, de que houve, desaparecimento, diferenciação e proletarização dos pequenos produtores na Região. Isto permitiu, aos que permaneceram no campo, buscar novas alternativas para sua sobrevivência e prosperidade.

Em suma, a permanência da pequena produção agrícola familiar na Região Oeste do Paraná, está relacionada à combinação de diferentes formas de organização produtiva. Portanto, o problema a ser estudado nesta pesquisa, é verificar, para o caso da Região, se existe, ou não, relação entre viabilidade e formas de organização produtiva, através da análise dos resultados sócio-econômicos, relativos a cada forma de organização produtiva. Ou seja, determinar quais as formas de organização produtiva da pequena propriedade rural são mais viáveis para o desenvolvimento da agricultura familiar na Região.

4 METODOLOGIA

O objetivo deste estudo é analisar a viabilidade da pequena produção agrícola familiar na Região Oeste do Estado do Paraná, através da análise comparativa da renda média líquida e dos resultados sócio-econômicos alcançados por diferentes formas de organização produtiva, a fim de verificar qual delas apresenta maior ou menor viabilidade sócio-econômica para este contexto na atualidade.

Entende-se por forma de organização produtiva, um conjunto coerente de combinações de culturas e/ou criações desenvolvidas dentro das unidades de produção, tanto para o consumo da família, como para o mercado. Estas formas de organização podem ser mais ou menos complexas, sendo o resultado de luta e laboriosa engenharia social, econômica, ambiental e cultural. Estas refletem as potencialidades e restrições sócio-ambientais, particulares de cada local, bem como, a história local e das famílias que as adotam (GUANZIROLI, 2001).

Na seqüência, apresentam-se os referenciais metodológicos que orientam o desenvolvimento desta pesquisa.

4.1 Revisão da Literatura Metodológica

Segundo Gil (2000, p. 31), etimologicamente, método significa:

caminho para se chegar a um fim. Assim, método científico pode ser entendido como o caminho para se chegar à verdade em ciência, ou como, o conjunto de procedimentos que ordenam o pensamento e esclarecem acerca dos meios adequados para se chegar ao conhecimento.

Os métodos, em geral, são indicadores dos meios técnicos da investigação. Uns caracterizam-se mais por um elevado nível de generalização e abstração (dedutivo e indutivo), outros tratam dos aspectos mais concretos da investigação científica. São mais restritos em termos de explicação dos fenômenos e, muitas vezes, são utilizados de forma combinada. Os principais métodos adotados nas ciências sociais são o experimental, o observacional, o comparativo, o estatístico e o monográfico. Alguns autores, porém, classificam algumas técnicas como o questionário, a entrevista, a coleta de dados, também como métodos (GIL, 2000).

Ainda de acordo com Gil (2000), o levantamento por amostragem distingue-se do censo, pois este envolve todos os elementos que constituem o universo da pesquisa, enquanto que o processo por amostragem é constituído por uma amostra que constitui um subconjunto da população e por ela se estima as características desta população. As principais vantagens dos levantamentos por amostragem são: a) conhecimento direto da realidade; b) economia e rapidez; e c) quantificação – os dados obtidos podem ser agrupados em tabelas, possibilitando sua análise estatística.

Nesse sentido, basicamente existem quatro formas de se fazer um levantamento por amostragem de dados primários: a) a entrevista pessoal; b) pesquisa por telefone; c) questionário remetido pelo correio; e d) preenchimento do questionário pelo entrevistado na presença do pesquisador (auto-aplicado), ou pelo próprio pesquisador (aplicado com entrevista).

Por sua vez, na pesquisa econômica, são utilizados diversos tipos de amostragem que podem ser classificados em dois grandes grupos: amostragem probabilística

e não-probabilística. Há quatro tipos de amostragem aleatória probabilística bastante discutidos na literatura: a amostragem aleatória simples, a sistemática, a estratificada e a por conglomerado (*cluster*). Entre os tipos de amostragem não-probabilística, os mais conhecidos são: por acessibilidade, por tipicidade e por cotas (BARBETTA, 2002; GIL, 2000).

Neste estudo opta-se por utilizar a amostragem probabilística aleatória e determina-se para compor a amostra, utilizar a amostragem aleatória simples que consiste em selecionar alguns elementos da população de forma casual, na qual cada elemento da população tem a mesma probabilidade de ser sorteado, relativamente aos demais. Para o levantamento dos dados primários, aplica-se questionários, diretamente junto ao pequeno produtor, pelo próprio pesquisador.

4.1.1 Determinação para análise dos dados

Após concluídos os levantamentos da bibliografia e do material empírico, é fundamental a organização dos dados. Em alguns ramos das Ciências Sociais, os pesquisadores dividem-se em dois grupos: os defensores do tratamento quantitativo de dados e os que advogam a superioridade intrínseca da análise qualitativa.

De acordo com Cortes (2002, p. 234),

Os favoráveis à análise quantitativa salientam o caráter objetivo dos dados numéricos, que evitariam distorções interpretativas, e as possibilidades que a quantificação abre para a generalização, teste de hipóteses e validação ou falseamento de teorias por meio da utilização do instrumental oferecido pela estatística.

Já para os favoráveis à análise qualitativa, o mesmo autor, afirma que:

A análise quantitativa é incapaz de captar as dimensões subjetivas da ação humana e que os dados numéricos não seriam muito confiáveis, pois, freqüentemente, o processo de coleta produz informações falsas. (...) no caso dos censos, pondera-se que respostas a entrevistas e questionários apresentariam problemas relacionados à interpretação equivocada de perguntas e respostas.

Dessa maneira, os trabalhos quantitativos caracterizam-se pelo aproveitamento de possibilidades de se proceder à mensuração de certos fenômenos ou variáveis em termos numéricos, permitindo a construção de descrições detalhadas, que podem ser organizadas em variáveis e, desse modo, explicar certos fenômenos. Em contraste, os trabalhos qualitativos, possibilitam descrever as qualidades de determinados fenômenos ou objetos de estudo, por meio, principalmente, de análises documentais, ou resultado de observações e entrevistas (CORTES, 2002).

Nesse sentido, a principal diretriz para guiar uma investigação é o problema de pesquisa levantado pelo pesquisador, à luz das teorias do campo do conhecimento que ele se propõem a estudar. Dessa forma, o método de pesquisa escolhido deve ser capaz de “construir” estes elementos-chave do processo investigativo. Para que o pesquisador possa extrair o máximo de informações sobre a realidade do seu estudo e chegar a conclusões mais firmemente fundamentadas, é interessante o uso de ambas as técnicas.

Partindo do que se afirma acima, nesta pesquisa utiliza-se as duas formas de análise: a quantitativa e a qualitativa. Pois, além de analisar a renda média líquida das diferentes formas de organização produtiva, através de dados quantitativos, se utiliza também a análise qualitativa para descrever determinados fenômenos do gênero, que envolvem a pequena produção agrícola familiar como, qualidade de vida, condições de moradia, etc.

4.2 Procedimento Metodológico e Fonte de Dados

Para trazer à tona o que se pretende nesta pesquisa, foram selecionadas propriedades agrícolas representativas, evidenciando-se as principais formas de organização produtiva da pequena produção agrícola familiar. A partir desta seleção, elabora-se um roteiro de questões para levantar os dados primários, diretamente junto às propriedades selecionadas, para possibilitar a estimativa da sua respectiva renda média líquida.

4.2.1 Área de estudo

A análise abrange a área geográfica que compreende a Região Oeste, no Estado do Paraná, situada no terceiro planalto paranaense, com uma superfície de 22.967,9 Km², dividida em 2.296.790 hectares, correspondendo a 11,5% da superfície do Estado. Limita-se ao Sul, pelo Rio Iguaçu, com a Região Sudoeste; ao Norte, pelo Rio Piquiri, com a Região Noroeste; a Leste, pelo Rio Guarani, com a Região de Pitanga e Campo Mourão; e a Oeste, pelo Rio Paraná, estabelecendo fronteira com as Repúblicas do Paraguai e da Argentina. (FIBGE, 1991).

A pesquisa empírica limita-se à área que compreende o espaço colonizado pela Companhia Madeireira e Colonizadora Rio Paraná S.A. (MARIPÁ) e que atualmente, com os desdobramentos e subdivisões, compreende os municípios de Toledo, Marechal Cândido Rondon, Quatro Pontes, Maripá, Mercedes, Pato Bragado, Entre Rios do Oeste e Nova Santa Rosa. Este recorte se deu, basicamente, por esta parte da Região ser ocupada por agricultores gaúchos e catarinenses provenientes da Região Oeste do Rio Grande do Sul e

Santa Catarina e que trouxeram da sua origem as características sociais, econômicas e culturais, peculiares, constituindo dessa forma, uma comunidade dinâmica de agricultura diversificada e auto-suficiente.

São estes fatores, principais, portanto, que justificam este recorte geográfico e mantém uma certa homogeneidade no processo produtivo das diferentes formas de organização produtiva da pequena produção agrícola familiar aqui analisadas e comparadas.

4.2.2 Critérios para a definição da pequena produção agrícola familiar

O conceito de pequena produção agrícola familiar é bastante controverso, comportando diferentes alternativas e indicadores priorizados no mesmo. Engels (1981, p. 62), define a pequena produção agrícola familiar com sendo: o proprietário ou arrendatário de um pedaço de terra não maior do que ele possa cultivar, de modo geral, com sua própria família, nem menor do que o que possa sustentá-lo e aos familiares.

Para Guanzioli, et al. (2001, p. 50), o universo familiar é caracterizado pelos estabelecimentos que atentam, simultaneamente, às seguintes condições:

- a) a direção dos trabalhadores do estabelecimento é exercida pelo produtor; e
- b) o trabalho familiar é superior ao trabalho contratado.

Para Wanderley (1996, p. 3), o conceito de pequena produção agrícola familiar é entendido como aquele em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo.

Já para a Fao (1994, p. 5), a agricultura familiar pode ser definida a partir de três características, que são:

- a) a gestão da unidade produtiva e os investimentos nela realizados, é feita por indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento;
- b) a maior parte do trabalho é fornecida pelos membros da família; e
- c) a propriedade dos meios de produção pertencem à família e é em seu interior que se realiza sua transmissão em caso de falecimento ou de aposentadoria dos responsáveis pela unidade produtiva.

Diante da multiplicidade de metodologias, critérios e variáveis para construir tipologias de produtores, nas quais nenhuma delas é inteiramente satisfatória, para este estudo assume-se a combinação dos seguintes fatores para a definição do que iremos entender por pequena produção agrícola familiar:

- a) o tamanho da propriedade agrícola, até o máximo de 24 hectares, por ser este o tamanho das áreas comercializadas no período da colonização;
- b) utilização predominantemente de mão-de-obra familiar, conforme definido por Chayanov (1981); e
- c) a propriedade dos meios de produção pertencem à família, conforme apontado por Wanderley (1996) e pela Fao (1994).

A combinação destes critérios principais é que definem para este estudo, a identificação das propriedades que se enquadram como pequena produção agrícola familiar, em suas diferentes formas de organização produtiva para a Região.

4.2.3 Formas de organização produtiva da pequena produção agrícola familiar

Para analisar e comparar a renda média líquida e o desempenho sócio-econômico da pequena produção agrícola familiar utiliza-se os seguintes critérios para fazer a

identificação das diferentes formas de organização produtiva que predominam na Região em estudo:

- a) forma de Organização Produtiva com predomínio da produção integrada: é aquela em que a integração com empresas agroindustriais é a principal fonte de renda, que é complementada por outras alternativas produtivas;
- b) forma de Organização Produtiva com predomínio da diversificação agropecuária: é aquela na qual não há um claro predomínio de uma fonte de renda principal, mas sim a combinação de diversas fontes;
- c) forma de Organização Produtiva com predomínio da produção agrícola: é aquela na qual a produção especializada e em moldes modernos de soja, milho e trigo é a fonte principal de renda, complementada por outras fontes secundárias;
- d) forma de Organização Produtiva com produção exclusivamente agrícola: é aquela na qual a produção agrícola (soja, trigo, milho, mandioca) é a única fonte significativa de renda da propriedade.

Ressalta-se que não se trata apenas de analisar a viabilidade da pequena produção agrícola familiar em termos de mercado, mas também de subsistência. Isto implica em estimar também a renda relativa, representada pelos produtos de subsistência e pelo uso de mão-de-obra familiar no desenvolvimento destas formas de organização produtiva. Por isso faz-se necessário o uso de dados primários, obtidos diretamente junto às pequenas propriedades.

4.2.4 Caracterização das formas de organização produtiva

a) **Forma de Organização Produtiva com predomínio da produção integrada:** esta forma de organização produtiva apresenta-se na Região Oeste do Paraná, como resultado da parceria, através de contratos⁴, feita basicamente pelas agroindústrias com os produtores rurais. O embrião do sistema de produção integrada no Brasil teve origem em 1964, no Estado de Santa Catarina, a partir de um programa para suinocultura. Essa nova forma de produzir em que o produtor encontra-se vinculado a uma indústria, leva a um significativo aumento da produtividade física do setor.

Paralelamente à produção de suínos, buscando diversificação e ampliação de suas atividades, lança-se no mesmo Estado o programa de fomento para a produção de aves. Em razão do sucesso e do crescimento veloz do setor no Estado de Santa Catarina, tanto as indústrias de transformação, quanto o sistema de produção integrado, têm crescimento e difusão acelerada para outros estados e regiões do País.

Para Sorj e outros (1982), o motivo principal da rápida difusão do sistema de produção integrada, via contratos, é que a maioria dos pequenos produtores familiares, buscam atividades econômicas alternativas que lhes garantem a sobrevivência no campo. Outro ponto positivo é a possibilidade de trabalhar a domicílio, na própria propriedade, o que permite dar continuidade às demais atividades da unidade de produção, bem como toda a mão-de-obra familiar pode ser empregada, o que leva a um aumento da renda familiar ou, dependendo da relação social de produção, a uma maior exploração da força de trabalho.

⁴ De acordo com Graziano da Silva (2003, p.148-149), existem duas formas de articulação da pequena produção agrícola familiar com o grande capital, via contratos: a) quando a firma compradora funciona apenas como se fosse um capital comercial modernizado e através de contratos de compra impõe o preço e condições de pagamento propriamente dita; e b) quando a firma compradora, impõe não apenas o preço e as condições de pagamento, mas estabelece cláusulas determinando a própria “maneira de produzir” das pequenas unidades familiares.

Por ser consideradas atividades domiciliares, as atividades agroindustriais são compatíveis ou consorciáveis com o cultivo agrícola e são uma fonte de renda extra. Enquanto a renda rural é sazonal, depende do ciclo produtivo, uma vez que ocorre apenas nos períodos de colheita, a remuneração pelas atividades industriais são contínuas, ou pelo menos apresentam ciclos bem mais curtos para geração de renda.

Neste contexto, essas atividades, inicialmente consideradas complementares, passam a ser, no decorrer do tempo, a principal fonte de renda bruta da propriedade familiar. Dessa forma, caracteriza-se, na Região em estudo, esta nova forma de organização produtiva.

b) Forma de Organização Produtiva com predomínio da diversificação agropecuária: esta forma de organização produtiva mantém-se na Região Oeste do Paraná, desde a sua colonização na década de 1950, quando se inicia na Região o plano de colonização voltado a pequenos lotes rurais e o desenvolvimento da policultura com o uso da mão-de-obra familiar. Pode-se dizer que esta forma de organização produtiva resistiu ao tempo, diante das transformações ocorridas com a modernização, priorizando o cultivo e a criação de vários produtos, sem que houvesse um destaque para um produto específico. Porém, diferentemente do passado, hoje produz-se com o uso mais intensivo de tecnologias.

Nesse sentido, a modernização e o novo papel atribuído às atividades agrícolas forçam modificações da região colonial do Oeste do Paraná. Dessa forma, os pequenos produtores familiares têm que se adaptar a ambientes em rápida transformação, seja pela crise de produtos tradicionais, emergência de novos mercados e/ou mudanças mais gerais da situação econômica do país. As técnicas e modos de produção adotados durante os primeiros anos, baseados essencialmente em cultivos de produtos para a subsistência familiar, foram sendo abandonados e readaptados progressivamente, para dar lugar a uma forma de diversificação mais complexa e integrada ao mercado.

Embora em sua origem a diversificação seja determinada pelo caráter de subsistência da produção familiar, atualmente é uma clara e consciente estratégia de redução de riscos e incertezas. Isto é, a diversificação de atividades praticada pelos pequenos produtores familiares na Região é uma tentativa de equilibrar o ingresso de receitas, pela diversidade de produtos e fontes de renda. A possibilidade e a viabilidade de utilizar a adubação orgânica de modo mais significativo, também é visto como positivo por esta categoria de produtores para aumentar o valor agregado total na sua propriedade.

Neste contexto, estes pequenos produtores familiares mantêm esta forma de organização produtiva diversificada na Região, no sentido de amenizar riscos de produção, ter uma garantia maior de renda (várias fontes), utilizar e empregar a mão-de-obra disponível, no intuito de manter a família ali mesmo no campo, além de integrar agricultura e pecuária. Esta integração tem como objetivo complementar as atividades agrícolas e pecuária, obtendo melhores resultados tanto econômicos quanto sociais no seu empreendimento.

c) Forma de Organização Produtiva com predomínio da produção agrícola: após a Segunda Guerra Mundial, o Brasil experimenta um surto de crescimento econômico, parte da dinamização geral da economia mundial. Há considerável crescimento da produção agrícola, com relativo equilíbrio entre os produtos de mercado interno e os de exportação. Entretanto, após o golpe militar, o estímulo às culturas de exportação causa uma nítida diferenciação (KHATOUNIAN, 1994).

A produção dos alimentos básicos, por exemplo, envolveu para alguns produtos como o feijão e a mandioca. O arroz e o milho, quando não se mantinham inalterados, cresciam a taxas menores. Porém, em oposição a estes, os produtos de exportação em seu conjunto, apresentam um crescimento contínuo a taxas cada vez mais elevadas. A cultura da soja, principalmente, passa a ocupar quase que a totalidade de área disponível nas

pequenas propriedades (inclusive a área destinada para produtos de auto-consumo), reduzindo-se os pastos destinados ao gado e em muitos casos o próprio quintal da casa.

Este surto explosivo na produção de soja e paralelamente também o trigo, faz com que na Região Oeste do Paraná, ainda em fase de colonização (final da década de 1960), se esgotem rapidamente as fronteiras agrícolas e praticamente toda a área agricultável é mecanizada, causando graves problemas ambientais, principalmente na fertilidade natural dos solos, que é levada para os rios pelas enxurradas (NIEDERAUER, 1992).

Frente a uma série de problemas influenciados por fatores externos e internos, ocorrem, na década de 1980, mudanças tanto no campo político como no organizacional, na agricultura. São criados incentivos e alternativas, principalmente para os pequenos produtores, com o intuito de reduzir riscos e incertezas no processo produtivo. Pode-se dizer que é uma volta ao incentivo da diversificação produtiva na pequena propriedade agrícola familiar, porém com técnicas de produção mais avançadas.

Dessa forma, surge nesse período, uma nova forma de organização produtiva, que deixa de ser exclusivamente agrícola e passa a complementar sua produção através da combinação de produtos como leite e peixes principalmente. Estes produtos, combinados aos produtos agrícolas predominantes formam uma fonte secundária de geração de renda nestas pequenas propriedades, e, dessa maneira, reduz os riscos e minimiza o problema financeiro do pequeno produtor familiar.

d) Forma de Organização Produtiva com produção exclusivamente agrícola: o processo de desenvolvimento ocorrido no Brasil, principalmente a partir da década de 1930, impulsionado pelo início da industrialização e a década de 1950 com a entrada de capitais externos, faz com que o país, inicialmente, forme um núcleo dinâmico, centrado no eixo Rio - São Paulo, formado sobretudo, por grandes indústrias estrangeiras,

estatais e parceiras com as nacionais. Esse núcleo têm como objetivo o aumento da produtividade com ganhos de escala e a inserção no processo produtivo de novas tecnologias.

Estas transformações de caráter nacional avançam e ampliam sua espacialidade, integrando novas regiões, como no caso do Paraná, onde ocorrem significativas transformações no setor industrial e agrícola decorrentes deste processo. Não diferente, a Região Oeste do Paraná, já na década de 1970, passa de uma economia agrícola tradicional voltada basicamente para a produção de subsistência, para uma economia avançada, impulsionada por tecnologias relativamente modernas de máquinas, equipamentos, sementes tratadas, fertilizantes químicos, crédito abundante, etc., para a produção de soja e trigo.

Com a política de juros baixos (subsidiados), no final da década de 1960 e durante a década de 1970, o modelo de produção agrícola, até então praticado pelos pequenos produtores na Região, centrado na policultura, praticamente deixa de existir, sendo substituído por um modelo de agricultura avançada, com produtos voltados para a exportação, principalmente a soja. O crédito fácil para aquisição de máquinas, insumos e a mecanização de terras, serve de estímulo para os agricultores da Região escolherem esta maneira mais fácil de obter maior volume de produção e rendimento da produtividade e, conseqüentemente, maior lucratividade, decorrente dos bons preços dos produtos de exportação.

É neste contexto de mudanças que surge, já na década de 1970, uma nova forma de organização produtiva com produção exclusivamente agrícola, na Região Oeste do Paraná e que predomina até hoje, voltada, basicamente, para a produção de soja, trigo, milho e mais recentemente, também a produção da mandioca para fins comerciais (transformação industrial).

4.2.5 Amostra

Após a definição do campo de análise que o pesquisador pretende atingir na sua pesquisa, este segundo Quivy & Campenhoudt (1998, p. 160), depara-se com três possibilidades de investigação: ou recolhe dados e faz incidir as suas análises sobre a totalidade da população; ou a limita a uma amostra representativa desta população; ou estuda apenas alguns componentes muito típicos, ainda que não estritamente representativos desta população.

Para esta pesquisa opta-se por estudar componentes muito típicos, ainda que não estritamente representativos, mas característicos da população. Quanto ao tamanho da amostra, decide-se por não estabelecê-lo previamente, orientando-se pela técnica da “bola de neve” e pelo critério de “ponto de saturação”.

A técnica da “bola de neve” pode ser entendida como um processo de controle permanente das informações coletadas, através da “reformulação contínua e crescente sofisticação da hipótese original até que a rede de relações sociais se torne clara” (CAMARGO, 1984, p. 23).

Já o critério de “ponto de saturação”, indica que o término de uma entrevista é percebido quando os temas que a alimentam se extinguem ou passam a girar num círculo vicioso. Ou seja, se o investigador procurar diversificar sistematicamente os perfis, chegará o momento em que já não conseguirá encontrar novos casos representativos ou diferentes daqueles que já encontrou e, conseqüentemente, o rendimento marginal de cada entrevista suplementar decrescerá rapidamente (QUIVY & CAMPENHOUDT, 1998).

Dessa forma, ao final da pesquisa a amostra ficou composta por 20 pequenas propriedades representativas da pequena produção agrícola familiar, sendo que para cada uma

das diferentes formas de organização produtiva analisadas, efetuou-se 05 entrevistas de forma aleatória.

4.2.6 Fonte e técnica de coleta de dados

Para se obter resultados úteis e fidedignos na realização deste trabalho, procedeu-se a coleta de dados necessários para a sua execução, referentes ao período que compreende o ano agrícola de 2003/2004, ano base de 2003. Para isso, opta-se por duas formas de pesquisa:

- a) pesquisa de campo: nesta etapa da pesquisa utilizou-se o método de aplicação de questionário diretamente junto aos pequenos produtores familiares, efetuado pelo próprio pesquisador, através de amostragem probabilística aleatória simples, a fim de identificar as fontes primárias de renda e de subsistência familiar, assegurando uma análise comparativa detalhada e pormenorizada das diferentes formas de organização produtiva;
- b) pesquisa documental: além da pesquisa bibliográfica (livros, revistas especializadas, periódicos, trabalhos científicos, etc.), decidiu-se pela utilização de dados secundários para dar suporte aos dados primários, na questão de cálculos de custos e na estimação da renda média líquida para cada forma de organização produtiva. Recorreu-se, nesse sentido, a órgãos específicos, como a EMATER/Pr., SEAB/DERAL/Pr. e Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município de Toledo/Pr.

4.2.7 Operacionalização das expressões conceituais

Para construir a análise comparativa, através da renda média líquida das diferentes formas de organização produtiva da pequena propriedade agrícola, utilizou-se, além de conceitos teóricos, conceitos operacionais, no que diz respeito a questão de custos totais envolvidos no processo produtivo destas pequenas propriedades. Dessa maneira, enfoca-se os principais custos que envolvem tal processo e que serão conceituados a seguir para assim se chegar aos conceitos de renda bruta e renda líquida.

- Custo Total: o custo total da produção, de acordo com Pindyck e Rubinfeld (1999, p. 221), envolve dois componentes básicos que são os custos fixos e os custos variáveis. Por sua vez, o custo fixo incorre independentemente do nível de produção e não varia a curto prazo. Já os custos variáveis, variam conforme o nível de produção, ou seja, são custos que aumentam quando o volume produzido cresce.

- Renda Bruta: de acordo com Hoffmann (1987, p. 60), compreende o valor de todos os produtos obtidos durante o exercício; é o valor de tudo o que foi obtido como resultado do processo de produção realizado na empresa durante o ano.

- Renda Líquida: de acordo com o mesmo autor, compreende a renda bruta subtraída das respectivas despesas (gastos ou encargos da empresa) e que se destina a remunerar o empresário e o capital (inclusive a terra), ou seja, $RL = RB - D$.

4.2.8 Procedimentos de interpretação analítica

Quanto à análise das informações coletadas, primordialmente seus componentes foram separados e utilizados somente quando compatíveis com os diversos

momentos da pesquisa. Por isso, inicialmente os dados foram tabulados, para em seguida fazer a análise estatística tanto econômica, quanto social dos números obtidos.

De acordo com Gil (2000, p. 156), a análise estatística pode ser desenvolvida em quatro níveis: a) descrição dos dados; b) construção de índices; c) previsões específicas; e d) avaliação das generalizações obtidas por meio dos dados.

Neste estudo, especificamente, optou-se pela análise estatística descritiva que tem como um de seus principais objetivos caracterizar o que é típico no grupo. Esta caracterização é feita mediante a utilização das chamadas “medidas de tendência central”, das quais as mais importantes são: a média aritmética, a mediana e a moda.

Como o objetivo desta pesquisa é fazer uma análise comparativa entre a renda média líquida e o desempenho sócio-econômico de diferentes formas de organização produtiva da pequena propriedade agrícola, a análise descritiva, através da utilização da média aritmética é a mais indicada para a análise e interpretação dos dados coletados.

Neste sentido, conforme implícito na metodologia exposta, este trabalho tem por finalidade fazer uma análise comparativa entre as diferentes formas de organização produtiva da pequena propriedade agrícola no Oeste do Paraná, com enfoque central na viabilidade sócio-econômica e de subsistência destes pequenos agricultores na atividade agrícola. Ou seja, os indicadores quantitativos e qualitativos são analisados em função da questão da permanência ou viabilidade da permanência deste pequeno agricultor familiar no campo.

Dessa forma, este constitui-se em sete partes distintas: a primeira diz respeito à introdução. A segunda caracteriza o processo histórico da inserção do capitalismo no campo, enfocando a problemática da pequena produção agrícola familiar, desde os clássicos até atualmente; a terceira parte, numa seqüência histórica, caracteriza o processo de colonização da pequena produção agrícola no Oeste do Paraná; a quarta diz respeito a este

capítulo, que enfatiza os procedimentos metodológicos; a quinta parte apresenta o desempenho sócio-econômico de diferentes formas de organização produtiva da pequena produção agrícola familiar, na sexta parte faz-se a análise das formas de organização produtiva: suas potencialidades e obstáculos. Finalmente, na última parte, se faz as considerações finais, para fazer o fechamento da referida pesquisa.

5 O DESEMPENHO SÓCIO-ECONÔMICO DAS DIFERENTES FORMAS DE ORGANIZAÇÃO PRODUTIVA DA PEQUENA PRODUÇÃO AGRÍCOLA FAMILIAR NO OESTE DO PARANÁ

Diante do aumento da demanda de produtos agrícolas e do novo papel da política governamental na agricultura, no final dos anos 1960, a relativa homogeneidade em termos das Formas de Organização Produtiva entre os agricultores familiares, deixa de existir. O modelo tradicional baseado no uso intensivo do solo e sua fertilidade natural, foi substituído pela inserção de insumos químicos e meios mecânicos para a produção com o intuito de aumentar a produtividade.

Inicia-se, dessa forma, o processo de “modernização conservadora” da agricultura, com a intensificação da assistência técnica via o sistema de Extensão Rural Pública, implantação de crédito e introdução dos insumos modernos no setor. Com suas áreas de terras apresentando considerável queda de fertilidade e sem vislumbrar outras perspectivas econômicas, não há outra alternativa aos colonos a não ser aderir ao pacote técnico apresentado pela “Revolução Verde”.

Junto com o processo de modernização, surgem novos produtos e novas atividades no setor agrícola. Na década de 1970, desenvolve-se a cultura da soja e incrementa-se a triticultura, formando a base para os complexos agroindustriais, baseados na industrialização de grãos e carnes brancas e na produção de óleo. Na Região Norte do Paraná, por exemplo, inicia-se a decadência da cafeicultura, que cede espaço para o binômio soja-trigo. Não diferente, na Região Oeste do Paraná, o modelo de diversificação produtiva, voltado principalmente para a subsistência decai, e a pequena produção agrícola familiar passa a assumir novas formas de organização produtiva.

Uma das formas consiste na especialização da produção agrícola, em moldes modernos, especialmente para a produção de soja e trigo, destinados prioritariamente ao mercado. Outra forma consiste na integração produtiva com empresas agroindustriais para a produção intensiva, especialmente de aves e suínos. No entanto, estas alternativas de organização produtiva da pequena propriedade, na maioria das vezes, não são exclusivas, o que determina a ocorrência de uma diversidade ainda maior nas formas de organização produtiva da pequena produção agrícola familiar.

Isto mostra que as alternativas de organização produtiva das pequenas propriedades são bastante diversificadas no Oeste do Paraná. Conseqüentemente, a sua rentabilidade também tende a ser variável em função destas diferentes formas de organização produtiva. Dessa forma, têm-se reconhecido que os rumos da pequena produção agrícola familiar sob o capitalismo, tendem a ser diferenciados em função de uma série de fatores externos e internos a esta pequena produção agrícola, que interferem decisivamente sobre sua rentabilidade.

Nesse sentido, serão apresentados a seguir, os resultados das principais Formas de Organização Produtiva da pequena propriedade na Região, com o objetivo de verificar sob que condições esta pequena produção agrícola familiar se mantém mais viável. Ou seja, comparativamente, qual a modalidade mais viável de organização da produção na pequena propriedade, em função da sua respectiva rentabilidade.

5.1 Forma de Organização Produtiva com Predomínio da Produção Integrada

Esta Forma de Organização Produtiva apresenta-se na Região Oeste do Paraná, como resultado da parceria, através de contratos, feita basicamente pelas agroindústrias com

os produtores rurais. Estes mantêm em suas propriedades, atividades que combinam, além da produção integrada (aves, suínos e leite), a produção de produtos agrícolas (soja, trigo e milho). A produtividade, principalmente das atividades avícola e suinícola é bastante elevada e, conseqüentemente, movimentam volumes monetários significativos. Além de apresentar fortes vínculos com os mercados de insumos, produtos e agroindústrias, estas duas atividades despontam como as principais geradoras da renda bruta nas pequenas propriedades nesta Forma de Organização Produtiva.

As principais combinações de atividades desenvolvidas nas pequenas propriedades na Região analisada e que compõem esta Forma de Organização Produtiva, são:

- a) soja/milho+ suínos + peixe;
- b) soja/milho/trigo + aves + leite;
- c) soja/milho + leite + aves;
- d) soja/milho + suínos + leite + peixes;
- e) soja/milho + suínos + leite + aves.

A Tabela 3 mostra as principais atividades desenvolvidas nesta Forma de Organização Produtiva e que compõem as diferentes combinações praticadas pelos pequenos produtores familiares em suas propriedades, na Região em estudo.

Tabela 3 – Dados da produção e resultados econômicos das principais combinações de atividades desenvolvidas pelos produtores rurais nas pequenas propriedades agrícolas e que compõem a Forma de Organização Produtiva com Predomínio da Produção Integrada.

PRODUTOR “A”: soja/milho + suínos + peixe									
Produtos	Und	Quant. (Ano)	Preços (R\$)*	Renda Bruta	Custo Variável	Custo Fixo	Custo Total	Renda Líquida	Lucro (%)
Soja	Scs.	1.250	37,42	46.775,00	15.500,00	8.125,00	23.625,00	23.150,00	49,49
Milho	Scs.	1.530	15,73	24.066,90	11.857,50	3.519,00	15.376,50	8.690,40	36,11
Suínos	Kg	280.500	1,59	445.995,00	370.260,00	61.710,00	431.970,00	14.025,00	3,14
Tilápia	Kg.	6.000	1,86	11.160,00	7.320,00	1.200,00	8.520,00	2.640,00	23,66
TOTAL				527.996,90	404.937,50	74.554,00	479.491,50	48.505,40	9,19
PRODUTOR “B”: soja/milho/trigo + aves + leite									
Produtos	Und	Quant. (Ano)	Preços (R\$)	Renda Bruta	Custo Variável	Custo Fixo	Custo Total	Renda Líquida	Lucro (%)
Soja	Scs.	1.350	37,42	50.517,00	16.740,00	8.775,00	25.515,00	25.002,00	49,49
Milho	Scs.	1.200	15,73	18.876,00	9.300,00	2.760,00	12.060,00	6.816,00	36,11
Trigo	Kg	350	27,24	9.534,00	5.330,50	2.117,50	7.448,00	2.086,00	21,88
Aves	Kg	216.000	1,37	295.920,00	276.480,00	8.640,00	285.120,00	10.800,00	3,65
Leite	Lits.	3.250	0,41	1.332,50	812,50	227,50	1.040,00	292,50	21,95
TOTAL				376.179,50	308.663,00	22.520,00	331.183,00	44.996,50	11,96
PRODUTOR “C”: soja/milho + leite + aves									
Produtos	Und	Quant. (Ano)	Preços (R\$)	Renda Bruta	Custo Variável	Custo Fixo	Custo Total	Renda Líquida	Lucro (%)
Soja	Scs.	810	37,42	30.310,20	10.044,00	5.265,00	15.309,00	15.001,20	49,49
Milho	Scs.	1.100	15,73	17.303,00	8.525,00	2.530,00	11.055,00	6.248,00	36,11
Leite	Lits.	3.600	0,41	1.476,00	900,00	252,00	1.152,00	324,00	21,95
Aves	Kg	200.000	1,37	274.000,00	256.000,00	8.000,00	264.000,00	10.000,00	3,65
TOTAL				323.089,20	275.469,00	16.047,00	291.516,00	31.573,20	9,77
PRODUTOR “D”: soja/milho + suínos + leite + peixe									
Produtos	Und	Quant. (Ano)	Preços (R\$)	Renda Bruta	Custo Variável	Custo Fixo	Custo Total	Renda Líquida	Lucro (%)
Soja	Scs.	750	37,42	28.065,00	9.300,00	4.875,00	14.175,00	13.890,00	49,49
Milho	Scs.	1.200	15,73	18.876,00	9.300,00	2.760,00	12.060,00	6.816,00	36,11
Suínos	Kg.	201.600	1,59	320.544,00	266.112,00	44.352,00	310.464,00	10.080,00	3,14
Leite	Lits.	7.200	0,41	2.952,00	1.800,00	504,00	2.304,00	648,00	21,95
Tilápia	Kg.	8.000	1,86	14.880,00	9.760,00	1.600,00	11.360,00	3.520,00	23,66
TOTAL				385.317,00	296.272,00	54.091,00	350.363,00	34.954,00	9,07
PRODUTOR “E”: soja/milho + suínos + leite + aves									
Produtos	Und	Quant. (Ano)	Preços (R\$)	Renda Bruta	Custo Variável	Custo Fixo	Custo Total	Renda Líquida	Lucro (%)
Soja	Scs.	1.580	37,42	59.123,60	19.592,00	10.270,00	29.862,00	29.261,60	49,49
Milho	Scs.	1.800	15,73	28.314,00	13.950,00	4.140,00	18.090,00	10.224,00	36,11
Suínos	Kg.	115.000	1,59	182.850,00	151.800,00	25.300,00	177.100,00	5.750,00	3,14
Leite	Lits.	7.200	0,41	2.952,00	1.800,00	504,00	2.304,00	648,00	21,95
Aves	Kg.	217.500	1,37	297.975,00	278.400,00	8.700,00	287.100,00	10.875,00	3,65
TOTAL				571.214,60	465.542,00	48.914,00	514.456,00	56.758,60	9,94

Fonte: Dados da pesquisa e dados da EMATER/PR e SEAB/DERAL/PR.

*Os preços dos produtos correspondem aos preços médios do ano agrícola de 2003.

Os números apresentados na Tabela 3 representam o montante de produção obtido por produtor no ano agrícola de 2003/2004, ano base de 2003, nas diferentes

combinações de atividades desenvolvidas dentro de sua propriedade, bem como seus respectivos resultados econômicos. Estes originam-se de dados primários e secundários. A produção é fonte de pesquisa de campo realizada junto às pequenas propriedades agrícolas na Região analisada. Os preços de cada produto, correspondem ao preço médio do ano agrícola de 2003, fornecidos pelo DERAL/SEAB/PR.

Quanto à questão dos custos, percebe-se que o custo variável é o que onera de forma mais expressiva cada produto. No caso dos produtos agrícolas, o custo variável da soja representa R\$ 12,40 por saca de 60Kg, ou seja, 65,60% do custo total que é de R\$ 18,90 a saca. O milho apresenta um custo total de R\$ 10,05 a saca, sendo que o custo variável é de R\$ 7,75 (77,11%), enquanto que o custo fixo representa R\$ 2,30 (22,89%). O saco de trigo (60Kg), têm um custo total de R\$ 21,28, sendo R\$ 15,23 de custo variável (71,57%) e R\$ 6,05 de custo fixo (28,43%).

No caso dos produtos pecuários, a situação é a mesma, ou seja, são os custos variáveis que merecem maior atenção e controle por parte dos produtores, devido a sua alta incidência nos preços finais. O quilo de peixe (aqui especificamente a tilápia), tem um custo total de R\$ 1,42, sendo que o custo variável representa 85,91% (R\$ 1,22), enquanto o custo fixo representa 14,09% (R\$ 0,20). O leite apresenta um custo total de R\$ 0,32, representando R\$ 0,25 de custo variável (78,12%) e R\$ 0,07 de custo fixo (21,88%). O custo variável do quilo de frango corresponde a 96,97%, ou seja, R\$ 1,28, enquanto o custo fixo é de R\$ 0,04, ou 3,03% do custo total, que é de R\$ 1,32. e o custo total do quilo de suínos é de R\$ 1,54, sendo que R\$ 1,32 corresponde ao custo variável (85,71%) e R\$ 0,22 correspondem ao custo fixo (14,29%).

Estes índices evidenciam que a eficiência, para atingir melhores taxas de retorno (lucratividade), em cada atividade, está concentrada no controle dos custos variáveis. Logo, os itens que compõem estes custos merecem atenção especial por parte destes pequenos

produtores, pois é no gerenciamento eficiente destes, que está centralizado o sucesso de todas as atividades desenvolvidas dentro das propriedades, no intuito de atingir resultados econômicos satisfatórios e/ou mais elevados.

A avicultura, seguida pela suinocultura, que são as atividades principais na geração da Renda Bruta, nesta Forma de Organização Produtiva, necessitam de um gerenciamento eficiente e qualificado no que diz respeito aos custos variáveis, pois os índices destes custos são bastante elevados, 96,97% e 85,71%, respectivamente. A ineficiência na administração destes custos poderá resultar em prejuízos para o pequeno produtor familiar, pois as margens de lucro são bastante baixas, representando, 3,65% para a avicultura e 3,14% para a suinocultura, mostrando a sua vulnerabilidade em termos econômicos.

Quando analisados os índices médios das cinco diferentes combinações desenvolvidas pelos produtores em suas pequenas propriedades rurais e que compõem a Forma de Organização Produtiva com Predomínio da Produção Integrada, estes mostram a importância dos fatores acima citados, para a obtenção de resultados positivos ao longo do ano. A Renda Média Bruta Total, no período é consideravelmente elevada. Em contrapartida, a lucratividade é baixa, por isso há a necessidade de um gerenciamento minucioso, visando a diminuição dos custos de produção, para conseguir resultados econômicos mais atraentes.

A seguir, na Tabela 4, é apresentada a média dos principais indicadores econômicos, relativos a esta Forma de Organização Produtiva.

Tabela 4 – Apresentação média dos indicadores econômicos para a Forma de Organização Produtiva com Predomínio da Produção Integrada.

INDICADORES ECONÔMICOS	MÉDIA
Nº de Entrevistas	5,0
Pessoas Residentes	4,0
Número de trabalhadores	2,6
Área Total (Ha)	24,0
Renda Bruta Total (RBT)/ano	436.759,44
Custos Variáveis (CV)/ano	350.176,70
Custos Fixos (CF)/ano	43.225,20
Custos Totais (CT)/ano	393.401,90
Renda Líquida (RL)/ano	43.357,54
Lucratividade	9,99%
RL/Ha (ano)	1.806,56
RL/Pessoa residente (ano)	10.839,38
RL/Trabalhador (ano)	16.675,98

Fonte: Pesquisa de campo, ano agrícola de 2003/2004.

Percebe-se, através da Tabela 4, que os agricultores familiares pertencentes a esta Forma de Organização Produtiva, somam um montante considerável de Renda Média Bruta Total, ou seja, R\$ 436.759,44. A variação verificada nas cinco diferentes combinações de produção analisadas gira entre R\$ 323.089,20 à R\$ 571.214,60. Esta variação apresenta-se de acordo com as combinações de atividades desenvolvidas em cada propriedade, sendo que a Renda Bruta maior é registrada na combinação de atividades que envolvem a produção de soja/milho+suínos+aves+leite e a de menor Renda Bruta é a que combina a produção de soja/milho+aves+leite. Vale lembrar também que a renda pode variar em função do aumento ou queda de produção ou produtividade, ou ainda de acordo com a quantidade produzida (principalmente na produção animal), em cada propriedade.

Por outro lado, quando analisa-se a Renda Média Líquida que é de R\$ 43.357,54, percebe-se que a lucratividade desta forma de organização produtiva é bastante baixa, ou seja, 9,99%. Isto se dá devido ao fato das atividades integradas (principalmente suínos e aves), apresentar um volume considerável de Renda Bruta, porém, com um

percentual muito baixo de Renda Líquida. Grande parte deste movimento financeiro que é registrado por estas atividades, retorna ou permanece sob controle das agroindústrias, sobrando uma pequena parcela de lucro para o produtor.

Contudo, cabe aqui ressaltar, a importância desta Forma de Organização Produtiva para o pequeno produtor agrícola familiar, em termos econômicos e sociais, pois permite um fluxo regular de renda e um aproveitamento intensivo da mão-de-obra disponível na propriedade. Destacando-se pela presença, com semelhante grau de importância, as atividades de suínos, aves e leite. Em contrapartida, a produção agrícola (grãos), propriamente dita, demanda um volume pouco significativo de mão-de-obra, pois todo o processo de produção é realizado por terceiros, devido ao fato destes pequenos produtores não possuir equipamentos e máquinas apropriadas em suas propriedades.

Constata-se também, além da renda de mercado, a importância da renda relativa junto às propriedades ou combinações de produção pesquisadas nesta Forma de Organização Produtiva. Ou seja, a produção de alimentos para o consumo familiar é uma prioridade para estes pequenos produtores, sendo comum o plantio da mandioca, hortaliças e frutas, além da produção de leite, ovos e carnes para este fim. Este aspecto evidencia uma característica básica de uma unidade de produção familiar e já vem sendo discutida desde os clássicos (principalmente Chayanov), que dizia que a prioridade é a subsistência familiar e não o cálculo do lucro propriamente dito. Outro fator positivo é a renda proveniente da venda de adubo orgânico, principalmente nos sistemas que desenvolvem a atividade avícola, sendo esta, menos relevante nas atividades, leiteira e suinícola. Esta renda pode variar entre R\$ 3.000,00 a R\$ 3.500,00 ao ano.

Quanto aos aspectos sócio-culturais, o nível médio de educação formal nesta Forma de Organização Produtiva, gira em torno de cinco anos de estudo. O número médio de pessoas residentes é de 4,0 por propriedade. O pessoal ocupado por estabelecimento (número

de trabalhadores) é de 2,6 Equivalente Homem. A renda média líquida por pessoa residente é de R\$ 10.839,38, enquanto que a renda média líquida por pessoa ocupada é de R\$ 16.675,98 ao ano.

A pesquisa mostra também que todas as combinações de atividades pesquisadas e que compõem esta Forma de Organização Produtiva possuem energia elétrica, água encanada (seja de poço particular, ou de poço artesiano, comunitário), telefone, plano de saúde (principalmente as pessoas com idade mais avançada), veículo de passeio (com 10 anos de uso em média), constituindo-se em aspectos importantes quando levado em consideração a qualidade de vida destas pessoas que residem no campo.

Outro aspecto importante, também apontado na pesquisa, é a questão da habitação. O tamanho médio da moradia chega a 140m², todas de alvenaria e num estado de conservação excelente. As residências são mobiliadas com eletrodomésticos básicos (geladeira, freezer, fogão a gás, fogão a lenha, ferro elétrico, televisor, aparelho de som) e apresentam em média entre cinco a dez anos de uso. Todas possuem banheiro interno. É importante destacar, quanto ao aspecto do uso de equipamentos tecnológicos, que nas cinco propriedades analisadas, apenas dois possuem microcomputador, utilizado basicamente pelos filhos, para elaboração de trabalhos escolares e diversões (jogos), não sendo, portanto, utilizado para o controle da produção dentro da propriedade.

Em relação a tecnologia utilizada diretamente no processo produtivo, os produtores contam apenas com os “pacotes tecnológicos fechados”, fornecidos e exigidos pelas agroindústrias nas atividades integradas (aves, suínos e leite), principalmente. Já no processo de produção de grãos (soja, milho e trigo), estes pequenos produtores se encontram bastante defasados em termos tecnológicos e os poucos equipamentos que ainda possuem, tem um tempo de uso superior a 20 anos, adquiridos, basicamente, no final da década de 1960, início da década de 1970, com juros subsidiados. Atualmente, encontram-se totalmente

dependentes de tecnologias de terceiros para o processo produtivo, desde a preparação do solo, até a colheita. O que pode ser considerado um processo de parceria.

Em síntese, a busca da redução de riscos, associada com a necessidade da permanente entrada de recursos econômicos no estabelecimento e a utilização e aproveitamento constante da mão-de-obra disponível, justifica a permanência desta Forma de Organização Produtiva na Região Oeste do Paraná. Esta é uma das Formas de Produção, que tem possibilitado aos pequenos produtores familiares na Região, alternativas de renda e de emprego dos recursos internos existentes na propriedade e dessa forma, assegurado e dando condições de permanência destas unidades de produção familiar no campo, evitando o seu desaparecimento.

5.2 Forma de Organização Produtiva com Predomínio da Diversificação Agropecuária

Esta Forma de Organização Produtiva mantém-se na Região Oeste do Paraná, desde a sua colonização na década de 1950, quando iniciou-se na Região o plano de colonização voltado a pequenos lotes rurais e o desenvolvimento da policultura com o uso da mão-de-obra familiar. Porém, com o processo de modernização e o novo papel atribuído às atividades agrícolas, ocorreram modificações na sua forma de produzir.

Desta maneira, estes pequenos produtores que compõem esta Forma de Organização Produtiva, diferenciam-se, atualmente no seu processo produtivo, pelo fato de utilizarem insumos e tecnologias modernas, exigidas pelo sistema para a obtenção de produtos padronizados para o mercado. As técnicas e modos de produção adotados durante os primeiros anos, baseados essencialmente em cultivos de produtos para a subsistência familiar,

foram sendo abandonados e readaptados progressivamente, para dar lugar a uma forma de diversificação mais complexa e integrada ao mercado.

As principais combinações de atividades desenvolvidas nestas pequenas propriedades agrícolas na Região analisada e que compõem esta Forma de Organização Produtiva, são:

- a) soja/milho/mandioca + suínos + aves + leite;
- b) soja/milho + suínos + leite;
- c) soja/milho/trigo + peixes + leite;
- d) soja/trigo/milho/mandioca + suínos + leite;
- e) soja/trigo/milho + peixes + suínos + leite;

É preciso salientar e se faz necessário deixar claro, que esta Forma de Organização Produtiva Diversificada, apesar das semelhanças nas combinações de atividades com a Forma de Organização Produtiva com Predomínio da Produção Integrada, se diferencia, pelo fato desta produzir em grande escala, destacando-se um ou dois produtos como os principais geradores de renda. Enquanto que na Forma de Organização Produtiva Diversificada, a produção é mais homogênea, não havendo um produto que se destaca na geração da renda bruta.

Isto pode ser visto a seguir na Tabela 5, onde se apresenta os dados de produção relativos à pesquisa de campo feita junto às pequenas propriedades rurais que compõem esta Forma de Organização Produtiva, através dos respectivos resultados econômicos auferidos em cada unidade familiar pesquisada.

Tabela 5 – Dados da produção e resultados econômicos das principais combinações de atividades desenvolvidas pelos produtores rurais nas pequenas propriedades agrícolas e que compõem a Forma de Organização Produtiva com Predomínio da Diversificação Agropecuária.

PRODUTOR “A”: soja/milho/mandioca + suínos + aves + leite									
Produtos	Und	Quant. (Ano)	Preços (R\$)*	Renda Bruta	Custo Variável	Custo Fixo	Custo Total	Renda Líquida	Lucro (%)
Soja	Scs.	850	37,42	24.323,00	8.060,00	4.225,00	12.285,00	12.038,00	49,49
Milho	Scs.	1.700	15,73	26.741,00	13.175,00	3.910,00	17.085,00	9.656,00	36,11
Mandioca	Ton.	130	197,95	25.733,50	6.505,20	6.038,50	12.543,70	13.189,80	51,26
Suínos	Kg	44.000	1,59	69.960,00	58.080,00	9.680,00	67.760,00	2.200,00	3,14
Aves	Kg.	100.000	1,37	137.000,00	128.000,00	4.000,00	132.000,00	5.000,00	3,65
Leite	Lits.	72.000	0,41	29.520,00	18.000,00	5.040,00	23.040,00	6.480,00	21,95
TOTAL				313.277,50	231.820,20	32.893,50	264.713,70	48.563,80	15,50
PRODUTOR “B”: soja/milho + suínos + leite									
Produtos	Und	Quant. (Ano)	Preços (R\$)	Renda Bruta	Custo Variável	Custo Fixo	Custo Total	Renda Líquida	Lucro (%)
Soja	Scs.	1.150	37,42	43.033,00	14.260,00	7.475,00	21.735,00	21.298,00	49,49
Milho	Scs.	1.300	15,73	20.449,00	10.075,00	2.990,00	13.065,00	7.384,00	36,11
Suínos	Kg	37.800	1,59	60.102,00	49.896,00	8.316,00	58.212,00	1.890,00	3,14
Leite	Lits.	24.000	0,41	9.840,00	6.000,00	1.680,00	7.680,00	2.160,00	21,95
TOTAL				133.424,00	80.231,00	20.461,00	100.692,00	32.732,00	24,53
PRODUTOR “C”: soja/milho/trigo + peixes + leite									
Produtos	Und	Quant. (Ano)	Preços (R\$)	Renda Bruta	Custo Variável	Custo Fixo	Custo Total	Renda Líquida	Lucro (%)
Soja	Scs.	1.010	37,42	37.794,20	12.524,00	6.565,00	19.089,00	18.705,20	49,49
Milho	Scs.	810	15,73	12.741,30	6.277,50	1.863,00	8.140,50	4.600,80	36,11
Trigo	Scs.	300	27,24	8.172,00	4.569,90	1.815,00	6.384,00	1.788,00	21,88
Tilápia	Kg.	20.000	1,86	37.200,00	24.400,00	4.000,00	28.400,00	8.800,00	23,66
Leite	Lits.	7.500	0,41	3.075,00	1.875,00	525,00	2.400,00	675,00	21,95
TOTAL				98.982,50	49.645,50	14.768,00	64.413,50	34.569,00	34,92
PRODUTOR “D”: soja/trigo/milho/mandioca + suínos + leite									
Produtos	Und	Quant. (Ano)	Preços (R\$)	Renda Bruta	Custo Variável	Custo Fixo	Custo Total	Renda Líquida	Lucro (%)
Soja	Scs.	1.000	37,42	37.420,00	12.400,00	6.500,00	18.900,00	18.520,00	49,49
Trigo	Scs.	165	27,24	4.494,60	2.512,95	998,25	3.511,20	983,40	21,88
Milho	Scs.	950	15,73	14.943,50	7.362,50	2.185,00	9.547,50	5.396,00	36,11
Mandioca	Ton.	160	197,95	31.672,00	8.006,40	7.432,00	15.438,40	16.233,60	51,26
Suínos	Kg.	36.960	1,59	58.766,40	48.787,20	8.131,20	56.918,40	1.848,00	3,14
Leite	Lits.	21.960	0,41	9.003,60	5.490,00	1.537,20	7.027,20	1.976,40	21,95
TOTAL				156.300,10	84.559,05	26.783,65	111.342,70	44.957,40	28,76
PRODUTOR “E”: soja/trigo/milho + peixes + suínos + leite									
Produtos	Und	Quant. (Ano)	Preços (R\$)	Renda Bruta	Custo Variável	Custo Fixo	Custo Total	Renda Líquida	Lucro (%)
Soja	Scs.	875	37,42	32.742,50	10.850,00	5.687,50	16.537,50	16.205,00	49,49
Trigo	Scs.	175	27,42	4.767,00	2.665,25	1.058,75	3.724,00	1.043,00	21,88
Milho	Scs.	1.000	15,73	15.730,00	7.750,00	2.300,00	10.050,00	5.680,00	36,11
Tilápia	Kg.	4.000	1,86	7.440,00	4.880,00	800,00	5.680,00	1.760,00	23,66
Suínos	Kg.	44.800	1,59	71.232,00	59.136,00	9.856,00	68.992,00	2.240,00	3,14
Leite	Lits.	50.400	0,41	20.664,00	12.600,00	3.528,00	16.128,00	4.536,00	21,95
TOTAL				152.575,50	97.881,25	23.230,25	121.111,50	31.464,00	20,62

Fonte: Dados da pesquisa e dados da EMATER/PR e SEAB/DERAL/PR.

*Os preços dos produtos correspondem aos preços médios do ano agrícola de 2003.

Os dados da tabela 5 deixam claro o processo de diversificação produtiva entre as diferentes combinações de atividades praticadas por estes pequenos produtores em suas propriedades rurais e que caracterizam esta Forma de Organização Produtiva. Analisando esta mesma tabela, percebe-se que nenhum produto ou atividade representa um percentual de Renda Bruta acima de 50% da Renda Bruta Total de cada combinação desenvolvida nas propriedades. Dessa forma, pode-se dizer que o conjunto de atividades desenvolvidas, apresentam uma certa inter-relação e um grau de importância relativamente homogêneo dentro destas pequenas propriedades.

Assim sendo, esta categoria de produtores, de alguma forma rateia seus custos de produção entre as diversas atividades, o que pode gerar uma garantia maior de retorno e/ou uma redução nos riscos dos investimentos realizados. Contudo, estes produtores enfrentam em seu processo produtivo um grau de complexidade maior em relação ao gerenciamento de suas propriedades. Portanto, faz-se necessário explorar atividades que sejam condizentes com a realidade de cada produtor, principalmente no que diz respeito aos fatores de produção disponíveis (terra, trabalho e capital), como também a disponibilidade de recursos naturais.

Além destes fatores, a estratégia de combinar várias atividades, no intuito de obter fluxos de despesas e receitas diferentes, visando reduzir riscos, requer cuidados especiais de controle e administração destas propriedades rurais, até porque, quanto mais diversificada a produção, mais complexo se torna o gerenciamento destas atividades. Merecem destaque neste ponto, as atividades alternativas e ou complementares (atividades pecuárias), pelo fato destas apresentarem margens de lucro bastante estreitas.

Nesse sentido, apresenta-se, a seguir, na Tabela 6, a média dos principais indicadores econômicos apontados pela pesquisa, os quais representam as diferentes combinações de atividades desenvolvidas nas pequenas propriedades agrícolas da Região e

que fazem parte da Forma de Organização Produtiva com Predomínio da Diversificação Agropecuária.

Tabela 6 – Apresentação da média dos principais indicadores econômicos que representam a Forma de Organização Produtiva Diversificada. Ano agrícola de 2003

INDICADORES ECONÔMICOS	MÉDIA
Nº de Entrevistas	5,0
Pessoas Residentes	4,4
Número de trabalhadores	3,2
Área Total (Ha)	24,0
Renda Bruta Total (RBT)/ano	170.911,92
Custos Variáveis (CV)/ano	108.827,40
Custos Fixos (CF)/ano	23.627,28
Custos Totais (CT)/ano	132.454,68
Renda Líquida (RL)/ano	38.457,24
Lucratividade	22,50%
RL/Há (ano)	1.602,38
RL/Pessoa residente (ano)	8.740,28
RL/Trabalhador (ano)	12.017,89

Fonte: Pesquisa de campo, ano agrícola de 2003/2004.

As cinco principais combinações de atividades analisadas e que compõem esta Forma de Organização Produtiva, apresentam Renda Média Bruta Total, que varia entre R\$ 98.982,50 à R\$ 313.277,50, perfazendo uma Renda Bruta Total Média de R\$ 170.911,92. Por outro lado, a Renda Média Líquida foi de R\$ 38.457,24, variando entre R\$ 31.464,00 à R\$ 48.563,80. Esta amplitude considerável na rentabilidade verificada nas diferentes combinações de atividades se dá pelo número e de acordo com as atividades desenvolvidas na propriedade rural. As propriedades que desenvolvem a suinocultura e a avicultura associadas à produção de grãos (cereais) são as que apresentam Renda Bruta maior.

Contudo, é bom esclarecer que estas propriedades que apresentam Renda Bruta maior, nem sempre são as que têm resultado líquido melhor. Isto se dá devido ao fato desta Forma de Organização Produtiva Diversificada, não apresentar um produto, ou produtos que sobressaem na geração de renda na propriedade. E quando se trata de suinocultura e

avicultura, estas necessitam de produção em escala, devido ao baixo índice de retorno que proporcionam. Por isso, sistemas que complementam a produção agrícola com atividades leiteira e piscicultura, podem obter Renda Bruta menor, porém com retorno líquido maior.

Isto se evidencia nesta pesquisa, onde analisou-se, por exemplo, a propriedade que combina as atividades de soja/trigo/milho + peixes + suínos + leite, e obteve uma Renda Bruta de R\$ 152.575,50, com Renda Líquida de R\$ 31.464,00, perfazendo uma lucratividade de 20,62%. Enquanto na outra propriedade analisada, onde esta só se diferencia da anterior por não explorar a atividade de suínos, obteve uma Renda Bruta menor, ou seja, R\$ 98.982,50, porém a Renda Líquida foi maior, ou R\$ 34.569,00, com 34,92% de lucratividade.

Através destes indicadores, fica claro que o produtor rural, nesta Forma de Organização Produtiva Diversificada, deverá combinar as atividades complementares e suplementares que lhe dêem um resultado líquido melhor em relação a Renda Bruta apresentada. Não é o número de atividades que irá desenvolver que lhe dará o melhor resultado, mas sim, a forma como estas atividades são combinadas e a maneira como elas são desenvolvidas dentro de cada propriedade.

Este planejamento na combinação de atividades, trazendo vantagens aos pequenos produtores familiares, faz com que esta Forma de Organização Produtiva ainda persista na Região Oeste do Paraná. Isto se dá, devido ao fato destes pequenos produtores familiares buscarem a redução de riscos e as entradas monetárias bem distribuídas ao longo do ano, recebendo mensalmente por algumas atividades, mantendo um fluxo regular de renda. Por outro lado, o aspecto social também é relevante, pois as diferentes combinações de atividades que compõem esta categoria de produção, demandam um número considerável de trabalhadores para sua exploração, apresentando baixo grau de sazonalidade durante o ano.

Este aspecto pode ser observado nos dados da Tabela 6, onde se vê que, em média, a Forma de Organização Produtiva Diversificada, apresenta 4,4 pessoas residentes na propriedade e 3,2 trabalhadores efetivamente ocupados. Estes dados mostram a importância desta Forma de Organização Produtiva em termos sociais, pois absorve e necessita de número expressivo de trabalhadores, para dar continuidade às diversas atividades que desenvolve em cada propriedade.

Outro aspecto importante que merece destaque é a questão da Renda Líquida Média por pessoa residente que é de R\$ 8.740,28 e a Renda Líquida Média por trabalhador que soma R\$ 12.017,89. Estes valores comparados com o valor do salário mínimo vigente no ano de 2003 (R\$ 240,00), equivalem aproximadamente a 38 salários mínimos por pessoa residente ao ano e 52 salários mínimos por trabalhador (pessoa ocupada), ao ano. Isto significa dizer que em média cada pessoa residente têm um rendimento mensal de 3,16 salários mínimos/mês, em torno de R\$ 758,40. Enquanto que cada trabalhador têm em média rendimento mensal de 4,33 salários mínimos, ou seja, R\$ 1.039,20.

Além da relevância destes dados, é preciso destacar também outra característica importante desta Forma de Organização Produtiva que é a Renda Relativa que envolve o consumo das famílias. Parte da área da propriedade é utilizada para o plantio de culturas para o auto-consumo, bem como a criação de aves soltas no quintal e a dedicação à pequena horta caseira, onde se produz verduras e legumes para o consumo próprio. Em termos econômicos isto representa um aumento na Renda Líquida Média, pois estas pessoas não precisam ir ao mercado para adquirir estes produtos.

Quanto aos aspectos sócio-culturais, o nível de educação situa-se na média de 5,27 anos de estudo por pessoa residente. Esta média atinge este índice pelo fato da maioria dos jovens que ainda residem na propriedade rural terem concluído ou estão concluindo o ensino médio. Se levasse em consideração apenas o estudo dos pais, este índice

teria queda significativa. Quanto a idade de seus representantes, esta apresenta-se muito variada, fazendo parte, tanto pessoas idosas com idade acima de 60 anos, como crianças com idade abaixo de 07 anos e jovens entre 14 e 25 anos. Porém, a faixa onde se encontra a maioria das pessoas residentes, é entre 35 e 55 anos. Estes representam a primeira geração dos filhos dos colonizadores (imigrantes) que vieram se estabelecer na Região em estudo.

A infra-estrutura das propriedades analisadas dentro desta Forma de Organização Produtiva, pode ser considerada boa. Energia elétrica, água encanada e telefone, são elementos comuns em todas estas propriedades. A maioria das pessoas residentes possuem plano de saúde, principalmente idosos e crianças. Estes planos resumem-se a assistência local. Plano Bom Jesus, Sindicato e Unimed Costa Oeste este em convênio com o Banco Sicredi.

Quanto à habitação (moradia) e benfeitorias nas propriedades, é preciso fazer algumas ressalvas. No aspecto moradia, as casas apresentam-se em bom estado de conservação, construídas em alvenaria, com tamanho médio de 132 m², todas com banheiro interno e equipadas com móveis e eletrodomésticos básicos (televisão, geladeira, freezer, fogão a gás, fogão a lenha, aparelho de som), itens necessários para uma boa qualidade de vida. Somando-se a estes confortos, todos possuem veículo de passeio, que apresenta em média 08 anos de fabricação.

Quanto às benfeitorias, a pesquisa mostra dois aspectos diferentes. O primeiro, refere-se a questão das atividades que têm relação mais direta com as agroindústrias. Nesta, as construções apresentam-se em bom estado de conservação e são mais recentes. Quanto ao segundo aspecto relacionado com aquelas atividades, onde o produtor não têm um compromisso direto com a agroindústria, ou seja, são atividades desenvolvidas por conta própria e que vem se desenvolvendo ao longo dos tempos dentro de um modelo tradicional de

produção, as instalações são antigas e mal conservadas e o processo produtivo é basicamente feito de maneira manual (artesanal), sem uso de tecnologias, com baixa produtividade.

Estas atividades mais tradicionais desenvolvidas por conta própria, aparecem de forma intensiva na Forma de Organização Produtiva Diversificada. São atividades que basicamente destinam-se ao consumo da família, mas esporadicamente e quando necessário comercializa-se algum excedente. São suínos criados sem uso de tecnologia, atividade leiteira bastante atrasada, piscicultura desenvolvida, mais para aproveitar o banhado improdutivo, não dando importância à questão técnica. Em resumo, são atividades que servem como uma espécie de “socorro” nos momentos de dificuldades, principalmente financeiras e/ou quebra de safra agrícola.

Continuando a relação voltada a infra-estrutura, tem-se a questão dos equipamentos disponíveis nas propriedades. Quanto aos equipamentos agrícolas, estes apresentam em média 30 anos de fabricação e uso. A grande maioria já está fora de uso, “encostado”, pois os produtores utilizam-se de serviços de terceiros no processo produtivo. Os equipamentos mais recentes e que se encontram em uso, são geralmente aqueles voltados para as atividades pecuárias, como ordenhadeiras e distribuidor de esterco (este último vem sendo adquirido em grupos de pequenos produtores).

Em síntese, para esta Forma de Organização Produtiva, os pequenos produtores exploram em suas propriedades combinações complexas que envolvem várias atividades. Ao lado das culturas agrícolas (soja, trigo, milho e mandioca) aparece a pecuária (suínos, aves, leite e peixes), porém sem um predomínio claro de atividade(s) principal(is) na geração da renda bruta. O objetivo destes pequenos produtores familiares é diversificar suas atividades com o intuito de minimizar riscos e intensificar a exploração dos recursos disponíveis, principalmente a mão-de-obra familiar.

5.3 Forma de Organização Produtiva com Produção Exclusivamente Agrícola

Esta Forma de Organização Produtiva com Predomínio da Produção Exclusivamente Agrícola surge na Região Oeste do Paraná, no final da década de 1960, início da década de 1970 e predomina até hoje. Voltada, basicamente, para a produção de soja, trigo, milho e mais recentemente, também a produção da mandioca para fins comerciais (transformação industrial), esta modalidade de agricultura, praticada nas pequenas propriedades da Região, resume-se em combinações de atividades, voltadas basicamente para a produção de mercado. As principais atividades desenvolvidas nestas pequenas propriedades rurais e que compõem esta Forma de Organização Produtiva, analisadas nesta pesquisa, são:

- a) soja/milho/trigo;
- b) soja/milho;
- c) soja/trigo/mandioca;
- d) soja/trigo/milho/mandioca;
- e) soja/milho/mandioca.

Cabe aqui ressaltar, que a composição destas principais combinações produtivas, não servem como regra. Os produtos ou as atividades agrícolas poderão sofrer alterações de ano em ano. Estas combinações apenas são válidas para esta pesquisa que corresponde ao ano agrícola de 2003. Os dados da produção, bem como seus respectivos resultados econômicos, que representam esta Forma de Organização Produtiva, são apresentados a seguir na Tabela 7.

Tabela 7 – Dados da produção e resultados econômicos das principais combinações de atividades desenvolvidas pelos produtores rurais nas pequenas propriedades agrícolas e que compõem a Forma de Organização Produtiva com Produção Exclusivamente Agrícola.

PRODUTOR “A”: soja/milho/trigo									
Produtos	Und	Quant. (Ano)	Preços (R\$)*	Renda Bruta	Custo Variável	Custo Fixo	Custo Total	Renda Líquida	Lucro (%)
Soja	Scs.	1.440	37,42	53.884,80	17.856,00	9.360,00	27.216,00	26.668,80	49,49
Milho	Scs.	1.890	15,73	29.729,70	14.647,50	4.347,00	18.994,50	10.735,20	36,11
Trigo	Scs.	240	27,24	6.537,50	3.655,20	1.452,00	5.107,20	1.430,40	21,88
TOTAL				90.152,10	36.158,70	15.159,00	51.317,70	38.834,40	43,08
PRODUTOR “B”: soja/milho									
Produtos	Und	Quant. (Ano)	Preços (R\$)	Renda Bruta	Custo Variável	Custo Fixo	Custo Total	Renda Líquida	Lucro (%)
Soja	Scs.	1.450	37,42	54.259,00	17.980,00	9.425,00	27.405,00	26.854,00	49,49
Milho	Scs.	2.100	15,73	33.033,00	16.275,00	4.830,00	21.105,00	11.928,00	36,11
TOTAL				87.292,00	34.255,00	14.255,00	48.510,00	38.782,00	44,43
PRODUTOR “C”: soja/trigo/mandioca									
Produtos	Und	Quant. (Ano)	Preços (R\$)	Renda Bruta	Custo Variável	Custo Fixo	Custo Total	Renda Líquida	Lucro (%)
Soja	Scs.	1.300	37,42	48.646,00	16.120,00	8.450,00	24.570,00	24.076,00	49,49
Trigo	Scs.	800	27,24	21.792,00	12.184,00	4.840,00	17.024,00	4.768,00	21,88
Mandioca	Ton.	20	197,95	3.959,00	1.000,80	929,00	1.929,80	2.029,20	51,26
TOTAL				74.397,00	29.304,80	14.219,00	43.523,80	30.873,20	41,50
PRODUTOR “D”: soja/trigo/milho/mandioca									
Produtos	Und	Quant. (Ano)	Preços (R\$)	Renda Bruta	Custo Variável	Custo Fixo	Custo Total	Renda Líquida	Lucro (%)
Soja	Scs.	1.131	37,42	42.322,02	14.024,40	7.351,50	21.375,90	20.946,12	49,49
Trigo	Scs.	350	27,24	9.534,00	5.330,50	2.117,50	7.448,00	2.086,00	21,88
Milho	Scs.	50	15,73	786,50	387,50	115,00	502,50	284,00	36,11
Mandioca	Ton.	150	197,95	29.692,50	7.506,00	6.967,50	14.473,50	15.219,00	51,26
TOTAL				82.335,02	27.248,40	16.551,50	43.799,90	38.535,12	46,80
PRODUTOR “E”: soja/milho/mandioca									
Produtos	Und	Quant. (Ano)	Preços (R\$)	Renda Bruta	Custo Variável	Custo Fixo	Custo Total	Renda Líquida	Lucro (%)
Soja	Scs.	930	37,42	34.800,60	11.532,00	6.045,00	17.577,00	17.223,60	49,49
Milho	Scs.	850	15,73	13.370,50	6.587,50	1.955,00	8.542,50	4.828,00	36,11
Mandioca	Ton.	105	197,95	20.784,75	5.254,20	4.877,25	10.131,45	10.653,30	51,26
TOTAL				68.955,85	23.373,70	12.877,25	36.250,95	32.704,90	47,43

Fonte: Dados da pesquisa e dados da EMATER/PR e SEAB/DERAL.

*Os preços dos produtos correspondem aos preços médios do ano agrícola de 2003.

Percebe-se que as diferentes atividades desenvolvidas nesta Forma de Organização Produtiva, em condições normais de produção, apresentam taxas de retorno consideráveis. Porém, é sempre importante lembrar a alta vulnerabilidade presente nestas atividades, ou seja, o seu sucesso está intimamente ligado a uma série de fatores: uns

previsíveis, outros imprevisíveis. São os fatores imprevisíveis que mais preocupam estes pequenos produtores, pois estes não são controlados pelo homem (excesso ou falta de chuvas, tempestades, geadas,...) e podem comprometer todo ou parte do processo produtivo. Quanto aos fatores previsíveis (pragas e doenças, principalmente), quando aparecem, exigem o controle através da aplicação de inseticidas e fungicidas, ocasionando alterações nos custos variáveis e influenciando de forma negativa no resultado final, pois provocam um aumento nos custos totais de produção.

Isto mostra que as atividades desenvolvidas nesta Forma de Organização Produtiva, num primeiro momento, apresentam resultados altamente positivos, mas, em contrapartida, são totalmente dependentes de fatores naturais e de fatores ligados a conjuntura econômica (políticas macroeconômicas e questões de mercado). Portanto, em períodos de poucas oscilações no quadro econômico e no próprio quadro natural (natureza), os resultados atingidos nestas diferentes combinações de atividades desenvolvidas pelos pequenos produtores nesta Forma de Organização Produtiva, são muito atraentes. Mas, por outro lado, os riscos que envolvem o conjunto destas atividades, fazem com que estes produtores não se sintam seguros e nem tão pouco protegidos por políticas públicas.

Nesse sentido, apresenta-se a seguir, na Tabela 8, uma síntese da média dos principais indicadores econômicos que representam as diferentes combinações de atividades analisadas nesta pesquisa e que compõem a Forma de Organização Produtiva com Produção Exclusivamente Agrícola.

Tabela 8 – Apresentação da média dos principais indicadores econômicos que representam a Forma de Organização Produtiva com Produção Exclusivamente Agrícola

INDICADORES ECONÔMICOS	MÉDIA
Nº de Entrevistas	5,0
Pessoas Residentes	3,2
Número de trabalhadores	1,5
Área Total (Ha)	24,0
Renda Bruta Total (RBT)/ano	80.626,40
Custos Variáveis (CV)/ano	30.068,12
Custos Fixos (CF)/ano	14.612,35
Custos Totais (CT)/ano	44.680,47
Renda Líquida (RL)/ano	35.945,93
Lucratividade	44,58%
RL/Há (ano)	1.497,75
RL/Pessoa residente (ano)	11.233,10
RL/Trabalhador (ano)	23.963,95

Fonte: Pesquisa de campo, ano agrícola de 2003/2004.

Como pode ser observado na Tabela 8, a Renda Média Bruta nesta Forma de Organização Produtiva, gera um valor de R\$ 80.626,40, com Renda Líquida Média de R\$ 35.945,93, perfazendo um percentual de lucratividade de 44,58%. Este nível de rendimento médio, obtido pelos produtores nas suas propriedades rurais, pode ser considerado bastante satisfatório, porém estes pequenos agricultores que desenvolvem estas combinações de atividades, dependem muito de escala de produção e de fatores externos e internos a esta produção: como garantia de preços, superprodução, variações climáticas, ataque de doenças e pragas, entre outros.

Esta categoria apresenta uma lógica de produção voltada exclusivamente para o mercado, produzindo pouco ou quase nada para o auto-consumo. Este resume-se em algumas atividades no próprio quintal da residência, onde cultivam-se algumas frutas, verduras e esporadicamente a criação de pequenos animais para o consumo da família. Isto faz com que aumenta o dispêndio para a manutenção da família e, conseqüentemente, diminui a renda para novos investimentos.

Quanto à produtividade e o resultado financeiro, percebe-se que os valores obtidos apresentam bons resultados. A Renda Média Líquida por hectare é de R\$ 1.497,75. A Renda Média Líquida por pessoa residente é de R\$ 11.233,10, enquanto que a Renda Média Líquida por pessoa ocupada (número de trabalhadores), chega a R\$ 23.963,95. Estes valores tornam-se relativamente expressivos, pelo fato desta Forma de Organização Produtiva não demandar quantidades grandes de mão-de-obra, pois devido à limitação na área de terra plantada (média 24 hectares), como também no uso intensivo de tecnologia, insumos químicos e herbicidas, esta é facilmente gerenciada por 01 ou 02 pessoas no máximo. Isto faz com que a renda por trabalhador alcance índices elevados, quando comparados com outras Formas de Organização.

No entanto, estes resultados econômicos altamente positivos, apresentam características vulneráveis e específicas nesta Forma de Organização Produtiva e colocam o produtor a mercê de grandes riscos econômicos. Por ser uma categoria de produção exclusiva, esta torna-se totalmente dependente, em termos financeiros, por estar ligada a uma única fonte de renda. Uma frustração de safra, por motivos ímpares, pode colocar estes pequenos produtores em situação conflitante.

Outra especificidade relacionada a esta Forma de Organização Produtiva diz respeito às entradas monetárias na propriedade. Como estes produtores têm sua produção voltada apenas para atividades agrícolas, o fluxo de renda na propriedade se dá de forma irregular durante o período (ano), ou seja, o produtor recebe pela sua produção apenas em períodos específicos de colheita, que conforme as atividades desenvolvidas, resumem-se a duas, ou quando muito, três entradas monetárias ao ano. Isto exige um certo controle e uma boa administração dos recursos por parte destes produtores para poder contar com uma certa regularidade de recursos financeiros disponíveis durante o ano todo, para fazer frente a suas despesas essenciais, bem como, para o investimento na propriedade.

É comum também, nesta categoria de pequenos produtores, a contratação de serviços de máquinas de terceiros para a execução de todo o processo produtivo, desde o plantio até a colheita do produto. Já que os equipamentos e máquinas que estes detêm na sua propriedade, estão ultrapassados e fora de uso. Por um lado, este processo eleva os custos de produção e, conseqüentemente, os riscos. Mas, por outro lado, a aquisição de máquinas e equipamentos modernos, inviabiliza-se pela quantidade de terra que exploram e pelos altos custos envolvidos tanto na compra, como na manutenção destes equipamentos, como também na ociosidade em que permanecem durante o ano.

Este fator econômico está diretamente relacionado com as causas sociais nesta Forma de Organização, pois diante da inviabilidade de manter em sua propriedade máquinas e equipamentos para a realização do processo produtivo, o qual é feito pelo serviço de terceiros, cabe a estes pequenos produtores rurais, apenas a função de gerenciar e cuidar da produção da lavoura. Este fato gera uma pequena demanda por mão-de-obra e causa períodos prolongados de ociosidade desta própria mão-de-obra utilizada.

Esta questão é analisada e confirmada nesta pesquisa e pode ser vista na tabela 8, que mostra que a média de pessoas residentes é de 3,2 indivíduos, enquanto que o número de trabalhadores (pessoas ocupadas), é de apenas 1,5 trabalhadores. Isto mostra a demanda reduzida por mão-de-obra no processo produtivo dentro destas propriedades, gerando, nesse sentido, problemas sociais, como a falta de ocupação desta mão-de-obra ali mesmo no campo.

Quanto aos aspectos sócio-culturais, o nível de educação situa-se na média de 7,27 anos de estudo, enquanto a faixa de idade onde se localiza o maior número de pessoas residentes fica entre 35 e 60 anos. Este fato aponta um limite a médio-longo prazos para a agricultura familiar na Região, já que a maioria dos casais têm apenas um ou dois filhos. E

destes, um percentual considerável, se desloca do campo para a cidade em busca de alternativas aparentemente melhores de sobrevivência.

Na questão da infra-estrutura básica existente nas propriedades, em média, nesta Forma de Organização Produtiva, esta apresenta-se sob condições favoráveis e resume-se à moradia e quando muito, a construção de um galpão para proteger alguns equipamentos e que também é utilizado como garagem para o veículo de passeio, já que nesta categoria de produção, dificilmente são desenvolvidas atividades pecuárias que exigem instalações específicas.

As casas apresentam-se em bom estado de conservação, com área média construída de 135m², todas em alvenaria com banheiro interno e equipadas com móveis e eletrodomésticos básicos (sofá, mesa, fogão a gás, fogão a lenha, geladeira, freezer, televisão, entre outros), o tempo médio de uso é de 05 a 10 anos. Todos possuem energia elétrica, água encanada (poços individuais ou comunitários) e telefone em suas propriedades. Outro ponto comum é a presença de planos de saúde, atingindo quase 100% das pessoas residentes.

Quanto ao aspecto da disposição de tecnologia eletrônica na propriedade, apenas uma família possui um microcomputador, que é utilizado pelo filho mais velho como suporte ao curso superior que está realizando na área de informática. A prática de utilização desta tecnologia no controle, tanto produtivo como financeiro, dentro das propriedades analisadas, ainda não se tornou realidade na Região em estudo.

Em síntese, esta Forma de Organização Produtiva já foi a mais comum praticada entre os pequenos agricultores familiares da Região, na década de 1970, principalmente. A cultura da soja era e ainda é o grande carro-chefe desta categoria produtiva, mas a vulnerabilidade e os diversos fatores limitantes, bem como os altos riscos, fazem com que, cada vez menos produtores pratiquem esta Forma de Organização Produtiva, apesar da sua alta taxa de retorno/lucratividade.

5.4 Forma de Organização Produtiva com Predomínio da Produção Agrícola

Esta Forma de Organização Produtiva pode ser considerada uma evolução da anterior. Porque devido aos altos riscos (variações climáticas, pragas e doenças, oscilação de preços, entre outros), alguns destes pequenos produtores familiares, introduziram atividade(s) adicional(is) nas suas propriedades. Normalmente a bovinocultura de leite e/ou a criação de peixes, até porque, estas atividades podem ser desenvolvidas em áreas impróprias para a agricultura mecanizada e servem de suplemento à queda de renda gerada na produção exclusiva de produtos agrícolas.

As principais combinações de atividades analisadas nesta pesquisa e que fazem parte desta Forma de Organização Produtiva desenvolvida na Região Oeste do Paraná, são:

- a) soja/milho+peixe+leite;
- b) soja/milho+leite;
- c) soja/milho/mandioca+leite;
- d) soja/milho/trigo+leite;
- e) soja/milho/trigo/mandioca+leite.

Os dados de produção e os resultados econômicos deste conjunto de atividades desenvolvidas nas pequenas propriedades agrícolas são apresentados na Tabela a seguir.

Tabela 9 – Dados da produção e resultados econômicos das principais combinações de atividades desenvolvidas pelos produtores rurais nas pequenas propriedades agrícolas e que compõem a Forma de Organização Produtiva com Predomínio da Produção Agrícola

PRODUTOR “A”: soja/milho + peixe + leite									
Produtos	Und	Quant. (Ano)	Preços (R\$)*	Renda Bruta	Custo Variável	Custo Fixo	Custo Total	Renda Líquida	Lucro (%)
Soja	Scs.	1.050	37,42	39.291,00	13.020,00	6.825,00	19.845,00	19.446,00	49,49
Milho	Scs.	1.360	15,73	21.392,80	10.540,00	3.128,00	13.668,00	7.724,80	36,11
Tilápia	Kg	3.000	1,86	5.580,00	3.660,00	600,00	4.260,00	1.320,00	23,66
Leite	Lits.	108.000	0,41	44.280,00	27.000,00	7.560,00	34.560,00	9.720,00	21,95
TOTAL				110.543,80	54.220,00	18.113,00	72.333,00	38.210,80	34,57
PRODUTOR “B”: soja/milho + leite									
Produtos	Und	Quant. (Ano)	Preços (R\$)	Renda Bruta	Custo Variável	Custo Fixo	Custo Total	Renda Líquida	Lucro (%)
Soja	Scs.	1.200	37,42	44.904,00	14.880,00	7.800,00	22.680,00	22.224,00	49,49
Milho	Scs.	1.300	15,73	20.449,00	10.075,00	2.990,00	13.065,00	7.384,00	36,11
Leite	Lits.	57.600	0,41	23.616,00	14.400,00	4.032,00	18.432,00	5.184,00	21,95
TOTAL				88.969,00	39.355,00	14.822,00	54.177,00	34.792,00	39,11
PRODUTOR “C”: soja/milho/mandioca + leite									
Produtos	Und	Quant. (Ano)	Preços (R\$)	Renda Bruta	Custo Variável	Custo Fixo	Custo Total	Renda Líquida	Lucro (%)
Soja	Scs.	1.150	37,42	43.033,00	14.260,00	7.475,00	21.735,00	21.298,00	49,49
Milho	Scs.	1.400	15,73	22.022,00	10.850,00	3.220,00	14.070,00	7.952,00	36,11
Mandioca	Ton.	15	197,95	2.969,25	750,60	696,75	1.447,35	1.521,90	51,26
Leite	Lits.	10.000	0,41	4.100,00	2.500,00	700,00	3.200,00	900,00	21,95
TOTAL				72.124,25	28.360,60	12.091,75	40.452,35	31.671,90	43,91
PRODUTOR “D”: soja/milho/trigo + leite									
Produtos	Und	Quant. (Ano)	Preços (R\$)	Renda Bruta	Custo Variável	Custo Fixo	Custo Total	Renda Líquida	Lucro (%)
Soja	Scs.	1.400	37,42	52.388,00	17.360,00	9.100,00	26.460,00	25.928,00	49,49
Milho	Scs.	2.300	15,73	36.179,00	17.825,00	5.290,00	23.115,00	13.064,00	36,11
Trigo	Scs.	200	27,24	5.448,00	3.046,00	1.210,00	4.256,00	1.192,00	21,88
Leite	Lits.	36.000	0,41	14.760,00	9.000,00	2.520,00	11.520,00	3.240,00	21,95
TOTAL				108.775,00	47.231,00	18.120,00	65.351,00	43.424,00	39,92
PRODUTOR “E”: soja/milho/trigo/mandioca + leite									
Produtos	Und	Quant. (Ano)	Preços (R\$)	Renda Bruta	Custo Variável	Custo Fixo	Custo Total	Renda Líquida	Lucro (%)
Soja	Scs.	900	37,42	33.678,00	11.160,00	5.850,00	17.010,00	16.668,00	49,49
Milho	Scs.	700	15,73	11.011,00	5.425,00	1.610,00	7.035,00	3.976,00	36,11
Trigo	Scs.	500	27,24	13.620,00	7.615,00	3.025,00	10.640,00	2.980,00	21,88
Mandioca	Ton.	10	197,95	1.979,50	500,40	464,50	964,90	1.014,60	51,26
Leite	Lits.	18.000	0,41	7.380,00	4.500,00	1.260,00	5.760,00	1.620,00	21,95
TOTAL				67.668,50	29.200,40	12.209,50	41.409,90	26.258,60	38,80

Fonte: Dados da pesquisa e dados da EMATER/PR e SEAB/DERAL.

*Os preços dos produtos correspondem aos preços médios do ano agrícola de 2003.

Estas diferentes combinações de atividades indicam com clareza o domínio ou predomínio da produção agrícola, merecendo destaque as culturas da soja e do milho que

aparecem em todas as combinações analisadas. Por outro lado, a novidade recente é a cultura da mandioca, que aos poucos vêm sendo introduzida nas pequenas propriedades na Região, merecendo destaque comercial (industrialização), deixando de ser uma cultura exclusivamente voltada para o auto-consumo, para se tornar mais uma fonte de renda direta nas propriedades.

Percebe-se também, que as atividades complementares resumem-se a apenas dois produtos, ou seja, bovinocultura de leite e a criação de peixes. Isto se dá, devido ao fato destas atividades não serem concorrentes diretos da agricultura em termos de área utilizada, pois podem ser desenvolvidas em terras sub-utilizadas para a agricultura e também pelo fato de nos últimos anos a Região Oeste do Paraná ter implantado programas especiais para o desenvolvimento destas atividades.

Estas são fomentadas por Frigoríficos de filetagem, instalados na Região (piscicultura) e pelas Cooperativas de beneficiamento do leite (bovinocultura leiteira). Isto tem estimulado estes pequenos agricultores na implantação de açudes para a produção de carpas e tilápias, especialmente, e, na criação do gado leiteiro. A assistência técnica desenvolvida e oferecida pelos Frigoríficos e pelas Cooperativas, transferindo aos produtores tecnologia de ponta, tanto no melhoramento dos equipamentos utilizados, como na melhoria genética e na conversão alimentar dos animais (aumento na produtividade), também tem servido de estímulo.

Nesse sentido, apresenta-se a seguir, a média dos principais indicadores econômicos que merecem destaque nesta Forma de Organização Produtiva e que representam as principais combinações de atividades desenvolvidas pelos pequenos produtores na Região.

Tabela 10 – Média dos principais indicadores econômicos que representam a Forma de Organização Produtiva com Predomínio da Produção Agrícola

INDICADORES ECONÔMICOS	MÉDIA
Nº de Entrevistas	5,0
Pessoas Residentes	5,0
Número de trabalhadores	2,0
Área Total (Ha)	24,0
Renda Bruta Total (RBT)/ano	89.616,11
Custos Variáveis (CV)/ano	39.673,40
Custos Fixos (CF)/ano	15.071,25
Custos Totais (CT)/ano	54.744,65
Renda Líquida (RL)/ano	34.871,46
Lucratividade	38,91%
RL/Ha (ano)	1.452,98
RL/Pessoa residente (ano)	6.974,29
RL/Trabalhador (ano)	17.435,73

Fonte: Pesquisa de campo, ano agrícola de 2003/2004.

Através destes indicadores, percebe-se, que nesta Forma de Organização Produtiva, a Renda Média Bruta (R\$ 89.616,11), não é um volume extraordinário de movimentação financeira na propriedade. No entanto, se levar em consideração a Renda Média Líquida (R\$ 34.871,46), que corresponde a 38,91% de lucratividade, fica clara a importância destas atividades produtivas para o pequeno produtor em termos econômicos.

Esta importância econômica, também fica evidente quando se observa outros indicadores econômicos, como a rentabilidade líquida por hectare/ano, que fica em R\$ 1.452,98, a Renda Média Líquida por pessoa residente de R\$ 6.974,29 e a Renda Média Líquida por trabalhador (pessoa ocupada), de R\$ 17.435,73. Estes indicadores evidenciam, que em períodos de produção, considerados normais, estes pequenos produtores apropriam-se de uma renda considerável, capaz de lhes proporcionar um nível de vida satisfatório, podendo até mesmo, destinar recursos para o investimento em melhorias na propriedade.

Essa estratégia de melhorias e complemento de renda com atividades complementares (principalmente a bovinocultura de leite e a criação de peixes), é favorecida

nesta Forma de Organização Produtiva, uma vez que estas, podem ser implantadas gradualmente nas propriedades, segundo a disponibilidade de recursos próprios e/ou de terceiros. Nesse sentido, por exemplo, a produção de leite, inicialmente destinada, quase que exclusivamente para o consumo familiar, vai aos poucos sendo transformada em uma atividade com fins comerciais.

Outra variante registrada na pesquisa de campo e que passa a ser importante nesta categoria produtiva, é a média de pessoas residentes nas propriedades que fica em 05 ocupantes. Destas, mais de 70% estão na faixa de 35 a 55 anos de idade, representando um elevado potencial de mão-de-obra disponível. Por outro lado, a pesquisa mostra, também, que em média, os sistemas utilizam apenas o equivalente a 02 trabalhadores/ano no processo produtivo, o que faz com que um percentual considerável de mão-de-obra fique ocioso durante determinados períodos do ano.

Este fato se explica, pelo motivo destas combinações de atividades não terem uma demanda por mão-de-obra homogênea, uma vez que as atividades agrícolas predominantes nesta Forma de Organização Produtiva, utilizam-na apenas em períodos alternados e pelo fato das atividades pecuárias complementares desenvolvidas, não serem concorrentes diretas de mão-de-obra com as atividades agrícolas. Estas geralmente são executadas pelas mesmas pessoas, pois despendem apenas algumas horas do dia para a sua execução.

Quanto à questão da infraestrutura básica nas propriedades pesquisadas e que compõem esta Forma de Organização Produtiva, é comum a instalação de energia elétrica, água encanada e telefone. As casas apresentam em média 132 m², construídas em alvenaria, mista ou de madeira, ambas apresentam bom estado de conservação, todas com banheiro interno e equipadas com móveis e eletrodomésticos básicos que apresentam em média entre 05 a 10 anos de uso.

Outro aspecto comum nas propriedades é a presença da renda relativa, advinda de produtos cultivados para o consumo próprio das famílias. Todas possuem cultivo de frutas, geralmente espalhadas na propriedade (não se encontram num lugar concentrado), as quais são aproveitadas *in natura* ou transformadas em doces e geléias para o consumo próprio. A horta caseira também é característica marcante, onde cultivam-se verduras de acordo com a época do ano. As variedades estão diretamente ligadas à origem da família (alemã ou italiana). Registra-se também a presença de pequenos animais (galinha caipira, suínos, gatos e cachorros), para o consumo próprio e para a proteção e a guarda da casa.

As benfeitorias resumem-se a estábulos para a proteção e a ordenha das vacas, quando desenvolvida a atividade leiteira e a um galpão, utilizado de forma geral, para abrigar equipamentos, insumos, alimentos para os animais entre outros produtos. Quanto aos equipamentos, estes encontram-se na sua maioria obsoletos, sem valor econômico, ultrapassados tecnologicamente, uma vez que a execução do processo produtivo agrícola é feita por terceiros.

Tecnologicamente, estas pequenas propriedades que compõem esta Forma de Organização Produtiva, encontram-se em defasagem, visto que esta resume-se a alguns equipamentos utilizados na produção pecuária (ordenhadeira, gerador de oxigênio), quando atinge escalas de produção mais elevadas. O setor agrícola é totalmente assistido por terceiros, não exigindo investimentos por parte do produtor em tecnologia neste campo. Até porque, estes se inviabilizam pelo custo-benefício que proporcionam.

Em síntese esta Forma de Organização Produtiva é uma das Formas de Organização que está se firmando na Região, pois os pequenos agricultores que praticam em suas propriedades apenas atividades voltadas para o cultivo de grãos, enfrentam diversos fatores limitantes quanto à sua viabilização. Limites estes, resultantes da crescente abertura de mercado e, conseqüentemente exigindo produtos de alta qualidade, desestruturação das

políticas agrícolas, principalmente para a sustentação de preços mínimos internos e também fatores climáticos que aumentam consideravelmente os riscos de produção.

Portanto, a concentração da produção, entrada de capital em único período do ano, os baixos preços geralmente praticados em época de safra e a grande flutuação dos preços ao longo do ano, são outros agravantes que levam os pequenos agricultores a adotar ou adicionar atividades complementares em suas propriedades (peixes e leite, principalmente), como uma opção a mais de geração de renda e assim dar sustentabilidade econômica à Forma de Organização Produtiva com Predomínio da Produção Agrícola.

6 FORMAS DE ORGANIZAÇÃO PRODUTIVA: POTENCIALIDADES E OBSTÁCULOS

O universo da pequena produção agrícola familiar é extremamente diversificado e complexo. Esta diversidade de atividades reflete na tentativa de adaptação, nem sempre sustentável às condições nas quais está inserida: condições ambientais, disponibilidade de recursos, experiência, cultura, condições impostas pelo mercado e a própria inserção na sociedade. Ou seja, um mesmo sistema produtivo pode ser perfeitamente viável num determinado local e totalmente inviável em outro. Pequenos detalhes podem fazer grande diferença quando se analisa a viabilidade, a rentabilidade e a sustentabilidade desta categoria de produtores.

A existência ou não do quintal, por exemplo, com árvores frutíferas, animais domésticos, hortaliças e legumes em geral, são fatores determinantes e influenciam de forma positiva na renda e na qualidade de vida das famílias. A questão da infraestrutura básica, estradas em condições para o escoamento da produção, também são fatores fundamentais para o bom desenvolvimento das atividades destes pequenos produtores. Por se tratar de níveis de produção com escala reduzida, todos os fatores de produção devem estar em perfeita sincronia para se obter o máximo de produtividade, lucratividade e desempenho sócio-econômico.

Naturalmente, este potencial de produção nem sempre se realiza, seja em razão de restrições de recursos internos (fatores endógenos), seja por causa das condições macroeconômicas negativas, deficiência nas políticas públicas (fatores exógenos). Diante desta diversidade de situações, busca-se neste capítulo, traçar algumas considerações de validade geral sobre as potencialidades e os obstáculos enfrentados pelos pequenos produtores

familiares na Região Oeste do Paraná, em cada uma das diferentes Formas de Organização Produtiva analisadas.

A Tabela 11 apresenta uma síntese de alguns dados econômicos sobre as quatro Formas de Organização Produtiva estudadas e que representam a pequena produção agrícola familiar na Região Oeste do Paraná.

Tabela 11 - Representação média de alguns dados econômicos sobre as diferentes Formas de Organização Produtiva da pequena propriedade agrícola no Oeste do Paraná

Principais indicadores econômicos		FORMAS de ORGANIZAÇÃO PRODUTIVA			
		Predomínio prod. Agrícola	Produção Exclusiva	Predomínio Integração	Diversificação
Entrevistas	<i>Número</i>	05	05	05	05
Área (ha)	<i>Própria</i>	24	24	24	24
	<i>Arrendada</i>	-	-	-	-
	<i>TOTAL</i>	24	24	24	24
Pessoas	<i>Ocupadas</i>	02	1,5	2,6	3,2
	<i>Residentes</i>	05	3,2	4,0	4,4
Receita Bruta (R\$)	<i>TOTAL (ano)</i>	89.616,11	80.626,40	436.759,44	170.911,92
Custos (R\$)	<i>TOTAL (ano)</i>	54.744,65	44.680,47	393.401,90	132.454,68
Renda Monetária Líquida (R\$)	<i>TOTAL (ano)</i>	34.871,46	35.945,93	43.357,54	38.457,24
Lucratividade	<i>(%)</i>	38,91	44,58	9,99	22,50
Renda monetária líquida por pessoa	<i>Ocupada (ano)</i>	17.435,73	23.963,95	16.675,98	12.017,89
	<i>Residente (ano)</i>	6.974,29	11.233,10	10.839,38	8.740,28
Renda monetária líquida por	<i>Hectare (ano)</i>	1.452,98	1.497,75	1.806,56	1.602,38

Fonte: dados da pesquisa. Ano agrícola 2003/2004.

Conforme dados da Tabela 11, pesquisou-se cinco propriedades para representar cada Forma de Organização Produtiva com área média de 24 hectares por estabelecimento. Todas as propriedades são de domínio próprio, nenhum pequeno produtor pesquisado explora terras de terceiros na forma de arrendamento. A Receita Bruta apresenta altos índices de variabilidade de acordo com cada Forma de Organização Produtiva. A

amplitude varia de R\$ 80.626,40 à R\$ 436.759,44, sendo a menor Renda Bruta, correspondente a Forma de Organização Produtiva com Produção Exclusiva e a maior para a Forma de Organização Produtiva com Predomínio da Integração.

Estes altos índices de variabilidade apresentam particularidades específicas para cada Forma de Organização Produtiva. Ou seja, cada uma apresenta atividades diferenciadas, geradoras de renda, onde algumas atividades geram elevadas Rendas Brutas, por apresentar explorações intensivas e em grande escala, como por exemplo, a criação de aves e de suínos. Isto faz com que nesta Forma de Organização que têm nos seus sistemas produtivos estas atividades, apresenta uma Renda Bruta anual bastante elevada.

Contudo, quando se observa a Renda Líquida, percebe-se que a variabilidade é pouco representativa, ou seja, a amplitude vai de R\$ 34.871,46 à R\$ 43.357,54. Isto mostra que nem sempre a presença de Renda Bruta elevada na propriedade, significa Renda Líquida maior. A Renda Líquida está diretamente ligada à combinação de atividades desenvolvidas dentro de cada unidade de produção e a sua eficiência está na operacionalização destas atividades. Isto é, está diretamente ligada a questão de custos, produtividade e mercado, principalmente.

Além destes fatores, a Lucratividade é outro indicador importante e primordial na composição da Renda Líquida e isto fica claro nesta pesquisa. Os altos índices de variabilidade acompanham os índices da Renda Bruta, ou seja, o mesmo grau de amplitude desta, se faz presente na Lucratividade, pois esta varia de 9,99% à 44,58%, deixando evidente diferentes participações de cada atividade desenvolvida dentro das unidades de produção na composição do lucro final. Este é um fator econômico importante, quando da escolha de quais atividades cada produtor quer desenvolver em sua propriedade, obedecendo, é claro, especificidades naturais e internas.

Ainda, quanto à questão econômica e relacionado com o número médio de pessoas ocupadas em cada Forma de Organização Produtiva, o estudo mostra que este também é um fator que tem ligação direta com o montante de atividades desenvolvidas. Quanto maior o grau de diversificação, maior é o número de pessoas ocupadas nas pequenas propriedades. Mas, economicamente, o comportamento é o oposto, pois através da análise feita em cada Forma de Organização, percebe-se que a Renda Monetária Líquida é maior por pessoa ocupada onde é menor o predomínio de mão-de-obra utilizada.

Este fato ocorre e fica mais evidente na Forma de Organização Produtiva com Produção Exclusiva de produtos agrícolas (soja, milho, trigo, mandioca, principalmente). Nesta categoria o número de pessoas ocupadas não passa da média de 1,5 indivíduos, com uma Renda Média Líquida de R\$ 23.963,95 por ano, mostrando que economicamente esta Forma de Organização Produtiva mostra-se superior às demais Formas de Organização, onde predominam combinações produtivas mais diversificadas com maior número de atividades desenvolvidas e uma demanda maior por trabalhadores.

No entanto, se levar em consideração dados sociais, estas Formas de Organização Produtiva que desenvolvem combinações produtivas com maior grau de diversificação, apresentam resultados mais significativos, pois empregam um número maior de pessoas nas pequenas propriedades com as várias atividades que desenvolvem. Isto fica claro quando se observa os dados levantados pela pesquisa de campo, pois quanto maior a diversificação, maior é o número de pessoas ocupadas na propriedade.

Na Tabela, a seguir, concentram-se alguns dos principais indicadores sociais que representam as diferentes Formas de Organização Produtiva, analisadas neste estudo.

Tabela 12 – Representação média dos principais dados sociais referentes às diferentes Formas de Organização Produtiva da pequena propriedade agrícola no Oeste do Paraná.

Principais indicadores sociais		FORMAS de ORGANIZAÇÃO PRODUTIVA			
		Predomínio da prod. Agrícola	Produção exclusiva	Predomínio da integração	Predomínio da diversificação
Entrevistas	Número	05	05	05	05
Educação	Anos	6,15	7,27	5,17	5,27
Idade	Anos	37,6	40,91	38,93	36,44
Pessoas	Ocupadas	02	1,5	2,6	3,2
	Residentes	05	3,2	4,0	4,4
Horta caseira	Área (m ²)	330	240	230	260
Infraestrutura básica	Energia elétrica (%)	100	100	100	100
	Água encanada (%)	100	100	100	100
	Telefone (%)	100	100	100	100
	Plano de saúde (%)	50	70	30	50
Moradia/casa	Banheiro interno (%)	100	100	100	100
	Área média (m ²)	132	135	140	132
	Tipo de construção	1* 2* 3*	1*	1*	1*
	Tempo/pintura (anos)	2,5	4,0	2,5	3,0
Utensílios/domésticos	Tempo de uso (anos)	08	08	07	08
Veículo/passeio	Tempo de uso (anos)	11	12	10	08
Equipamentos/agríc.	Tempo de uso (anos)	27	28	28	30

Fonte: pesquisa de campo. Ano agrícola 2003/2004.

1* - alvenaria 2* - mista 3* - madeira

Os números da Tabela 12 representam a média dos principais indicadores sociais analisados nas unidades de produção familiar (05 entrevistas), que compõem cada uma das diferentes Formas de Organização Produtiva da pequena produção agrícola na Região Oeste do Paraná. Estes dados levantados através de pesquisa de campo, feita junto às propriedades agrícolas, representam, um “raio x” da realidade vivida por estes agricultores na atualidade. Verifica-se, desde aspectos diretamente sociais (pessoas residentes e ocupadas), culturais (nível de educação), até os aspectos que envolvem a infraestrutura básica, moradia e alguns fatores relacionados a qualidade de vida destes moradores rurais.

Observa-se que o grau de escolaridade média situa-se entre cinco e sete anos de estudo por indivíduo residente. Isto equivale a dizer que em média as pessoas apresentam apenas o Ensino Fundamental (5ª à 8ª séries) incompleto. Porém, vale a pena destacar, que a pesquisa mostra que a grande maioria das pessoas que estão na faixa de 35 a 55 anos de idade e que são os administradores das pequenas propriedades possuem, no máximo, até a 4ª série do Ensino Fundamental. Ou seja, os índices de escolaridade sofrem uma elevação considerável, pelo fato dos filhos destes agricultores estarem freqüentando as escolas de maneira regular, de acordo com sua idade. Alguns estão freqüentando, inclusive, cursos superiores.

É importante ressaltar também, que o número médio de pessoas residentes nas propriedades é consideravelmente baixo. Varia entre 03 a 05 pessoas. Isto significa dizer que em média, moram nas pequenas propriedades, o casal, mais 02 filhos. Destas pessoas residentes, o número de ocupados envolvidos com o processo produtivo, apresenta-se entre 1,5 a 3,2 pessoas. Fica claro quando se observa a Tabela 12, que quanto maior o número de atividades desenvolvidas nas pequenas propriedades, maior é o número de pessoas ocupadas. A Forma de Organização Produtiva com Predomínio da Diversificação Agropecuária, por exemplo, é a que mais utiliza mão-de-obra (3,2 pessoas ocupadas). Enquanto que a Forma de Organização Produtiva com Produção Exclusiva é a que menos emprega mão-de-obra (1,5 pessoas ocupadas).

Desta forma fica evidente, quando se analisa os aspectos sociais, a importância da diversificação de atividades que envolvem as pequenas propriedades e que utilizam basicamente a mão-de-obra familiar, no intuito de manter as pessoas ocupadas ali mesmo no campo. Além do mais, a diversificação da produção na pequena propriedade, é uma estratégia de redução de riscos e incertezas e também possibilita a viabilidade da complementação entre a agricultura e a pecuária, através da consorciação de atividades e a

adubação orgânica. Estas vantagens podem não representar ganhos econômicos superiores, mas representam significativos ganhos sociais.

Quanto à infraestrutura básica nas propriedades, todas as unidades de produção familiar pesquisadas e que compõem as diferentes Formas de Organização Produtiva, dispõem de energia elétrica, água encanada e telefone. No caso da moradia (casa), estas apresentam um tamanho médio (132 à 140m²). Praticamente todas construídas em alvenaria (quando muito de forma mista), apresentando bom estado de conservação, com um tempo médio de pintura entre 2,5 à 4,0 anos e todas as residências com banheiro interno. Todos estes fatores associados a outros como casas bem mobiliadas, com móveis e eletrodomésticos conservados (em média 08 anos de uso) e todos os proprietários tendo em sua posse veículos de passeio, resumem-se em conforto e qualidade de vida para estes pequenos produtores que vivem no campo.

Em relação à disponibilidade de máquinas e equipamentos utilizados no processo de produção, é preciso esclarecer duas situações diferentes. Na exploração de atividades agrícolas, os equipamentos disponíveis nas pequenas propriedades estão ultrapassados tecnologicamente e totalmente obsoletos. Apresentam em média, 27 a 30 anos de uso. Quanto às explorações pecuárias, o uso de máquinas e equipamentos é bastante avançado, principalmente nas atividades integradas às agroindústrias, pois estas, além de oferecer tecnologia, exigem produtos padronizados e de alta qualidade.

Esse quadro de atraso tecnológico em relação à adoção de inovações mecânicas para a agricultura se dá basicamente, pelo fato deste setor de pequenos produtores estar submetido a um limite de área (terra) disponível para a mecanização e o cultivo de alguns produtos agrícolas que exigem utilização de processos mecânicos (tratores, colheitadeiras), devido ao pouco uso durante o período e, conseqüentemente, ao alto grau de ociosidade ao qual fica submetida esta máquina. Fica, neste caso, o pequeno produtor,

dependente destes serviços, ou por meio de aluguel de máquinas, ou pela prestação de serviços de terceiros (geralmente grandes produtores).

Frente a esses problemas inerentes à pequena produção agrícola familiar – insuficiência de meios de produção, especialmente a terra, baixa produtividade do trabalho associada a dificuldade de mecanização – esta tende a reduzir seu peso cada vez mais na geração de alguns produtos agrícolas (soja, cana-de-açúcar, algodão), nos quais o sistema tecnológico proposto pressupõe a mecanização em larga escala e a sua transformação em mero ofertante de mão-de-obra para as unidades capitalistas.

Contudo, vale ressaltar que em outros casos, em que o pacote tecnológico tem como objetivo as inovações biológicas e físico-químicas, que não dependem da escala de produção, existem e/ou ocorrem chances de tecnificação e capitalização deste pequeno produtor familiar. Neste caso, trata-se basicamente da produção de produtos para abastecer o mercado interno, ou seja, cabe ao pequeno produtor (na sua grande maioria), produzir os alimentos necessários para a subsistência da população doméstica, deixando para o médio e grandes produtores a produção dos produtos voltados para a exportação.

Outro aspecto importante apontado pela pesquisa é a presença da Renda Relativa que aparece em todas as Formas de Organização Produtiva, pesquisadas. Esta se manifesta através da presença de uma pequena horta caseira (em média 230 à 330m²) em todas as categorias. A produção de alimentos para o consumo familiar também é comum para a maioria destes pequenos agricultores. Além da produção de hortaliças e frutas, o leite, os ovos e carnes de frango, suínos e de bovinos, também é predominante. Existem ainda outras rendas monetárias, em algumas situações, provenientes de fontes externas à produção dos estabelecimentos, no caso a aposentadoria e pensões. Não foi constatado, nesta pesquisa, o aparecimento de rendas não-agrícolas, o que é uma característica da Região em estudo.

Estas características da pequena produção agrícola familiar da Região em estudo, mantêm a relação com o debate clássico da forma como foi apontado por Chayanov, onde este centrou suas análises na lógica interna desta pequena produção agrícola familiar, defendendo que se tratava de unidades de produção não regidas por categorias econômicas válidas para a economia capitalista (renda da terra, lucro, salários). Assim, além da produção e relação com o mercado, a unidade produtiva familiar preocupa-se em produzir para sua subsistência, não levando em consideração a questão do “lucro puro”, propriamente dito.

Contudo, isto não afasta este pequeno produtor familiar de buscar alternativas econômicas que o integre positivamente à economia local e regional, tanto no mercado interno de produtos alimentares, como também no de produtos destinados à exportação. A busca por produto ou produtos comercializáveis para ser o carro-chefe da combinação de atividades desenvolvidas dentro da sua propriedade sempre foi um objetivo comum na pequena produção agrícola familiar.

Esta dupla preocupação, a integração ao mercado e a garantia do consumo, leva estes pequenos produtores a se adaptar as condições que lhe são apresentadas pelo sistema, diferenciando-os no seu modo de produzir de acordo com suas necessidades e recursos disponíveis. Neste sentido, este estudo mostra as particularidades apresentadas em cada uma das Formas de Organização Produtiva analisadas, tanto nos aspectos econômicos, quanto nos aspectos sociais. E os dados levantados apontam as potencialidades e os obstáculos de cada uma das diferentes categorias estudadas. Isto pode ser observado no quadro a seguir onde se faz um resumo das principais potencialidades e obstáculos apresentados pelas diferentes Formas de Organização Produtiva, analisadas.

FORMAS DE ORGANIZAÇÃO PRODUTIVA	POTENCIALIDADES	OBSTÁCULOS
Forma de Organização Produtiva com Predomínio da Produção Agrícola.	-Compatível com outras atividades; -Sistemas produtivos mais acessíveis. Exigem menos capital investido; -Alternativas de renda; -Redução de riscos.	-flutuações constantes nos preços agrícolas; -preços baixos em época de safra; -produtos com padrão de qualidade exigidos pelo mercado; -pouca demanda por mão-de-obra.
Forma de Organização Produtiva com Produção Exclusiva.	-Alta lucratividade; -Menor investimento em bens de capital; -Processo produtivo facilitado; -Facilidade na administração.	-Flutuações de preços; -Baixos preços praticados na época de safra; -Dependência de fatores climáticos; -Sazonalidade de renda; -Altos riscos de produção; -Demanda reduzida por mão-de-obra.
Forma de Organização Produtiva com Predomínio da Produção Integrada.	-Renda mensal; -Integração com Agroindústrias; -Utilização do esterco: adubação orgânica na lavoura; -Valorização do patrimônio; -Redução de riscos pela diversificação; -Maior empregabilidade; -Garantia maior de renda.	-Exige investimentos constantes; -escassez de mão-de-obra; -Disposição de mão-de-obra em tempo integral; -Exige altos investimentos; -Baixa lucratividade; -Supõem patamar mínimo de produção/produção em escala.
Forma de Organização Produtiva com Predomínio da Diversificação Agropecuária.	-Renda mensal; -Integração lavoura/pecuária; -Redução de risco pela diversificação; -Rotação de culturas; -Utilização constante da mão-de-obra familiar disponível;	-Sistema em declínio na Região em estudo; -Diversificação precária; -Exige inovações técnicas; -Baixa produção pecuária; -Demanda concentrada de mão-de-obra.

Fonte: dados da Pesquisa.

Quadro 2 - Potencialidades e obstáculos apresentados nas principais Formas de Organização Produtiva na Região Oeste do Paraná

Na verdade, como pode ser observado no quadro acima, as Formas de Organização Produtiva analisadas nesta pesquisa, enfrentam, com diferente intensidade, restrições e pontos de estrangulamento de acordo com as atividades desenvolvidas em cada

uma delas. Alguns aparecem de forma recorrente, mesmo que as combinações de produção exploradas sejam diferentes, inferindo tratar-se de problemas derivados das mesmas atividades que são desenvolvidas nas diferentes categorias de produção.

Na Forma de Organização Produtiva com Predomínio da Integração, por exemplo, pode-se mencionar a necessidade de recursos para investimentos de maneira constante, o que passa a ser um obstáculo preocupante, pois as atividades produtivas exploradas são altamente intensivas em insumos industriais, com auxílio de máquinas e equipamentos e instalações custosas. Trata-se de unidades produtivas inseridas em mercados altamente competitivos e dinâmicos que exigem dos pequenos produtores familiares um processo quase contínuo de atualização, adaptação e mudanças significativas, tanto nas instalações físicas como na parte técnica (tecnologia).

Este fato caracteriza a subordinação clássica defendida por Kautsky, do pequeno produtor ao capital agroindustrial. Esta subordinação se dá através do financiamento dos insumos e da assistência técnica, criando, no pequeno produtor familiar, uma dependência constante e forçando-o à adoção de novas tecnologias, de forma ininterrupta. Num outro momento, ela se dá também, através da venda num mercado monopsônico desta matéria-prima agrícola.

Dessa forma, para manter a competitividade e cumprir com as exigências das agroindústrias, quanto à qualidade da matéria-prima, estas combinações de produção exigem capacidade de investimento contínuo, o que nem sempre é compatível com as condições enfrentadas pelos pequenos produtores e passa a ser uma barreira de entrada neste setor de produção. Por outro lado, um fator positivo, que é a questão da demanda maior por mão-de-obra nesta categoria, também pode passar a ser um ponto de estrangulamento, pois à medida que as unidades de produção tornam-se mais complexas e integradas aos mercados agroindustriais, estas exigem um acompanhamento quase que integral de mão-de-obra

(disponibilidade de pelo menos 01 pessoa 24 horas por dia), o que faz com que em algumas situações torna-se um fator limitante dentro da propriedade, e, devido a baixa lucratividade, compromete o desenvolvimento desta Forma de Organização Produtiva.

Nesse sentido, de acordo com Graziano da Silva (2003), é importante perceber que a pequena propriedade agrícola não é independente e também não está desconectada do circuito global do capital. Ao contrário, de diversas maneiras, ela encontra-se extremamente subordinada a este circuito: por meio da obtenção dos seus meios de vida; na compra de insumos, máquinas e equipamentos; na venda de seus excedentes (mercadorias) em grau cada vez maior; no financiamento para as atividades e os novos investimentos e no mercado de trabalho, tanto fornecendo, como utilizando, mesmo de forma temporária (sazonal) mão-de-obra, para a realização das tarefas agrícolas.

Frente a isso, vale destacar, que os produtores familiares em geral, adotam processos de produção que conjugam atividades diretamente relacionadas com a sua realidade. Como dispõem de área de terra, relativamente limitada, priorizam cultivos intensivos no uso do solo (culturas temporárias). A implantação de processos produtivos que combinam agricultura e pecuária, por exemplo, dependem, principalmente, da mão-de-obra disponível na propriedade, o que pode ser um fator limitante em algumas situações. A disponibilidade de capital também limita em muito estes pequenos produtores em suas decisões de investimentos, o que faz com que muitos permaneçam desenvolvendo combinações de atividades que exigem menos este fator de produção.

É este conjunto de características, particulares de cada produtor, que diferencia a pequena produção agrícola na Região e faz com que a unidade de produção familiar não pode ser considerada de forma homogênea, já que cada uma das diferentes Formas de Organização Produtiva, apresenta suas potencialidades e seus obstáculos. Ou seja, as Formas Produtivas que apresentam alta lucratividade, por exemplo, acusam um baixo

índice de empregabilidade. Em contrapartida, as Formas que empregam uma quantidade maior de mão-de-obra, apresentam geralmente, baixos retornos líquidos.

Por um lado, a viabilidade e a rentabilidade se assentam nas condições de reduzir riscos e incertezas, por meio da diversificação, potencialização da produtividade da mão-de-obra disponível, em detrimento de lucros líquidos menores. De outro lado, a escassez de mão-de-obra, advinda da redução do tamanho das famílias rurais, associada às novas e melhores oportunidades oferecidas aos filhos destes pequenos agricultores nos centros urbanos, faz com que se desenvolvam combinações de atividades que demandam pouca mão-de-obra, como no caso a produção exclusiva, que sustentam altas taxas de lucratividade, mas que em contrapartida, representam altos riscos e pouca segurança de renda para estes produtores.

Neste contexto, constata-se que a heterogeneidade que envolve a pequena produção agrícola familiar, nas suas diferentes Formas de Organização Produtiva, na Região em estudo, é particularmente importante e serve como subsídio à criação de políticas específicas voltadas para o desenvolvimento da agricultura familiar. A diversidade de situações, tanto positivas, quanto negativas, apresentadas em cada uma das diferentes Formas de Produção analisadas, faz com que, em termos mais gerais, se possa explorar toda a potencialidade destes pequenos produtores, contribuindo, tanto na questão social, quanto na questão econômica.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa analisa-se as relações entre formas de organização produtiva e a viabilidade sócio-econômica da pequena produção agrícola familiar na Região Oeste do Paraná. Isto se faz através de uma análise comparativa da renda média líquida e do desempenho sócio-econômico das diferentes Formas de Organização Produtiva desta pequena produção agrícola familiar.

O estudo revela que cada uma das diferentes Formas de Organização Produtiva analisadas, apresenta potencialidades e obstáculos diferenciados. Este fato se explica pelas diferentes combinações de atividades desenvolvidas na pequena produção agrícola familiar na Região, onde se constatou maior ou menor taxa de retorno nas diversas atividades analisadas e que compõem estas diferentes Formas de Organização Produtiva.

Verifica-se que a viabilidade da pequena produção agrícola familiar está relacionada às Formas de Organização Produtiva, mas não de maneira simples. Como o objetivo do presente estudo é verificar o desempenho sócio-econômico desta pequena produção agrícola familiar, o resultado em definir ou apontar qual a Forma de Organização Produtiva seja a mais viável para a Região, torna-se mais complexo.

Nesse sentido, se levar em consideração apenas a lucratividade, o resultado aponta para a Forma de Organização Produtiva com produção exclusiva de produtos agrícolas, pois estas atividades apresentam um percentual de retorno líquido bastante superior às atividades pecuárias (suínos e aves), por exemplo. Porém, apresenta um alto risco na produção, devido a uma série de fatores internos e externos e emprega uma quantidade pequena de mão-de-obra.

Por outro lado, se pensar numa ocupação maior desta mão-de-obra e a fixação do homem no campo, a pesquisa aponta para as Formas de Organização Produtiva voltadas para a integração e a diversificação de atividades. Pois, apesar destas Formas de Organização apresentarem taxas de retorno menores, estas demandam um potencial maior de mão-de-obra e aparentemente amenizam os riscos de produção e geração de renda. Ou seja, por desempenharem um número maior de atividades e em segmentos diferentes, possuem alternativas complementares de garantia de renda na propriedade.

Contudo, a pesquisa sinaliza também para alguns pontos em comum no interior das pequenas propriedades. Fatores, como moradia, planos de saúde, grau de escolaridade, produção para o auto-consumo, apresentam-se de forma bastante semelhante entre estes pequenos produtores familiares em cada uma das diferentes Formas de Organização Produtiva analisadas.

Dessa forma, os resultados obtidos na pesquisa, exemplificam que existe relação entre a viabilidade da pequena produção agrícola familiar e as Formas de Organização Produtiva. Para tanto, é preciso que o pequeno produtor agrícola familiar, desenvolva combinações de atividades adequadas aos recursos existentes em sua propriedade, com o intuito de potencializar seu retorno, tanto econômico quanto social.

Nesse sentido, a integração entre a agricultura e a pecuária passa a ser uma estratégia de produção que transmite uma maior confiabilidade a este pequeno produtor familiar. Por um lado, a produção agrícola lhe confere lucros líquidos maiores, apesar dos altos riscos de produção. Por outro lado, as atividades pecuárias, apesar de apresentar retornos menores, amenizam os riscos de produção, oferecem garantia de renda e demandam um potencial maior de mão-de-obra, além de possibilitar a utilização da adubação orgânica de modo mais significativo, diminuindo custos e aumentando o valor agregado total na produção.

Portanto, observa-se que cada uma das diferentes Formas de Organização Produtiva aqui apresentadas e analisadas, merecem atenção especial, pois todas se mostram viáveis economicamente. Dessa forma, não se pode sugerir um único caminho ou um único destino, pois os dados da pesquisa apontam, para cada uma das diferentes Formas de Organização Produtiva, suas especificidades (potencialidades e obstáculos), tanto no campo social, quanto no campo econômico.

No entanto, nenhuma destas Formas de Organização Produtiva apresenta um resultado mútuo, onde os dois fatores (social e econômico) são privilegiados. Isto faz com que a determinação de qual Forma de Organização é mais viável para a Região, passa a depender também e, principalmente, de fatores externos à pequena propriedade. O apoio ao desenvolvimento de qual setor desta pequena produção agrícola familiar se queira privilegiar, poderá ser decidido através de políticas públicas, criadas de acordo com a realidade em que se encontra esta categoria de produtores a nível regional.

Por fim, ressalta-se que a busca de combinações de atividades pelos pequenos agricultores familiares para obter rendas maiores é fundamental, mas não suficiente para definir sua permanência no campo. Esta decisão também passa a ser influenciada pelo lado social desta categoria de produtores, que envolve principalmente a qualidade dos serviços sociais disponíveis como saúde, educação e lazer.

Com efeito, espera-se que a análise e o diagnóstico apresentado nesta pesquisa, através das diferentes Formas de Organização Produtiva da pequena produção agrícola familiar no Oeste do Paraná, permita contribuir para a evolução da agricultura familiar na Região, com a formulação de políticas adequadas e adaptadas a sua realidade, a fim de fomentar o verdadeiro potencial de desenvolvimento deste setor. Salienta-se também, a importância pelo despertar de novas pesquisas neste campo para dar continuidade ao processo

de desenvolvimento e que possam servir de base para uma equalização desta categoria de produtores.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. ANPOCS. São Paulo: Hucitec, 1992.

BANCO CENTRAL DO BRASIL – BACEN. *Manual de normas e instruções crédito rural*.//Resolução nº 2.164 de 19 de junho de 1995: Crédito Rural, Disposições Preliminares, Beneficiários.

BARBETTA, P. A. Como fazer o planejamento e cálculo de tamanhos de amostras. In: BÊRNI, D. de Á. (org.). *Técnicas de pesquisa em economia: transformando curiosidade em conhecimento*. São Paulo: Saraiva, 2002.

CAMARGO, A. Os usos da história oral e da história de vida: trabalhando com elites políticas. *Revista Dados*, Rio de Janeiro, n. 1, v. 27, 1984.

CHAYANOV, A. V. *La organización de la unidad económica campesina*. Buenos Aires, 1976.

CHAYANOV, A. V. Sobre a teoria dos sistemas econômicos capitalistas. In: SILVA, J. G. da.; STOLCKE, V. (Org.) *A questão agrária*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

COLOGNESE, S. A.; GREGORY, V.; SCHALLENBERGER, E. *Tupãssi do mito à história*. Edunioeste: Cascavel, 1999.

CORTES, S. M. V. Como fazer análise qualitativa de dados. In: BÊRNI, D. de Á. (org.). *Técnicas de pesquisa em economia: transformando curiosidade em conhecimento*. São Paulo: Saraiva, 2002.

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA RURAL DA SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO – DERAL/SEAB, Toledo – Pr. 2003.

EMER, I. O. *Desenvolvimento histórico do oeste do Paraná e a construção da escola*. 1991. Dissertação (Mestrado em Educação) - Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro.

EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E RURAL – EMATER/PR. Núcleo municipal de Toledo – Pr. 2003.

ENGELS, F. O problema camponês na França e na Alemanha. In: SILVA, J. G. da.; STOLCKE, V. (Org.) *A questão agrária*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

FAO/INCRA. *Diretrizes de política agrária e desenvolvimento sustentável para a pequena produção familiar*. Brasília, 1994.

FIBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Demográfico, 1991.

FURTADO, C. *Análise do Modelo do modelo brasileiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.

GIL, A. C. *Técnicas de pesquisa em economia e elaboração de monografias*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

GOODMAN, D. E.; SORJ, B.; WILKINSON, J. Agroindústria, políticas públicas e estruturas sociais rurais: análises recentes sobre a agricultura brasileira. *Revista de Economia Política*, v. 5, n. 4, p.31-55, outubro-dezembro/1985.

GRAZIANO DA SILVA, J. F. *Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1978.

_____. *A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

_____. *A nova dinâmica da agricultura brasileira*. Unicamp – Campinas – Instituto de Economia (IE). São Paulo, 1998.

_____. *Tecnologia e agricultura familiar*. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

GREGORY, V. *Os eurobrasileiros e o espaço colonial: migrações no oeste do Paraná*. Edunioeste: Cascavel, 2002.

GUANZIROLI, C. E. et al. *Agricultura familiar e reforma agrária no século XXI*. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

GUIMARÃES, A. P. *Quatro séculos de latifúndio*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

HOFFMANN, R. et al. *Administração da empresa agrícola*. 5. ed. São Paulo: Pioneira, 1987.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Censo Agropecuário, 1995/1996. Brasília, 1998.

_____. Censo Agropecuário do Paraná, 1975/1980. Curitiba.

IPARDES – Fundação Edison Vieira. *O Paraná reinventado: política e governo*. Curitiba: 1989.

KAUTSKY, K. *A questão agrária*. Rio de Janeiro, Guanabara: Laemmert S. A., 1968.

KHATOUNIAN, C. A. *Produção de alimentos para consumo doméstico no Paraná: caracterização e culturas alternativas*. Londrina: IAPAR, 1994.

LÊNIN, V. I. *The development of capitalism in Russia*. Moscou, 1977.

MARTINS, J.de S. *Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político*. 3. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1986.

MÜLLER, G. *Complexo agroindustrial e modernização agrária*. São Paulo: Hucitec/Educ, 1989.

NIEDERAUER, O H. *Toledo no Paraná: a história de um latifúndio improdutivo, sua reforma agrária, sua colonização, seu progresso*. Toledo: Editora Grafo-set, 1992.

PASTORE, A. C.; ALVES, E. R.; RIZZIERI, J. A. B. A inovação induzida e os limites à modernização na agricultura. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 12, 1974, Porto Alegre. **Anais**. Brasília, SOBER, p. 257-285.

PAULILLO, L. F. Sobre o desenvolvimento da agricultura brasileira: concepções clássicas e recentes. In: BATALHA, M. O. (coord.). *Gestão Agroindustrial*. GEPAI – Grupo de Estudos e Pesquisas Agroindustriais. v. 01, 2. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

PIFFER, M. *A dinâmica do Oeste Paranaense: sua inserção na economia nacional*. 1997. Dissertação (Mestrado em Economia) Programa de Pós-Graduação em Economia/UFPR, Curitiba.

PINDYCK, R. S. & RUBINFELD, D. L. *Microeconomia*. 4. ed. São Paulo: MAKRON Books, 1999.

PRADO JR., C. *A questão agrária no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1978.

QUIVY, R. & CAMPENHOUDT, L. V. *Manual de investigação em ciências sociais*. 2. ed. Rio de Janeiro: Gradiva, 1998.

RANGEL, I. *A questão agrária brasileira*. Recife: Comissão de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco, 1962.

SANTOS, J. V. T. dos. *Colonos do vinho: estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital*. 2. ed. São Paulo: HUCITEC, 1984.

SCHALLENBERGER, E. & COLOGNESE, S. A. *Migrações e comunidades cristãs no sul do Brasil*. Toledo: Unioeste – Facitol, 1993.

SCHREINER, D. F. *Cotidiano, trabalho e poder: a formação da cultura do trabalho no extremo oeste do Paraná*. Toledo: Editora Toledo, 1997.

SCHULTZ, T. W. *A transformação da agricultura tradicional*. São Paulo: Zahar, 1965.

SILVA, J. G. da.; STOLCKE, V. (Org.) *A questão agrária*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

SORJ, B. POMPERMAYER, M. J. CORADINI, O. L. *Camponeses e agroindústria: transformação social e representação política na avicultura brasileira*. São Paulo: Zahar, 1982.

SZMRECSÁNYI, T. *Pequena história da agricultura no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1990.

VELHO, O. G. *Capitalismo autoritário e campesinato*. 2. ed. São Paulo, DIFEL, 1979.

WACHOWICZ, R. C. *Obrageiros, mensus e colonos: história do oeste paranaense*. Curitiba: Editora Vicentina, 1982.

WANDERLEY, M. de N. B. *Raízes históricas do campesinato brasileiro*. XX Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu, Minas Gerais. Outubro, 1996.

WILKINSON, J. *O estado, a agroindústria e a pequena produção*. São Paulo-Salvador: Editora Hucitec – CEPA-BA., 1986.

ZAAR, M. H. *A produção do espaço agrário: da colonização à modernização agrícola e formação do lago de Itaipu*. Cascavel: Edunioeste, 1999.